

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

**VITOR MONTEIRO DE CASTRO**

**CIRCULANDO – DIÁLOGO E COMUNICAÇÃO NA FAVELA: A FAVELA  
EM BUSCA DE CIDADANIA**

Mestrado em Comunicação e Cultura  
ECO/UFRJ  
Rio de Janeiro  
2009



VITOR MONTEIRO DE CASTRO

CIRCULANDO – DIÁLOGO E COMUNICAÇÃO NA FAVELA: A FAVELA EM  
BUSCA DE CIDADANIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Comunicação e Cultura, na linha de pesquisa de Mídias e Mediações Socioculturais, sob a orientação da Professora Doutora Raquel Paiva de Araújo Soares.

Mestrado em Comunicação e Cultura  
ECO/UFRJ  
Rio de Janeiro  
2009



Dissertação apresentada no curso de Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, defendida e aprovada pelo professores.

Orientadora: \_\_\_\_\_  
Professora Doutora Raquel Paiva de Araújo Soares – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Membro: \_\_\_\_\_  
Professor Doutor Eduardo Granja Coutinho – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Membro: \_\_\_\_\_  
Professor Doutor Roberto Leher – Universidade Federal do Rio de Janeiro



Dedico este trabalho aos amigos construídos  
a partir do Circulando, que proporcionam o  
diálogo na cidade.



## AGRADECIMENTOS

À família, que apesar de um pouco afastada, está sempre presente.

À Letícia, pelo companheirismo até o último momento.

À orientadora Raquel Paiva, pela paciência e aposta nos meus ideais.

Aos amigos que compõe a Banca Examinadora, Eduardo Granja Coutinho e Roberto Leher, companheiros *descobertos* durante a caminhada de militância.

Ao Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária e seus integrantes, pela busca comum por uma comunicação que se preocupe com os problemas sociais.

Aos amigos que participaram direta e indiretamente na produção da pesquisa, a todos os integrantes do Núcleo de Comunicação Crítica do Alemão pela paciência, colaboração, pelas entrevistas e principalmente pela amizade.

Agradeço especialmente a Marianna Araújo, companheira de trabalhos, de estudos e de papos informais que colaboraram decisivamente para a produção deste trabalho.

Às organizações parceiras do evento, como Verdejar, Grupo Éfeta, Redes da Maré, SESC Ramos e aos comerciantes locais que colaboram decisivamente para o sucesso das atividades.

Agradeço ao Observatório de Favelas pelas oportunidades e vivências proporcionadas.

Ao Grupo Sócio-Cultural Raízes em Movimento, pelo apoio indiscriminado ao Circulando.

Agradeço ainda aos moradores do conjunto de favelas do Alemão, pela simples convivência.

Por fim, à Capes pelo apoio financeiro fundamental para a realização do trabalho.



## RESUMO

CASTRO, Vitor Monteiro. **Circulando - diálogo e comunicação na favela:** a favela em busca de seu lugar. Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

O presente trabalho apresenta o projeto de comunicação e cultura intitulado *Circulando - diálogo e comunicação na favela*, realizado no conjunto de favelas do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro e idealizado pelo Núcleo de Comunicação Crítica do Alemão. A pesquisa trabalha fundamentalmente com o conceito de *mídia cidadã*, no sentido de afirmar mensagens e práticas com base nas vivências dos moradores de favelas no Rio de Janeiro, em contraste com estereótipos a elas relacionados. A tentativa é demonstrar como nesse contexto o Circulando passa a atuar na luta pela *hegemonia* – como entendida pelo pensador Antonio Gramsci – disseminando outras vozes e manifestações que, ainda que não sejam capazes de fazer oposição efetiva ao contexto social vigente, são expressões da realidade contraditória a qual esses moradores estão submetidos. Uma determinada confrontação da imagem comumente veiculada por meios de comunicação. Também são utilizadas as noções de *heteroglossia* de Bahktin e de *memória subterrânea* de Pollak, ambos na perspectiva de que uma nova forma de comunicação deve levar em conta o local dos falantes e o contexto em que as mensagens são difundidas. Assim, o evento Circulando se coloca como um instrumento de integração da favela na cidade e a sua produção e realização funcionam como ferramentas de comunicação que potencializam os integrantes do Núcleo nas suas diversas particularidades.

PALAVRAS-CHAVES: Circulando; Mídia Cidadã, Favela; Cultura; Complexo do Alemão



## ABSTRACT

CASTRO, Vitor Monteiro. **Circulando - diálogo e comunicação na favela:** a favela em busca de seu lugar. Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

This dissertation presents the communication and culture project known as Circulando - Dialogue and Communication in the Favela, which takes place in the Alemão favela (shantytown) complex in Rio de Janeiro and is developed by the Alemão Critical Communication Group. At the core of the research is the concept of citizens' media, in the sense of the affirmation of messages and practices grounded in the experiences of favela residents in Rio de Janeiro, in contrast to the stereotypes often associated with these same experiences. The aim is to show how, in this context, Circulando comes to be part of the struggle for hegemony – as understood by Antonio Gramsci –, disseminating other voices and expressions which, even if they are not able to provide effective opposition to the dominant social context, constitute expressions of the contradictory reality to which these residents are subject. The dissertation also employs the concepts of heteroglossia (Bakhtin) and underground memory (Pollak) to suggest that a new form of communication should take into consideration the place from where people speak and the context in which messages are disseminated. In this way, the Circulando event positions itself as an instrument for the integration of the favela in the city, and its production and implementation function as communication tools which strengthen the members of the Critical Communication Group with their diverse characteristics.

**KEY WORDS:** Circulando; Citizen's Media, Favela; Culture; Complexo do Alemão



## **LISTA DE FIGURAS**

<b>FIGURA 1.....</b>	<b>99</b>
<b>FIGURA 2.....</b>	<b>111</b>



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. EM BUSCA DA CIDADANIA .....</b>	<b>14</b>
2.1 O SURGIMENTO DAS FAVELAS NO RIO DE JANEIRO.....	15
2.2 A FAVELA COMO PROBLEMA. OU SERIA SOLUÇÃO?.....	18
2.4 O CONJUNTO DE FAVELAS DO ALEMÃO .....	30
2.5 A FAVELA EM BUSCA DE SEU LUGAR: A LUTA DE MORADORES DO CONJUNTO DE FAVELAS DO ALEMÃO POR CIDADANIA .....	32
<b>3. A FAVELA E A MÍDIA .....</b>	<b>42</b>
3.1 OS ESTEREÓTIPOS DAS FAVELAS NA COBERTURA DA MÍDIA .....	43
3.2 A POLÍCIA COMO FONTE – EXCLUSIVA – DA MÍDIA .....	51
3.3 O PAPEL DA MÍDIA NO CONJUNTO DA SOCIEDADE.....	56
3.4 MEIOS DE COMUNICAÇÃO E HEGEMONIA – A MÍDIA COMO INSTRUMENTO DE PODER .....	60
<b>4. REPERCUTINDO O OLHAR DIFERENCIADO DA FAVELA.....</b>	<b>71</b>
4.1 A NECESSIDADE DE UMA COMUNICAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA .....	72
4.2 MÍDIA E MEMÓRIA: O CONTEXTO COMO META.....	76
4.3 ABRINDO A JANELA DA FAVELA: UM NOVO OLHAR.....	80
4.4 MÍDIAS CIDADÃS: NOVAS POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO.....	86
4.5 DIÁLOGO E COMUNICAÇÃO: MATÉRIA-PRIMA DA DIVERSIDADE .....	90
<b>5. CIRCULANDO - DIÁLOGO E COMUNICAÇÃO NA FAVELA.....</b>	<b>94</b>
5.1 O PORQUÊ DO CIRCULANDO: NOVAS IDÉIAS EM REDE .....	94
5.2 CIRCULANDO PELO ALEMÃO: HISTÓRICO DOS EVENTOS.....	100
5.3 O NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO CRÍTICA DO ALEMÃO: PRODUÇÃO DE DENTRO PARA FORA .....	107
<b>6. CONCLUSÃO .....</b>	<b>115</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>118</b>
<b>8. ANEXOS.....</b>	<b>126</b>



## 1. INTRODUÇÃO

Localizado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, o conjunto de favelas do Alemão é comumente retratado pela imprensa como uma das favelas mais perigosas da capital carioca. Essa construção do imaginário das favelas como um reduto de criminosos se deu durante todo o século XX, especialmente porque as matérias e reportagens sobre esses espaços foram durante todo esse período, quase que exclusivamente pautadas pela questão da violência, da desordem e da criminalidade. Esta última, reforçada a partir da década de 1990 com a inserção de grupos criminosos armados nas favelas e do tráfico de drogas ilegais.

Essa representação da favela como o espaço da criminalidade e da desordem que figura no imaginário coletivo criminaliza os moradores desses espaços, que, em muitos casos, são apresentados como condicionados ao crime por viverem na favela. Se no início do século XX escritores e jornalistas descreviam as favelas de forma estereotipada, como “um outro mundo”, “fora da cidade”, uma ameaça à sociedade da época, atualmente o senso comum não pensa muito diferente. A diferença talvez esteja no grau de consenso, hoje muito maior e mais difundido pelos grupos sociais hegemônicos, com a colaboração decisiva dos grandes meios de comunicação.

Pensar hoje em uma sociedade com menos desigualdades sociais passa necessariamente por novas formas e meios de difusão e de comunicação que afirmem mensagens e práticas vivenciadas pelas classes sociais subalternas, na tentativa de estabelecer uma luta por uma nova hegemonia.

Nesse sentido, o presente trabalho se propõe a apresentar e analisar o evento cultural e de mídias denominado *Circulando – diálogo e comunicação na favela*, realizado no conjunto de favelas do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro. Nessa perspectiva de luta por uma nova hegemonia, o evento tem o propósito de dar visibilidade às produções culturais e de mídia dos moradores dessa localidade, articulando redes locais dentro e fora das favelas do Alemão, com o propósito de apresentar um novo olhar sobre as favelas que se contraponha à visão da hegemonia dominante. Com este novo olhar, pretende-se também abrir novos horizontes para esses moradores que participam das atividades, na tentativa de despertar um questionamento das estruturas sociais vigentes.

A hipótese do trabalho é de que o *Circulando* configura-se uma *mídia cidadã*, já que se propõe a afirmar novas mensagens e práticas diferenciadas das apresentadas



pelos aparelhos hegemônicos. Com a difusão de novos olhares sobre as favelas e periferias, o evento atua no sentido de reforçar a identidade e a articulação de redes locais, buscando uma mobilização desses atores para tomarem consciência das estruturas sociais vigentes e terem condições de questionar e pensar em estruturas outras que vão contra as desigualdades sociais.

O Rio de Janeiro é uma cidade marcada por desigualdades e, nesse sentido, é necessário questionar a dicotomia *favela-asfalto*, bastante presente no discurso hegemônico. Não é aceita a hipótese de se condenar as favelas ou a idéia de “limpeza social”, como queriam os higienistas no início do século XX, mas sim criar formas de combate às desigualdades. Nesta linha de pensamento, o projeto trabalha com o conceito de *aparelhos privados de hegemonia*, cunhado pelo pensador italiano Antonio Gramsci. Baseado na teoria gramsciana, é possível pensarmos que esses aparelhos, em sua maioria voltados para a manutenção do *status quo*, podem, em algum momento, desempenhar um papel contra-hegemônico.

É justamente com essa idéia, da necessidade de contraposição às idéias dominantes, que se aplica o termo *mídia cidadã*, sob o ponto de vista da pesquisadora colombiana Clemência Rodriguez, que define essa mídia como um instrumento que dê visibilidade às idéias dos grupos sociais subalternos, disseminando suas mensagens. Essa possibilidade de novas representações sobre os espaços populares, produzidas por moradores de favelas e periferias são, por si só, ferramentas de emancipação para esses produtores, que podem gerar ações transformadoras para o conjunto da sociedade. Este confronto entre a imagem veiculada pelos meios de comunicação de massa se faz necessária para que a visão dos próprios moradores das favelas e periferias tenha sua vivência reconhecida pelo conjunto da sociedade. Essa nova representação desses espaços é fundamental para que a cidade seja reconhecida como um espaço uno e plural.

Essas mídias cidadãs devem ainda reforçar o sentido de identidade desses moradores e possibilitar a criação de redes entre as favelas e outras regiões da cidade. Essa mídia ainda foge da representação bipolar da realidade, que exclui diversas interpretações possíveis. Nesse sentido, é utilizado o que Pollak nomeou de *memórias subterrâneas*, que conservadas pela oralidade, pela família ou em pequenos grupos culturais, funcionam como formas de resistência à memória oficial, memória esta com influência decisiva da mídia hegemônica. No momento em que essas memórias



subterrâneas são disseminadas para o conjunto da sociedade, ela passa a disputar hegemonia com as classes e grupos de poder dominantes.

A partir dessas concepções teóricas, a pesquisa investigou o Núcleo de Comunicação Crítica do Alemão e a produção e realização do *Circulando*. A pesquisa teve início em meados de 2007, quando o Núcleo já realizava ações no conjunto de favelas do Alemão. A metodologia se baseou no acompanhamento sistemático das reuniões realizadas para a formulação das atividades, incluindo a colaboração nas ações do Núcleo como integrante.

O acompanhamento das reuniões serviu especialmente como o alicerce para a realização da parte histórica dos eventos, que foi complementada por uma grande entrevista, numa espécie de grupo focal, onde grande parte dos integrantes estavam presentes. A proposta de fazer um “encontrão” objetivou não apenas que os integrantes recordassem historicamente as atividades do Núcleo, mas servir como um momento de reflexão coletiva, onde todos pudessem opinar sobre a opinião alheia. A tentativa foi promissora e as discussões, muitas delas não comentadas durante as reuniões, surgiram e foram colocadas de forma mais clara para todo o coletivo, colaborando decisivamente para a realização do trabalho.

No sentido de contextualizar as ações do *Circulando* dentro do conjunto de favelas do Alemão, da necessidade de uma comunicação que trabalhe com novos olhares sobre as favelas e do momento específico de seu surgimento, o primeiro capítulo deste trabalho faz um breve relato histórico da formação das favelas no Rio de Janeiro, discute a noção de favela como problema, já disseminada pelos grupos hegemônicos ao longo do século XX e faz um levantamento da situação de violência e de desrespeito vivenciada pelos moradores do Alemão desde o final do ano de 2006 até a primeira atividade do *Circulando*, já em março de 2007.

No segundo capítulo é realizado um levantamento do tratamento dispensado pela mídia às favelas e periferias, analisando o caso da cidade do Rio de Janeiro. Os estereótipos difundidos pela mídia sobre essas localidades e o problema na dependência da imprensa de fontes policiais foram destacados neste capítulo. Essa relação corrobora a visão criminalizante sobre os moradores desses espaços, e é especialmente preocupante porque os meios hegemônicos têm hoje o poder de pautar o debate.

O capítulo seguinte trata da necessidade de uma comunicação que contraponha essa mídia que difunde os valores hegemônicos, na tentativa de apresentar novas



visões, atuando ao lado das classes sociais subalternas, possibilitando a participação coletiva na construção e na difusão dessas idéias.

No quarto e último capítulo é apresentado o Circulando – diálogo e comunicação na favela, de seu surgimento às discussões mais reflexivas dos integrantes sobre as ações do Núcleo, passando pelas produções artísticas e culturais. Todas as produções citadas estão disponibilizadas nos Anexos deste trabalho

Vale ressaltar ainda que a relação entre pesquisador e integrante do Núcleo teve momentos em que as atividades demandavam excesso de trabalho e a pesquisa ficava um pouco de lado. No entanto, esses momentos, ao contrário de prejudicarem o trabalho, proporcionaram uma maior integração com os integrantes do Núcleo e com a comunidade do conjunto de favelas do Alemão. Esse envolvimento proporcionou também a certeza de que a formação do Núcleo e a sua perseverança no projeto, pensado e produzido pelos próprios moradores, isso tudo em um ambiente de grande desmobilização, é, nesses dois anos, uma grande vitória para esse grupo. O fato das iniciativas partirem dos moradores, ao mesmo tempo em que representa um grande valor para a favela por ver filhos seus pensando na sua localidade e lutando para a melhoria das condições sociais ali, é também a forma mais autêntica e autônoma para se pensar uma nova cidade, pautada na alteridade.



## 2. EM BUSCA DA CIDADANIA

Neste primeiro capítulo é apresentado um breve histórico da formação das favelas na cidade do Rio de Janeiro, de seu surgimento e de como, ao longo do século XX, foi tratada como problema pelas autoridades e pela mídia hegemônica. Também levantamos as políticas públicas de habitação implementadas desde o surgimento das favelas até os dias de hoje, apresentando, porém, problemas e carências nessa relação Estado *versus* Favela. Esta apresentação faz parte do processo de reflexão sobre o tratamento dispensado às favelas e do entendimento da visão criminalizante dedicada a esses espaços, já arraigada pelo senso comum. Esta reflexão se faz necessária para, além da compreensão, pensarmos em alternativas que possibilitem um novo olhar sobre essas comunidades.

Como o trabalho de pesquisa se volta para o evento cultural e de mídias *Circulando – diálogo e comunicação na favela*, realizado no conjunto de favelas do Alemão, foi feito um levantamento histórico da formação deste conjunto de favelas, hoje considerado pela imprensa como um dos mais violentos e perigosos do Rio de Janeiro. As violências – direta e simbólica – também são amplamente discutidas neste capítulo, com destaque para a política de segurança pública e as ações empreendidas nas favelas cariocas, que afeta diretamente os moradores dessas localidades. O número de mortos e feridos tem crescido a cada ano. De 2006 para 2007, os números dos autos de resistência – supostamente mortes em confronto com a polícia – subiram de 1063 para 1330, a grande maioria de jovens e moradores de favelas e periferias.

É inaceitável que esses jovens tenham que pagar com a vida por essa política de segurança baseada no confronto armado, que vem sendo empregada por seguidos governos no Estado do Rio. Como contraponto a isso, moradores de favelas – e em especial do Alemão, que vem recebendo diversas ações violentas desde 2006 – têm tomado atitudes na busca para que cessem essa política de extermínio, com ações e mobilizações dos moradores na busca pelo reconhecimento de seus direitos como integrantes da cidade do Rio de Janeiro.

É justamente neste momento, de discussão permanente sobre direitos humanos, que surge o Núcleo de Comunicação Crítica do Alemão e a proposta do *Circulando*. Não à toa, todas as ações do evento têm relação direta com os direitos humanos.



## 2.1 O surgimento das favelas no Rio de Janeiro

*Seu dotô não bote abaixo/ Tem pena do meu barracão/  
Quem é rico se atrapalha/ Pra arranjar onde morar/ Quanto  
mais eu que sou pobre/ Como vou me arrumar/ Pra me  
mudar/ Seu dotô me compreende/ O progresso é necessário/  
Mas seu dotô/ Pense um pouco no operário/ Meu barracão é  
todo meu patrimônio/ Por favor não bote abaixo/ O morro  
de Santo Antônio*

**Morro de Santo Antônio (1950), de Benedito Lacerda e  
Herivelto Martins**

A música de Benedito Lacerda e Herivelto Martins, escrita em 1950, apresenta uma preocupação dos moradores das favelas cariocas desde o início do século XX: a favela vista como um problema social grave que deveria ser eliminado da então capital federal. A apresentação pela imprensa da época já associava a palavra “favela” a “perigo” e “desordem”, como um lugar de malandros e marginais.

A pergunta que pretendemos responder neste capítulo é como se tornou hegemônica essa visão prioritariamente negativa das favelas e de seus moradores ao longo do século XX e de como isso foi apropriado pelo senso comum. Este método se faz necessário porque a categoria de favela utilizada hoje, tanto nos meios eruditos como nas representações midiáticas, resulta de um processo cumulativo e contraditório de representações sociais ao longo do século XX.

Os primeiros estudos sobre a cena urbana e seus personagens populares no Rio de Janeiro voltaram seus olhares para o cortiço, considerado então o local da pobreza. Podemos dizer que o cortiço foi o precursor da favela, tanto em relação a sua estrutura física – barracos e habitações precárias do mesmo tipo identificado em seguida no Morro da Providência –, como no tratamento dispensado pelo poder público – o cortiço era definido “como um verdadeiro ‘inferno social’ (...) como antro da vagabundagem e do crime” (VALLADARES, 2008, p. 24). Outra relação que aproxima os cortiços das favelas é a ligação direta feita por alguns autores<sup>1</sup> entre as demolições dos cortiços do Centro da cidade e a ocupação ilegal dos morros no início do século XX.

Os cortiços, percebidos ainda como lugares propagadores de doenças e do vício, eram denunciados e condenados através do discurso médico e higienista, levando à adoção de medidas administrativas, como leis promulgadas para impedir a

---

<sup>1</sup> Rocha, 1986; Carvalho, 1986; Benchimol, 1990, in VALLADARES, 2008.



construção de novos cortiços<sup>2</sup>. No final do século XIX foi destruído o principal cortiço do Rio de Janeiro, o Cabeça de Porco. No início do século XX, entre 1902 e 1906, o então prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, realiza uma reforma urbana, que teve o objetivo, entre outros, de “sanear e civilizar a cidade erradicando um sem-número de habitações populares” (*idem*).

Somente após essa campanha contra o cortiço é que foi despertada a atenção para as favelas que surgiam no Rio de Janeiro. No início o interesse se voltou para uma determinada favela, o Morro da Providência, que depois ficou conhecido como Morro da Favella, devido a sua relação com a guerra de Canudos, onde antigos combatentes se instalaram para pressionar o Ministério da Guerra a pagar seus soldos atrasados<sup>3</sup>. Aos poucos, o Morro da Favella passou a estender sua denominação a qualquer conjunto de barracos aglomerados sem traçado de ruas nem acesso aos serviços públicos. Apesar da ocupação do Morro da Favella datar de 1897, foi apenas a partir da década de 1920 que a palavra favela se tornou um substantivo genérico que não mais se referia apenas ao Morro da Favella (ABREU *apud* VALLADARES, 2008, p. 26). Surge assim uma nova categoria para designar um lugar pobre, de ocupação ilegal e irregular, sem respeito às normas e geralmente sobre encostas. Mas antes mesmo da ocupação do Morro da Favella, a Quinta do Caju, a Mangueira<sup>4</sup> e a Serra Morena já existiam, com data de povoamento de 1881 (VALLADARES, 2008, p. 26).

A favela passa, nas primeiras décadas do século XX, a ocupar o primeiro lugar nos debates sobre o futuro da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil, tornando-se alvo do discurso de médicos higienistas que condenam as moradias insalubres e de

---

<sup>2</sup> Cf. Backheuser (1906:105-106) *in* VALLADARES, o cortiço era definido pelo regulamento municipal como: “Construção proibida pela Prefeitura. É uma habitação colectiva, geralmente constituída por pequenos quartos de madeira ou construção ligeira (...) habitados geralmente por indivíduos de classe pobre e com o nome de casa de alugar commodos (...)”.

<sup>3</sup> A instalação de moradias no Morro da Providência, favela ainda existente, localizada no Centro da cidade do Rio, está diretamente relacionada ao fim da Guerra de Canudos. Com o término da guerra ocorrida no sertão baiano em 1º de outubro de 1897, veteranos da campanha de Canudos tiveram autorização para se alojar naquele morro, próximo ao Ministério da Guerra, enquanto aguardavam o recebimento de seus soldos atrasados. O Morro da Providência recebeu o nome Morro da Favella depois que os ex-combatentes, instalados em barracos (até então provisórios), perceberam que a vegetação que cobria o Morro da Providência era a favella, ou seja, a mesma planta que era encontrada no Morro da Favella, onde haviam lutado na Bahia, no município de Monte Santo. A marca de Canudos sobre este momento fundador tornou-se ainda mais evidente por apoiar-se nos relatos de Euclides da Cunha em *Os sertões*.

<sup>4</sup> Esta Mangueira não corresponde à conhecida Favela da Mangueira e ficava na encosta do Túnel Velho, do lado de Botafogo.



discursos que apontam o meio como condicionador do comportamento humano, persistindo a percepção das camadas pobres como responsáveis pelo seu próprio destino e pelos males da cidade.

Esse novo pensamento que emerge sobre a favela do Rio de Janeiro remonta às descrições e imagens que nos foram deixadas por escritores, jornalistas e reformadores sociais do início do século XX, que permitiram a formação de um imaginário coletivo sobre as favelas e seus moradores, ao mesmo tempo que opunham favela e cidade (*idem*, p. 28). Em artigo publicado em 1908 na *Gazeta de Notícias*, o cronista João do Rio conta uma visita sua ao Morro de Santo Antônio, também favelizado durante os últimos anos do século XIX. Em determinado ponto, ele diz: “Estávamos na roça, no sertão, longe da cidade” (MARTINS *apud* VALLADARES, 2008, p. 30).

A imagem matriz da favela já estava construída a partir do olhar do jornalista/observador. “Um outro mundo”, muito mais próximo da roça, do sertão, “longe da cidade”, onde só se poderia chegar através da “ponte” construída pelo repórter ou cronista, levando o leitor até o alto do morro que ele, membro da classe média ou da elite, não ousava subir. Universo exótico, em meio a uma pobreza originalmente concentrada no Centro da cidade, em cortiços e outras modalidades de habitações coletivas, prolongava-se agora, morro acima, ameaçando o restante da cidade (VALLADARES, 2008, p. 36).

Assim, a favela passa a ser incorporada ao imaginário da cidade de forma estereotipada como “outra cidade” ou “terra sem lei”, como descrito por Benjamin Costallat: “(...) Não atingida pelos regulamentos da prefeitura e longe das visitas da polícia. Na Favela ninguém paga impostos (...), a lei é do mais forte e a do mais valente (...)” (*apud* SILVA e BARBOSA, 2005, p. 28). A reportagem “O Rio desconhecido”, da Revista *Careta* de 4 de dezembro de 1909, é exemplar para demonstrar o processo de construção desse imaginário. A conclusão da reportagem diz o seguinte: “(...) apesar de possuir elementos honestos, a favela é um antro de faccínoras e deve ser arrasado para decência e hygiene da Capital Federal” (*idem*, p. 31). Em 1923 o *Correio da Manhã* descrevia as favelas como um “mundo infecto, onde os homens se esfaqueiam com a calma e a simplicidade com que nós, do lado de cá, nos abraçamos” (*idem*, p. 30). Ia-se, com isso, legitimando perante a opinião pública a lógica dos grupos sociais hegemônicos de que a favela não fazia e não deveria fazer parte da cidade.



Em uma breve trajetória do surgimento das favelas até os dias atuais, é possível verificar que a imagem do senso comum em relação às favelas é de um espaço homogêneo, definido pelo que não teria: falta de infra-estrutura urbana (coleta de lixo, água, esgoto), falta de arruamento, um local sem ordem e sem leis (SILVA e BARBOSA, p. 24). Toda a pluralidade encontrada nas favelas cariocas é ignorada pelo senso comum.

## 2.2 A favela como problema. Ou seria solução?

*Numa vasta extensão/ Onde não há plantação/ Nem  
ninguém morando lá/ Cada um pobre que passa por ali/ Só  
pensa em construir seu lar/ E quando o primeiro começa/  
Os outros depressa/ Procuram marcar/ Seu pedacinho de  
terra pra morar (...)  
É ali que o lugar, então,/ Passa a se chamar favela*  
**Favela (1966), de Jorginho e Padeirinho**

O que fazer da favela? Esta era a pergunta feita por jornalistas logo após o seu reconhecimento. Aos jornalistas juntaram-se engenheiros, médicos e políticos, preocupados com o futuro da cidade e sua população. Se no início do século acontece a Revolta da Vacina a partir da campanha de saneamento de 1907, encampada por Oswaldo Cruz<sup>5</sup>, na década de 1920 é desencadeado a primeira grande campanha de denúncia contra a “lepra da esthetica” (PIMENTA *apud* VALLADARES, 2008, p. 36), depois retomada através do Plano Agache, em 1930, e pelo Código da Construção em 1937 (VALLADARES, 2008, p. 36).

O período compreendido entre 1890 e 1906 corresponde ao início de uma grande crise de moradia. Nesse momento, a população do Rio de Janeiro aumentava a uma taxa geométrica anual de 2,8% e as construções prediais cresciam a um ritmo de 3,4%. Porém, a maioria dos imóveis se destinava às atividades econômicas, enquanto o total de moradias só aumentava 1% ao ano, e ainda havia um descompasso em relação ao crescimento populacional, que corresponde a um aumento da densidade domiciliar, passando de 7,3 para 9,8 pessoas por moradia (RIBEIRO *apud* VALLADARES, 2008, p. 36-7).

---

<sup>5</sup> O médico sanitarista Oswaldo Cruz foi o principal responsável pela Campanha Sanitarista durante o governo Pereira Passos. A respeito da Revolta da Vacina, ver Carvalho (1987) e Sevcenko (2001).



As favelas nascem e crescem em um contexto marcado pelas deficiências do planejamento e gestão urbanística e pela ausência de uma política pública de moradia voltada à população de baixa-renda. Em 1905, durante a reforma urbana de Pereira Passos, o ministro da Justiça e Negócios Interiores, J. J. Seabra, criou uma comissão encarregada de dar um parecer sobre o problema das habitações populares. O engenheiro civil Everardo Backheuser foi escolhido para tratar do aspecto técnico-sanitário. Backheuser relata que as

mil demolições para alargamento de umas tantas ruas, para abertura de algumas, para derrocar velhas choças ruinosas, mas que ainda davam agasalho a famílias, para fechar outras que por insalubres (...) não podiam ser saneadas, tudo isso veio dar à moléstia endêmica do Rio – a má habitação – um caracter agudo, angustiante (...) (*apud* VALLADARES, 2008, P. 37).

Mais preocupado com as questões de insalubridade, epidemias e contágios, o engenheiro realizou um estudo sobre os cortiços, casas de cômodos, avenidas, estalagens, albergues e hospedarias. Mas ainda que ocupassem um lugar de menor importância na paisagem urbana neste momento – 1905 – a favela não escapou da observação de Backheuser. No relatório ele descreve o aspecto físico e as casas pobres e inclui as favelas no rol das habitações anti-higiênicas. No relatório ele escreve a provável intervenção do poder municipal:

O illustre Dr. Passos, activo e intelligente prefeito da cidade, já tem as suas vistas de arguto administrado voltadas para a Favella e em breve providências serão dadas, de accôrdo com as leis municipaes, para acabar com esses casebres (*idem*, p. 39).

A problematização da favela precedeu à extensão do fenômeno ao conjunto da cidade e contou com o forte respaldo do diagnóstico higienista aplicado à pobreza e ao cortiço por Backheuser e ocorreu enquanto o processo de favelização ainda não estava generalizado no Rio de Janeiro. Já desde o Império, no entanto, engenheiros e médicos ocupavam lugar importante na política municipal, conforme relata Valladares:

O Código de Posturas Municipais do Rio se apoiava em sugestões dos médicos, contidas nos relatórios da Comissão de Salubridade da Sociedade de Medicina e Cirurgia; o Clube de engenharia, fundado em 1880, tanto forneceu nomes para compor os quadros do funcionalismo, quanto



propostas para solucionar os problemas de urbanização da cidade; e, na virada do século, foi instituída no Distrito Federal a Comissão de Saneamento do Rio de Janeiro, composta por engenheiros e médicos. A partir da Proclamação da República em 1889, e durante todo o tempo que o Rio de Janeiro permaneceu como Distrito Federal, ou seja, até 1959, engenheiros e médicos governaram a capital (2008, p. 40).

Porém, o relatório de Backheuser consegue atentar para a realidade social vivida na favela, uma percepção diferenciada das representações sociais hegemônicas correntes sobre a população desses locais:

Para ali vão os mais pobres, os mais necessitados, aqueles que, pagando duramente alguns palmos de terreno, adquirem o direito de escavar as encostas do morro e fincar com quatro moirões os quatro pilares do seu palacete. Os casebres, espalham-se por todo o morro; mais unidos na base, espancam-se em se subindo pela rua (!) da Igreja ou pela rua (!) do Mirante, euphemismos pelos quês se dão a conhecer uns caminhos estreitos e sinuosos que dão difícil acesso á chapada do morro.

Alli não moram apenas os desordeiros e os facinoras como a legenda (que já tem a Favella) espalhou; alli moram também operarios laboriosos que a falta ou a carestia dos cômodos atira para esses logares altos, onde se goza de uma barateza relativa e de uma suave viração que sopra continuamente, dulcificando a rudeza da habitação (*apud* VALLADARES, 2008, p. 38)

Mais à frente, em meados da década de 1920, mais de 100 mil pessoas já habitavam as favelas do Rio de Janeiro. Agora, “todas as aglomerações de habitações toscas que surgiam na cidade, geralmente nos morros, e que eram construídas em terrenos de terceiros e sem aprovação do poder público” eram consideradas favelas (ABREU *apud* SILVA e BARBOSA). A década de 1920 marca a afirmação da favela na cidade. É quando também se vê sua expansão pela malha urbana da cidade, em especial em direção à Zona Norte, seguindo a linha do trem. Era o período também em que a questão habitacional se agravava e os moradores do subúrbio organizavam-se em associações e as favelas aumentavam em tamanho e em quantidade, contrariando os grupos sociais hegemônicos

Mas o diagnóstico a propósito dos cortiços e do Morro da Favella havia sido generalizado ao universo das favelas em expansão nesse período. Os médicos higienistas, em seus estudos sobre os agentes causadores de epidemias atribuíam a contaminação do meio urbano aos problemas da cidade. Nesse período volta-se a associar a favela a “doença, mal contagioso, patologia social a ser combatida” (VALLADARES, 2008, p. 40-1). Dentro dessa lógica – de que as favelas seriam



elementos que tanto se opunham à racionalidade técnica, quanto à regulação do conjunto da cidade – seria “natural” eliminar esses espaços.

Quem articulou esses dois argumentos e realizou uma síntese em seus escritos, publicados na imprensa do Distrito Federal foi Augusto de Mattos Pimenta, membro do Rotary Club – Mattos ora era apresentado como médico sanitarista, ora como jornalista e engenheiro. Nos anos de 1926 e 1927, com apoio da imprensa carioca e dos poderes públicos, Mattos empreendeu a

primeira grande campanha contra a favela (...). Mais do que qualquer outro personagem do seu tempo, Mattos Pimenta contribuiu para a transformação da favela em problema, combinando o discurso médico-higienista com o reformismo progressista e os princípios de um urbanismo ainda mais ambicioso que o de Pereira Passos (*idem*, p. 41-2).

Durante esses dois anos a campanha ocupou espaço nos principais jornais do Rio – *O Globo*, *A Notícia*, *Jornal do Commercio*, *O Jornal*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* – apresentando a favela como “lepra da estética”. Considerada na Idade Média a doença dos malditos, ainda nos anos 1920 a lepra era considerada como uma das piores doenças contagiosas, que levavam à segregação dos doentes infectados. Para Mattos Pimenta as favelas deveriam, assim como a doença, ser separadas do restante da cidade. No dia 12 de novembro de 1926, ele proferiu um discurso no Rotary Club do Rio de Janeiro – posteriormente reproduzido no *Correio da Manhã* e em *O Jornal*, com o título “As Favellas” –, e dizia que, antes mesmo da adoção do plano de remodelamento do Rio de Janeiro, era prioritário que se levantasse

uma barreira prophylactica contra a infestação avassaladora das lindas montanhas do Rio de Janeiro pelo flagello das “favelas” – lepra da esthetica, que surgiu ali no morro (...) e foi se derramando por toda a parte, enchendo de sujeira e de miséria preferentemente os bairros mais novos e onde a natureza foi mais pródiga de beleza (*apud* VALLADARES, 2008, p. 42).

Mattos Pimenta retoma ainda o discurso da favela como um espaço anti-higiênico, de que seus moradores eram perigosos e uma terra sem lei. Para ele as favelas propiciavam um “excellente estímulo à indolência, attraente chamariz de vagabundos, reducto de capoeiras, valhacoito e larapios que levam a insegurança e a intranquilidade aos quatro cantos da cidade pela multiplicação dos assaltos e furtos”



(idem, p. 42). Com o apoio da imprensa, a campanha contra a favela foi também sustentada pelo Rotary Club do Rio. Com isso, Mattos Pimenta ainda imprimiu e distribuiu um prospecto intitulado “Casas populares”, propondo uma solução para o problema das favelas e ressalta medidas para o que ele chama de “salvação pública”. Além de parar imediatamente com a construção de novos casebres, a principal medida deveria ser o estabelecimento de uma fiscalização realizada pelos funcionários da prefeitura e do Departamento Nacional de Saúde Pública para impedir construções clandestinas e a elaboração de um programa de construção de casas para os proletários e asilos para os inválidos, velhos e crianças abandonadas (VALLADARES, 2008, p. 43-4).

Mattos Pimenta desenvolveu um Programa de Casas Populares, que constava na construção de prédios de seis andares, cada um com 120 apartamentos, em que o Banco do Brasil e as construtoras deveriam subscrever um contrato de abertura de crédito com garantia hipotecária, sem onerar o Tesouro Público ou promover descontos na folha de pagamento. A idéia era permitir o acesso à propriedade de uma moradia pelo valor de um aluguel mensal. A proposta era substituir as favelas por conjuntos de prédios. Pouco depois dessa campanha “anti-favela”, no início de 1928, foram derrubados centenas de barracos pelo prefeito Prado Junior, e os moradores foram obrigados, por conta própria, a procurar onde morar (CONNIFF *apud* VALLADARES, 2008, p. 44) e a construção de casas populares proposta por Mattos Pimenta não foi implementada.

### 2.3 Estado x Favela: as políticas públicas habitacionais no século XX

*(...) Mais um dia nós nem pode se alembrá/ Veio os homes  
c'as ferramenta/ O dono mandô derrubá/ Peguemo tudas  
nossas coisas/ E fumos pro meio da rua/ Preciá a demolição/  
Que tristeza que nos sentia/ Cada táubua que caía/ Doía no  
coração/ Mato Grosso quis gritá/ Mais em cima eu falei/ Os  
homes tá c'oa razão/ Nós arranja outro lugá/ Só se  
conformemo/ Quando o Zeca falô/ Deus dá o frio/ Conforme o  
cobertô (...)*

**Saudosa Maloca (1955), de Adoniram Barbosa**

*Podem me prender/ podem me bater/ podem até/ deixar-me  
sem comer/ que eu não mudo de opinião/ daqui do morro/ eu  
não saio não./ Se não tem água/ eu furo um poço/ Se não tem  
carne/ eu pego um osso/ e ponho na sopa/ e deixa andar/ fale  
de mim/ quem quiser falar/ aqui eu não pago aluguel/ se eu  
morrer amanhã, seu doutor/ estou pertinho do céu*

**Opinião (1963) de Zé Ketí**



A partir da década de 1930, mudanças na economia e na política brasileiras estimularam um fluxo migratório em direção às cidades, vindo principalmente do Nordeste. Com as cidades sem capacidade para atender a essa nova demanda habitacional, o problema da habitação se agrava. Daí em diante, as favelas não pararam de crescer. Segundo estudo de Suzana Pasternak, especialista em planejamento urbano regional, hoje há cerca de 2 milhões de domicílios em áreas ilegalmente ocupadas pela população de baixa renda. A parcela desse tipo de moradia vem aumentando no total nacional de domicílios: correspondia a 1,62% em 1980, passou a 2,76% em 1991 e chegou a 3,69% em 2005. Neste mesmo ano, a taxa de crescimento das favelas foi de 3,46%, mais que o dobro da média anual de crescimento da população brasileira no período entre 2000 e 2006, que foi de 1,62% (LOBO, 2007, p. 42-9).

Os dados do Censo Demográfico de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontavam 1,09 milhão de pessoas morando em favelas - 18,7% da população carioca. Os números demonstram que a população favelada no Rio vem crescendo desde os anos de 1950, sendo que naquela época, viviam em favelas 7% dos moradores da cidade. A proporção cresceu para 10,2% na década seguinte; aumentou para 13,3% nos anos 1970; caiu para 12,3% nos anos 1980; e voltou a subir, para 16%, nos anos 1990.

Há ainda dificuldades em se definir as favelas. O IBGE considera a favela como um “aglomerado subnormal”, considerado um conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios ocupando ou tendo ocupado até o período recente terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos em geral de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais. Já o Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro, de 1992, considera favela uma área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação de terra por população de baixa renda, precariedade da infra-estrutura urbana e de serviços públicos, com vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregulares e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais

Por conta disso, há divergências entre o número de favelas nos dados do IBGE e os dados disponibilizados pelo Instituto Pereira Passos (IPP), vinculado à Prefeitura do Rio de Janeiro. O IBGE afirma que na cidade existem 516 favelas; já o Instituto Pereira Passos não estabelece número mínimo de moradias e considera que a cidade



tem 752 favelas. Nesse universo de 752 favelas não constam ainda todas as 516 favelas consideradas pelo IBGE, daí a grande dificuldade encontrada hoje em enumerar as favelas no Rio de Janeiro.

Essa dificuldade pode ser creditada à grande diferenciação existente de uma localidade para outra, da falta de homogeneidade desses espaços – embora o tratamento dispensado ao longo do século XX às favelas tenha se baseado em políticas homogeneizantes. Podemos considerar que essas relações entre o Estado e as favelas no Rio de Janeiro obedecem a seis etapas, conforme assinala Valladares:

1ª) anos 1930 – início do processo de favelização do Rio de Janeiro e reconhecimento da existência da favela pelo Código de Obras de 1937; 2ª) anos 1940 – a primeira proposta de intervenção pública corresponde à criação dos parques proletários durante o período Vargas; 3ª) anos 1950 e início dos anos 1960 – expansão descontrolado das favelas sob a égide do populismo; 4ª) de meados dos anos 1960 até o final dos anos 1970 – eliminação das favelas e sua remoção durante o regime autoritário; 5ª) anos 1980 – urbanização das favelas pelo BNH (Banco Nacional de Habitação) e pelas agências de serviço público após o retorno à democracia; 6ª) anos 1990 – urbanização das favelas pela política municipal da cidade do Rio de Janeiro, com o Programa Favela-Bairro. (2008, p. 23)

No início de década de 1930 foi aprovado o Plano de Reforma Urbana, concebido pelo engenheiro Alfred Agache e batizado com seu nome. O Plano dividia a cidade de acordo com as funções de cada área: comercial, industrial e residencial. Agache propunha a eliminação daquele tipo de habitação dos morros, mas defendeu também a necessidade da construção de moradias populares como forma de substituição aos barracos destruídos. O urbanista foi o primeiro a finalmente entender que se os moradores das favelas “fossem simplesmente expulsos, se installariam em alhures nas mesmas condições.” (AGACHE *apud* VALLADARES, 2005, p. 49). A população das favelas e o operariado deveriam ser removidos para casas e edifícios coletivos, que seriam instalados próximos às zonas industriais, nos subúrbios. A intenção era separar as classes sociais e fixava permanentemente o lugar do pobre (SILVA e BARBOSA, 2005, p. 33). Embora os projetos de Agache tenham sido oficialmente aprovados, a Revolução de 1930, que levou à ditadura de Getúlio Vargas, modificou os planos e eles nunca chegaram a ser implantados.

Mas é a partir de 1930 que a favela começa a aparecer oficialmente no mapa da cidade. Este reconhecimento aconteceu primeiramente de forma política, através do contato que o então prefeito da cidade, Pedro Ernesto (1932-1934), estabeleceu



com habitantes das favelas, intervindo em questões como a legalidade do solo, a instalação de serviços públicos e a integração das escolas de samba ao programa oficial de carnaval da cidade. Com o aumento de sua popularidade, o prefeito Pedro Ernesto é afastado em 1936 por Getúlio Vargas. Este, por sua vez, fez questão de enquadrar aquelas ações clientelistas a sua forma de governar, já que a relação com os pobres seria uma das bases de sustentação do novo regime. Após 40 anos de existência, a favela só agora era reconhecida oficialmente e pela primeira vez são incluídas no plano das intervenções do poder público. Propostas de eliminação como solução dão lugar ao debate em torno do melhoramento das condições de vida de seus habitantes, surgia um novo discurso centrado na necessidade de melhorar as condições de vida das pessoas que viviam em favelas, ao mesmo tempo em que colocava a necessidade de uma educação “civilizadora” – os moradores de favelas eram considerados ignorantes em relação a higiene e salubridade (*idem*, p. 35).

Após seu reconhecimento político, o Código de Obras do Distrito Federal de 1937 concretizou juridicamente as favelas como uma forma de moradia existente na cidade. Em um de seus artigos, o Código decretava que “a formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacôrdo com as condições dêste decreto, não será absolutamente permitida” (Código de Obras de 1937 *apud* VALLADARES, 2005, p. 52). Além de proibir a construção de novos casebres, o Código vedava também que fossem feitas melhorias naqueles já existentes, sob pena de demolição.

O primeiro documento oficial que versa sobre as favelas é o “Esboço de um plano para o estudo e solução do problema das favelas no Rio de Janeiro”, um diagnóstico sobre a realidade das favelas, coordenado pelo médico Victor Tavares de Moura, em 1940. A proposta resultante do estudo foi a criação de “Parques Proletários”. Pela primeira vez também se levava em consideração a necessidade de “conhecer por dentro”, já que uma das principais preocupações das autoridades públicas à época era a total falta de informações precisas sobre as favelas. As conclusões do estudo de Moura também eram raras para a época, pois divergia dos estigmas de criminalidade, marginalidade e desorganização social, até então recorrentes no tratamento dado aos espaços favelados. Porém, o estudo mantinha o caráter higienista – foi encaminhado ao Secretário de Saúde do Distrito Federal e caracteriza o morador de favela como passivo, necessitado de ajuda do poder público



e que não tinha condições de contribuir na elaboração de propostas de intervenção (SILVA e BARBOSA, 2005, p. 36). Mais do que isso, o estudo concebia os moradores de favelas como “pré-cidadãos”, vistos como não possuidores de direitos, “mas como almas necessitadas de uma pedagogia civilizatória” (VALLA *apud* SILVA e BARBOSA, 2005, p. 37).

Data de maio de 1942 a inauguração do primeiro Parque Proletário no Rio de Janeiro, localizado na Gávea, na Rua Marquês de São Vicente. Era composto de 550 casas e abrigava, já em 1943, cerca de 6 mil moradores. Mas apesar do discurso higienista, os banheiros e cozinhas eram de uso coletivo, e não havia sistema de esgoto. Também em maio de 1942 foi inaugurado o Parque Proletário do Caju, com cerca de 1400 moradores. Também em 1942 seria inaugurado o terceiro Parque Proletário, no Leblon (SILVA e BARBOSA, 2005, p. 38-9).

Embora elaborados sob a perspectiva reguladora da vida social, onde o Estado pudesse exercer mais controle sobre os habitantes vindos de favelas, os parques proletários acabaram por permitir uma maior organização dos moradores. Essa mobilização se deu como forma de luta, já que os parques proletários eram pouco atraentes – muitas vezes as casas dos parques proletários, de caráter provisório, eram piores do que as de muitos moradores transferidos – e porque a ida para esses espaços acarretava a perda total de suas moradias originais (*idem*, p. 39). Dadas essas condições, em 1945 foram criadas as primeiras comissões de moradores como forma de resistência às remoções. Data de 1945 também o declínio da experiência dos parques proletários, junto com o fim da Era Vargas.

Essa organização dos moradores de favelas de certa forma preocupou os setores mais conservadores da sociedade carioca, levando à criação, em 1946, da Fundação Leão XIII, iniciativa conjunta da prefeitura e da Arquidiocese do Rio de Janeiro. A Fundação foi a primeira instituição criada especificamente para atuar de forma direta nas favelas, sob o lema de que “era necessário subir o morro antes que dele descessem os comunistas” (*idem*, p. 41). Entre os objetivos da Fundação Leão XIII estava, segundo Burgos, “prestar assistência material e moral” e

ao invés do conflito político, promove o diálogo e a compreensão, ao invés da luta pelo acesso aos bens públicos, o assistencialismo, no lugar da crítica, a resignação, em vez do intelectual orgânico, a formação de lideranças tradicionais (*apud* SILVA e BARBOSA, p. 41)



A metodologia da Fundação Leão XIII se sustentava na idéia de incapacidade dos moradores das favelas, com base em uma visão preconceituosa e paternalista, além de práticas autoritárias que buscavam, sobretudo, estabelecer o controle social daquelas populações. Porém, algumas ações comunitárias realizadas com o apoio da Leão XIII possibilitaram alguma forma de organização dos moradores, mesmo que em situação que não lhes cabia, como recolhimento de dinheiro entre os moradores e mutirões para melhorias urbanas das favelas. Entre 1947 e 1954, a Fundação implantou água, esgoto, luz e redes viárias em 34 favelas, e manteve centros sociais em oito das maiores favelas do Rio (Jacarezinho, Rocinha, Telégrafos, Barreira do Vasco, São Carlos, Salgueiro, Praia do Pinto e Cantagalo). Enquanto isso, moradores das favelas avançavam em suas articulações políticas. (BURGOS, 1998, p. 29).

Paralelo às ações da Fundação Leão XIII, em 1948 a Prefeitura do Distrito Federal realizou o primeiro Censo de favelas do Rio de Janeiro. O documento apontou a existência de 105 favelas (com 138.837 moradores, ou 7% da população total da cidade), número inferior aos antes divulgados pela imprensa, que noticiava o universo da favela como contendo entre 400 mil e 600 mil habitantes. A segunda etapa do censo realizado em 1948 foi o Censo Geral de 1950, “no qual pela primeira vez as favelas são indicadas como tais” (nos recenseamentos de 1920 e 1940, por exemplo, o Morro da Providência havia sido definido como “espaço provisório”). Nesses dois anos que separam os dois Censos, o número de habitantes das favelas aumentaram de 138.837 para 169.305.

Valladares lembra ainda que o Parque Proletário da Gávea, construído como “solução provisória” pelo Estado oito anos antes, já aparecia nas estatísticas de 1950 como uma favela, comprovando o fracasso da política de remoção. Em relação ao Censo Geral de 1950, o diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento do IBGE, Alberto Passos Guimarães, apontou que a população favelada era claramente “ativa, predominante trabalhadora, ligada através de ocupações diversas. [...] Não se trata pois de uma população composta de marginais, mas de aglomerados humanos integrados regularmente na vida social” (GUIMARÃES *apud* VALLADARES, 2005, p. 70).

É também na década de 1950 que as organizações e associações de moradores em favelas se fortalecem. Esse fortalecimento se deve também ao contato mais próximo com a classe política, que agora se intensificava na busca por conquistar novos eleitores. Nesse mesmo momento, a proposição mais ativa de alguns setores



religiosos, que defendiam os interesses populares começaram a fazer ruir a histórica ligação entre os setores da Igreja Católica e do poder estatal.

Nesse processo surge, em 1956, o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (Serfha). A partir dos anos 1960 a Serfha estimula o processo de organização dos moradores e são formadas associações em diversas favelas. A proposta de melhoria física das favelas e do apoio às associações estava revestido do interesse de cooptar essas lideranças e do controle político dessas organizações (SILVA e BARBOSA, 2005, p. 40-2).

Nessa perspectiva, no início dos anos 1960 com a eleição de Carlos Lacerda como governador da Guanabara, cria-se a Companhia de Habitação Popular e uma reforma da Fundação Leão XIII. A política adotada por Lacerda era clara: remoção das favelas e a transferência de seus moradores para conjuntos habitacionais.

O retorno à política de remoção se dá, nesse momento, especialmente devido à grande expansão imobiliária vivido na Zona Sul do Rio de Janeiro. Esse movimento de expansão havia trazido para essa região um grande número de favelas, onde moravam os trabalhadores da construção civil. Analisando as favelas segundo o Instituto Pereira Passos em 1964, é possível observar uma concentração na Zona Sul carioca e uma forte expansão em direção à Zona Oeste, acompanhando o movimento da expansão da rede ferroviária. Mas é ainda na Zona Norte a maior concentração de favelas no Rio, com 67,9% do total (*idem*, p. 42-3).

Porém, em relação às remoções implementadas entre os anos de 1962 e 1973, que tinha o objetivo de criar novas habitações para suprir o déficit habitacional, oferecendo aos moradores das favelas condições para adquirirem a casa própria, a atuação se deu basicamente na Zona Sul, área então muito valorizada do ponto de vista imobiliário. Essas remoções revelaram o compromisso de liberar terrenos para a expansão imobiliária, de acordo com os interesses do mercado. Da Zona Sul saíram 32,6%, contra 25,1% da Zona Norte (*idem*, p. 44). Em uma análise proporcional em relação ao número de moradores das Zonas Sul e Norte, foram removidos da Zona Sul 7,4 vezes mais moradores do que da Zona Norte.

Esse término de políticas populistas em relação às favelas se dá principalmente a partir de 1964, com o golpe militar. A partir de então foi instaurado um sistema autoritário e voltado para os interesses do setor econômico. Além disso, o período foi caracterizado por um amplo controle dos grupos populares. No entanto, isso não foi capaz de impedir que em 1968 fosse realizado o maior Congresso organizado pela



Federação de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg), que deliberou a defesa da urbanização como melhor solução para os problemas das favelas. No Congresso, vale lembrar, vários dirigentes foram presos, torturados e mortos pelo regime ditatorial (*idem*, p. 45-6).

Mesmo com algumas resistências de organizações nas favelas, o período logo após o golpe de 1964 foi de aprofundamento da política de remoção iniciada por Carlos Lacerda e radicalizou-se um conjunto de ações para expulsar definitivamente os setores populares das áreas mais nobres do Rio de Janeiro. No período de 1962 a 1973, quase 140 mil pessoas foram removidas e transferidas para conjuntos habitacionais (*idem*, p. 47).

A partir do final da década de 1970 houve uma remodelação das intervenções públicas nas favelas que se deram principalmente, como assinala Valla, por conta: a) da preocupação de instituições internacionais como UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e BIRD (Banco Mundial) com o aumento das populações periféricas no Terceiro Mundo; b) do crescimento das favelas como redutos oposicionistas; c) o crescimento da população favelada muito maior do que do restante da cidade – 317% contra 44%; d) a reorganização da Fafeg (agora Faferj – Federação das Favelas do Estado do Rio de Janeiro), com o slogan “urbanização e posse de terra”; e) a pressão da Igreja Católica via a Pastoral de Favelas; f) a desaceleração da construção civil para a classe média em função da crise econômica; e g) a percepção de grupos políticos do potencial eleitoral das favelas (*apud* SILVA e BARBOSA, 2005, p. 50-1).

Em 1979 a ditadura militar criou o Promorar, também conhecido como Projeto Rio, que se propunha a urbanizar favelas na região da Maré e da Baía de Guanabara. Nesse período foi criada a Comissão de Defesa das Favelas da Maré (Codefam), que tinha a intenção de criticar a postura autoritária no encaminhamento do projeto e o desejo de intervir no processo de forma efetiva. Essas formas de organização nas favelas foram também impulsionadas pelo processo de democratização da década de 1980, ocasionando uma maior organização em torno das reivindicações estruturais. Nesse período foi ampliado significativamente o acesso regular à água, esgoto, coleta de lixo, asfaltamento e iluminação, além de construções de escolas e creches e de postos de saúde. Essa mobilização criou condições para a elaboração, no início dos anos 1990, do Programa Favela-Bairro, da Prefeitura do Rio de Janeiro, que então passou a reconhecer a urbanização como a política mais adequada para o atendimento



às demandas dos moradores de favelas. Em 2005, o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM) produziu um relatório de avaliação do programa Favela-Bairro. Na auditoria, entre outras advertências, o TCM indica a deterioração de parte dos sistemas de infra-estrutura implantados provocados pela precariedade de serviços de manutenção, utilização incorreta por parte dos moradores, fragilidade do monitoramento e na fiscalização e crescimento das comunidades, que coloca uma pressão maior que a prevista nas estruturas; tempo excessivo entre o término do projeto e o início das obras; divergências entre as obras previstas nos projetos e as executadas; ausência de controle de crescimento das comunidades e carência em relação a áreas de lazer.

Já no início da década de 2000 essa política de urbanização vem sendo colocada em questão pelos setores dominantes, influenciados principalmente pelo crescimento de grupos criminosos armados nas favelas. Isso demonstra ainda que não houve uma transformação de mentalidade das classes dominantes em relação aos moradores de favelas, que ao longo do século XX foi representado de forma estigmatizante, posição que continua influenciando as definições de políticas estatais, especialmente na atuação das forças policiais.

## **2.4 O conjunto de favelas do Alemão**

*Antes aqueles morros não tinham nomes/ Foi pra lá o  
elemento home/ Fazendo barraco, batuque e festinha/  
Nasceu Mangueira, Salgueiro,/ São Carlos e Cachoeirinha/  
Andaraí, Caixa D'Água, Congonha,/ Alemão e Borel/ Morro  
do Macaco e Vila Isabel*  
**Aqueles Morros (1994), Bezerra da Silva e Pedro Butina**

Formado por 13 favelas, o conjunto de favelas do Alemão, mais conhecido como Complexo do Alemão, fica localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente na Serra da Misericórdia, parte central da região da Leopoldina, abrangendo os bairros de Bonsucesso, Inhaúma, Olaria, Penha e Ramos. O Censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta uma população de 65.021 habitantes, porém há estimativas de que hoje moram no conjunto de favelas entre 120 e 160 mil pessoas, ocupando uma área de 6.185 hectares, caracterizando a região como a segunda mais populosa da cidade do Rio de Janeiro. A discrepância em relação ao número de moradores pode ser explicada segundo estudo realizado pelo Centro de Promoção da Saúde (Cedaps), realizado em 2003, que



baseado em informações da Prefeitura Municipal, afirma que muitos moradores do Complexo do Alemão não informam seu endereço utilizando “Complexo do Alemão” como seu bairro de moradia, preferindo usar o nome do bairro mais próximo da favela (Bonsucesso, Inhaúma, Olaria, Penha ou Ramos), muito por conta do estigma criado sobre o bairro, marcado por uma reputação cada vez pior com relação à violência e à pobreza.

As treze favelas que compõe o Complexo do Alemão são Alto Florestal, Alvorada, Cruzeiro, Grota, Itararé, Joaquim de Queiroz, Morro da Baiana, Morro da Esperança, Morro das Palmeiras, Morro do Adeus, Morro do Alemão, Morro do Mineiro e Nova Brasília. Essas favelas apresentam o índice de Desenvolvimento Humano mais baixo dos 126 bairros da capital carioca: 0,711. Com expectativa de vida de 64,8 anos e com 14% da população analfabeta, cerca de 29% da população vive abaixo da linha de pobreza. Com altas taxas de natalidade, pouca oferta de emprego, baixo índice de desenvolvimento infantil e carência no atendimento no setor de saúde, o Complexo do Alemão apresenta uma taxa de mortalidade infantil de 40,15 por 100 mil nascidos vivos, número cinco vezes maior do que as zonas mais nobres da cidade do Rio (7,76 por 100 mil).

Economicamente, a região no entorno do Complexo do Alemão, principalmente a partir da década de 1990, viveu um intenso processo de desindustrialização, acarretando a perda de pelo menos 20 mil postos de trabalho. Atualmente a atividade econômica predominante na região se resume a seis mil pequenos estabelecimentos, a maioria (87,4%) do segmento de comércio e serviços.

Sua formação iniciou na década de 1950, quando após a Primeira Guerra Mundial o polonês Leonard Kaczmarkiewics exilou-se no Brasil, adquirindo lotes de terra na Serra da Misericórdia, onde hoje se encontra a favela Morro do Alemão. Já em 1951 o polonês dividiu o terreno em lotes com o intuito de vendê-los. O nome dado ao conjunto de favelas tem origem no sotaque carregado do polonês, que ficou popularmente conhecido como Alemão.

No campo educacional, o conjunto de favelas têm oito escolas, sendo sete no entorno e apenas uma dentro da favela. O movimento Rio Como Vamos divulgou, em 2007, pesquisa sobre a situação da educação nas 33 regiões administrativas do Município do Rio de Janeiro. Realizada pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), com base em dados do índice de Desenvolvimento da Educação



Básica produzidos pelo INEP/MEC em 2007, de toda a cidade apenas o Complexo do Alemão não apresenta qualquer informação, devido à falta de dados sobre a região.

No quesito aparelhos culturais – também de acordo com levantamento realizado pelo Rio Como Vamos –, o Complexo do Alemão não apresenta nenhum cinema, teatro, biblioteca, escola musical, centro cultural e museu.

A segurança do conjunto de favelas é de responsabilidade do 16º Batalhão da Polícia Militar, que supervisiona nove bairros (Alemão, Brás de Pina, Cordovil, Jardim América, Olaria, Parada de Lucas, Penha, Penha Circular e Vigário Geral).<sup>6</sup>

## **2.5 A favela em busca de seu lugar: a luta de moradores do conjunto de favelas do Alemão por cidadania**

*“Um tiro em Copacabana é uma coisa [zona sul]. Um tiro na [favela da] Coréia, no complexo do Alemão [nas zonas oeste e norte, respectivamente], é outra”.*

**José Mariano Beltrame, secretário de Segurança do Rio de Janeiro [Folha de São Paulo, 24 de outubro de 2007]**

*“É uma política correta, temos que partir para o confronto. Isso dá um desconforto para os acadêmicos, mas faz parte do jogo democrático”*

**Nelson Jobim, Ministro da Defesa do Brasil [Folha de São Paulo, 24 de outubro de 2007]**

As declarações do secretário de Segurança Pública José Mariano Beltrame e do Ministro da Defesa Nelson Jobim, proferidas em 2007, não diferem muito da visão já apresentada em 1900, mais de um século antes pela imprensa brasileira, mais especificamente pelo Jornal do Brasil, que à época classificou o Morro da Favela como um lugar “infestado de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias” (VALLADARES, 2008, p. 26).

Os discursos dos agentes públicos ao longo do século XX, e principalmente nos últimos anos, constituíram uma estratégia para legitimar uma política de segurança baseada na política do “enfrentamento ou do confronto”. A política atual de segurança pública, adotada pelo governo Sérgio Cabral Filho, tem resultado na disseminação de mega-operações em favelas do Rio de Janeiro e o aumento

---

<sup>6</sup> As informações foram retiradas do site do Grupo Sócio-Cultural Raízes em Movimento ([www.raizesemmovimento.org.br](http://www.raizesemmovimento.org.br)), que realizou uma extensa pesquisa de campo sobre o conjunto de favelas do Alemão, além de um levantamento sobre a história do Complexo; e do site Rio Como Vamos ([www.riocomovamos.org.br](http://www.riocomovamos.org.br)), que disponibiliza dados sobre as regiões da cidade referentes a Cultura, Educação, Saúde, Violência e Segurança Pública, Meio ambiente, Transporte, Trabalho, Emprego e Renda.



significativo do número de autos de resistência<sup>7</sup> a partir de 2007. Em relação a 2006, o número subiu de 1063 para 1330 em 2007. No primeiro semestre de 2008 (últimos dados disponibilizados pelo Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro), o número subiu 9,1% no primeiro semestre, comparada com o mesmo período do ano anterior (no primeiro semestre de 2007 foram mortas 694 pessoas registradas como autos de resistência. No mesmo período em 2008, 757 pessoas morreram)<sup>8</sup>.

É a partir da década de 1980, em nome do combate ao tráfico de drogas, que diferentes governos passam a implementar uma política de segurança cada vez mais repressiva e com rígido controle das populações pobres. O efeito direto é o número crescente de civis mortos. Para se ter uma idéia, no ano de 1997, 300 mortes foram registradas como autos de resistência. Em 2007, 10 anos depois, 1330 pessoas foram mortas pela polícia, um aumento de mais de 440% no período.

Essa política sustentada pela militarização das forças de segurança no estado do Rio de Janeiro trazem de volta à tona o discurso higienista e do projeto urbanístico da cidade, comuns no final do século XIX e início do XX. Esses discurso tinham o objetivo de controlar a população pobre, que era identificada como composta de vagabundos e causadora de doenças. Um exemplo da recorrência a esse discurso atualmente pode ser demonstrado pela declaração, em abril de 2008, do Comandante do 1º Comando de Policiamento de Área (CPA) do Rio de Janeiro Marcos Jardim. Em entrevista à imprensa após uma operação policial na favela de Vila Cruzeiro, ele afirma que “a PM é o melhor inseticida social” (*apud* JUSTIÇA GLOBAL, 2008, p. 7). O saldo da operação foi de nove mortos e seis feridos.

A atual política de segurança do Rio de Janeiro vem transformando as ações de segurança pública em atos de extermínio e exposição permanente à morte da população pobre. O sociólogo Loïc Wacquant afirma que

a insegurança criminal do Brasil tem a particularidade de não ser atenuada, mas nitidamente agravada pela intervenção das forças da ordem. O uso rotineiro da força letal pela polícia militar (...) as execuções sumárias e os “desaparecimentos” inexplicáveis geram um clima de terror entre as classes populares (2001, p. 9).

---

<sup>7</sup> Autos de resistência é o termo utilizado para registrar casos de civis mortos em suposto confronto com a polícia e resistência à prisão.

<sup>8</sup> De acordo com os dados do Balanço de Incidências Criminais do Estado do Rio de Janeiro, produzido pelo Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, disponível em [http://urutau.proderj.rj.gov.br/isp\\_imagens/Uploads/BalancoSemestral2008.pdf](http://urutau.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/BalancoSemestral2008.pdf)



Tendo como pano de fundo o combate ao tráfico de drogas, tem-se empreendido a criminalização das populações moradoras de favelas, especialmente na cidade do Rio de Janeiro. Nesta disputa empreendida pelo governo do Estado, o inimigo é identificado principalmente por características geográficas e sociais: o pobre morador da favela. Esta criminalização serve como pretexto e justificativa para ações de violação dos direitos humanos para alcançar os objetivos das classes e blocos de poder dominantes.

Esse modelo de segurança, pautado na letalidade como indicador de eficiência tem talvez seu primeiro grande incentivo formal em 1994, com a Operação Rio, que contou com soldados do exército nas ruas e promoveu a chamada “premiação faroeste”, que teve continuidade até 1997. Esta “premiação” condecorava com “promoção por bravura” e “gratificação por mérito” os policiais que praticassem atos considerados de bravura pelo comando da corporação. Na maior parte dos casos, os policiais haviam participado de ações que resultaram na morte de supostos criminosos, colaborando significativamente para acobertar e fortalecer crimes cometidos por agentes do Estado (COIMBRA *apud* JUSTIÇA GLOBAL, 2008, P. 8).

Em 2003, o então secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, Josias Quintal, declarava à imprensa a necessidade do conflito armado, por conta da “Operação Rio Seguro”. Na ocasião, o secretário disse ao jornal O Globo: “Nosso bloco está na rua e, se tiver que ter conflito armado, que tenha. Se alguém tiver que morrer por isso, que morra. Nós vamos partir pra dentro” (O GLOBO, *apud* JUSTIÇA GLOBAL, 2008, P. 8). O sucessor de Josias Quintal na secretária de Segurança, Anthony Garotinho, chegou a comemorar a morte de mais de 100 pessoas – supostos bandidos – em menos de 15 dias de sua gestão como secretário (*idem*). No ano de 2003, em relação ao ano anterior, teve um aumento de 33% do número de mortes em confrontos com a polícia (de 900 mortos em 2002 para 1195 em 2003).

Tomando uma postura diferente durante o período eleitoral, o atual governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, declarou, no dia de sua eleição, em 15 de novembro de 2006, que os veículos blindados da polícia, conhecidos como “caveirão” estavam com os dias contados, porque representavam “um trauma para as comunidades. Não dá pra fazer segurança pública com ‘caveirão’”, e acrescentou ainda que a polícia entraria “prestando serviços e garantindo a segurança à população”



(PORTAL TERRA, 15/11/2006)<sup>9</sup>. Essa declaração teve significativa importância, já que no dia 11 de outubro de 2006, portanto pouco mais de um mês antes da declaração do governador, o Batalhão de Operações Especiais – Bope – da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro ocupava o conjunto de favelas do Alemão, permanecendo até o dia 23 do mesmo mês. A saída do Bope só aconteceu depois que, no dia 20 de outubro, moradores do conjunto de favelas do Alemão e organizações da sociedade civil se reuniram para buscar soluções para evitar a continuidade da ocupação violenta da favela pelo Bope. Na reunião, vários relatos foram expostos por moradores que haviam sofrido violência. Alguns deles, como os que seguem a seguir:

Na televisão, eles só mostram a realidade deles. Como se a polícia estivesse aqui para ajudar os moradores. Mas não é isso que está acontecendo. São muitos fatos da polícia agredindo os moradores, eles invadem as lojas, quebram, rasgam as coisas, e ninguém pode fazer nada.

Temos medo de falar, pois a polícia faz represálias. Outro dia o caveirão entrou na favela, o policial desceu e gritou pra todo mundo: “chegou a arma de matar morador!”. A gente tem medo de falar, de reagir.

A polícia não pode descontar nos moradores. Tem pessoas que estão com medo de abrir os seus negócios, de trabalhar. À noite, ninguém pode ir para suas casas depois do trabalho, está todo mundo com medo.

A população em geral tem que ver o que a gente está passando! A televisão não mostra! Tem um monte de gente ferida de bala todo dia aqui. Outro dia, uma bala tirou o tampo da cabeça de um senhor que estava passando na rua.

Nós estamos sendo desrespeitados em todos os direitos que nós temos. De ir e vir, de privacidade... Crianças não estão podendo ir à escola, trabalhadores não podem ir trabalhar, tem gente com problema de nervos, tem gente inocente morrendo toda hora.<sup>10</sup>

Como resolução, moradores foram ao Ministério Público, munidos de um abaixo-assinado com 1500 assinaturas, no dia 23, entregar denúncia dos abusos cometidos pela polícia. A resposta do MP foi apenas indicar que todas as vítimas procurassem a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro para protestar na justiça contra o que considerarem abuso de poder dos agentes do estado. Porém, a organização dos moradores, e a busca por uma solução junto ao Ministério Público foram capazes, naquele momento, de fazer com que o Bope deixasse o Conjunto de

---

<sup>9</sup> Disponível em <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI12348507-EI503O.OO.html>

<sup>10</sup> Relatos registrados durante a reunião, e expostos com autorização dos autores, porém sem identificação.



favelas do Alemão naquele dia 23. Porém, “policiais militares do 16º Batalhão (Olaria) continuaram as investidas violentas na favela. Não com tanta veemência como os homens do Bope, mas continuam gerando conflitos na favela e preocupando a população”, afirmou um morador ao site do Observatório de Favelas<sup>11</sup>.

Continuando as discussões sobre os abusos da força policial, os moradores realizaram ainda, no dia 24 de outubro, o I Fórum de Discussão Contra a Violência e em Defesa da Vida. A idéia do Fórum partiu de moradores, comerciantes locais, associações de moradores e organizações não-governamentais que trabalham com direitos humanos, com o objetivo de mostrar à população em geral, pela imprensa, as atrocidades cometidas pelo Bope nesse período. Reunindo mais de 400 moradores e com presença da imprensa, o Fórum foi marcado por denúncias e relatos de ações truculentas praticadas pela polícia.

Após três meses sem ocupação ostensiva da polícia militar no conjunto de favelas do Alemão, em fevereiro de 2007, ocorre uma nova ocupação das forças policiais (Bope e Core – Coordenadoria de Recursos Especiais) no Alemão, agora entre os dias 13 e 15 de fevereiro. No mesmo dia 15, organizações sociais e de direitos humanos emitem uma Nota Pública solicitando uma audiência com o secretário de Segurança Pública e com o comandante-geral da Polícia Militar para discutir a operação realizada pelas forças policiais no Complexo do Alemão e apresentar denúncias de violação dos direitos humanos. A Nota, assinada por 10 instituições ligadas aos direitos humanos<sup>12</sup>, afirma que a operação iniciada no dia 13 de fevereiro desonra o compromisso firmado entre os governos federal e estadual em adotar uma nova política de segurança pública. A Nota continua:

Como em momentos anteriores, a atual operação policial tem violado os direitos dos moradores que estão impedidos de trabalhar, freqüentar a escola, entrar ou deixar a comunidade e, mais grave ainda, são vítimas de “balas perdidas” ou de execuções sumárias praticadas por policiais.

A ocupação ostensiva da comunidade por essas forças policiais acontece nos mesmos moldes violentos do governo anterior, com a entrada da polícia abrindo fogo contra moradores, residências e estabelecimentos comerciais, destruindo os transformadores de energia elétrica, deixando a população

---

<sup>11</sup> [www.observatoriodefavelas.org.br](http://www.observatoriodefavelas.org.br), acesso em 30/10/2006.

<sup>12</sup> Assinaram a Nota as seguintes instituições: Justiça Global, Observatório de Favelas, Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, Grupo Sócio-Cultural Raízes em Movimento, Centro de Promoção da Saúde (Cedaps), Grupo Cultural AfroReggae, Central Única das Favelas (Cufa), Anistia Internacional, SOS Comunidades, Mandato Popular Deputado Estadual Marcelo Freixo e Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis.



sem luz e telefone, com clara intenção de intimidar, acuar e deixá-los isolados.

Ao reeditar ações policiais como a em curso no Complexo do Alemão, os governos estadual e federal abrem mão da proposta de ação pautada em investigações sérias e de inteligência apresentadas durante o anúncio da cooperação na área de segurança pública. O que podemos verificar é a continuidade da política de combate à criminalidade centrada no enfrentamento armado que tem como critério de eficiência a letalidade e que põem em risco e viola direitos dos moradores das comunidades.

Décadas de policiamento violento e repressivo baseado em violações de direitos humanos não tem incidido na redução da criminalidade ou na diminuição dos homicídios, especialmente nas comunidades. Nesse sentido, as organizações sociais e de direitos humanos que assinam essa nota e moradores do Complexo do Alemão, estão solicitando uma audiência com o Secretário de Segurança Pública e com o Comandante Geral da Polícia Militar para discutir a operação em curso *[terminada no dia 15 de fevereiro de 2007]* na comunidade e apresentar denúncias de violações.<sup>13</sup>

Com a pressão das organizações, no próprio dia 15 as forças de segurança deixaram o Complexo do Alemão. Mas menos de 20 dias depois, no dia 6 de março, duas pessoas morrem e oito ficam feridas em uma ação policial no Alemão. Após o assassinato, no dia 1º de maio, dos policiais Marco Antonio Ribeiro e Marcos André Lopes, a polícia volta a ocupar o Complexo do Alemão, com 150 homens. No dia 13 de junho, uma nova investida, ampliando a ocupação que já ocorria desde o dia 2 de maio, agora com 450 homens, sendo 250 da Força de Segurança Nacional e 200 homens de 17 Batalhões Policiais do Rio, incluindo o Bope e o Batalhão Florestal. O objetivo dessa operação era impedir a entrada de armas e drogas na região e cumprir três mandados de desocupação de residências que seriam usadas pelo tráfico para atirar contra os policiais. Na ocasião, policiais ocuparam todas as vias de acesso ao Alemão. Moradores, desde crianças até idosos, foram revistados pelos policiais. No período de 2 de maio ao dia 13 de junho, 17 pessoas morreram e 59 ficaram feridas nos confrontos entre policiais e traficantes.

Toda essa onda de violência no conjunto de favelas do Alemão vai culminar em um dia trágico para os moradores. No dia 27 de junho de 2007, 1350 homens, entre policiais civis, militares e da Força de Segurança Nacional invadiram o Complexo do Alemão. Nesta “mega-operação”, como foi intitulada pelas forças de segurança, 19 pessoas foram mortas, muitas com indícios de execução. Mais de um

---

<sup>13</sup> [www.observatoriodefavelas.org.br](http://www.observatoriodefavelas.org.br), acesso em julho de 2007.



ano depois, em julho de 2008, os soldados da Força de Segurança Nacional permaneciam nas entradas dos morros do conjunto de favelas.

Por conta das denúncias de execuções na mega-operação no Alemão, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos na Presidência da República (SEDH) produziu um Relatório Técnico, onde indica que houve realmente execuções sumárias entre os 19 mortos. De acordo com o parecer da SEDH a análise dos laudos cadavéricos traz algumas evidências:

A análise da topografia dos orifícios de entrada dos projéteis de arma de fogo evidencia maior concentração em regiões letais. Do total de mais de setenta orifícios de entrada, cinquenta e quatro atingiram regiões mortais, o que correspondem a cerca de 75%<sup>14</sup>.

O Relatório Técnico ainda afirma que “várias mortes decorreram de um procedimento de execução sumária e arbitrária”, baseada nos seguintes elementos: a) grande número de orifícios de entrada na região posterior do corpo; b) numerosos ferimentos nas regiões letais; c) elevada média de disparos por vítimas; d) proximidade dos disparos; e) sequenciamento de disparos de rajada; e f) armas diferentes utilizadas na mesma vítima. Outra indicação do Relatório é a ausência de indicativos de condutas destinadas à captura de vítimas e a ausência de indicadores de condutas defensivas por parte das vítimas, indicando que a polícia atirou para matar.

Antes do laudo da SEDH, em relatório elaborado pela sociedade civil em 2007 e entregue ao relator da Organização das Nações Unidas (ONU) para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais, Philip Alston, os moradores afirmam que

embora a posição oficial seja em favor do emprego do “Caveirão” apenas em momentos especiais e “de exceção”, na prática o que vemos é um uso cada vez mais incisivo, regular e cotidiano sendo justificado pelo discurso do “estado de exceção permanente” proporcionado pela atual política de “guerra contra o tráfico”. (Relatório da sociedade civil, 2007)

O relatório foi entregue ao relator Philip Alston durante sua visita ao Rio, para produzir um relatório para a Anistia Internacional sobre a violação de direitos no Brasil. Em seu relatório preliminar, apresentado no dia 2 de junho de 2008 em Genebra, durante o Conselho de Direitos Humanos da ONU, Alston enfatizava sua

---

<sup>14</sup> Relatório Técnico – Visita de Cooperação Técnica – Rio de Janeiro, julho de 2007. Secretaria Especial de Direitos Humanos, Presidência da República



preocupação com as “mega-operações” realizadas nas favelas do Rio. Para ele, “apesar da operação, realizada em junho de 2007 (...) ter resultado em 19 mortes, autoridades do governo do estado declaram ser esta operação um modelo para as ações futuras da polícia” (*apud* JUSTIÇA GLOBAL, 2008, p. 9). Alston também questiona os resultados dessa política de segurança e da mega-operação, por não alcançarem resultados significativos:

Os mais importantes traficantes não foram presos ou mortos, e poucas drogas e armas foram apreendidas. Nenhum policial foi assassinado e poucos foram feridos, mas a ‘resistência’ encontrada justificaria, aparentemente, o assassinato de 19 indivíduos (*idem*, p. 11)

No mesmo documento, o relator da ONU fala da problemática dos chamados “autos de resistência”:

Na maioria dos casos, mortes causadas por policiais em serviço são registradas como “autos de resistência” ou casos de “resistência seguida de morte”. Em 2007, no Rio de Janeiro, a polícia registrou 1330 “autos de resistência”, uma figura que representa 18% do número total de homicídios no Rio de Janeiro. Em teoria, há circunstâncias em que a polícia usou força necessária e proporcional em resposta a resistência de suspeitos de crime a ordens de oficiais encarregados da segurança. Na prática, o quadro é radicalmente diferente. A determinação sobre se uma execução extrajudicial é uma morte dentro da lei é feita primeiramente pelo próprio policial. Raramente as auto-classificações são seriamente investigadas pela Polícia Civil. Eu recebi várias alegações bastante críveis de que homicídios “por resistência”, que seriam de fato execuções extrajudiciais. Isto é reforçado por estudos de relatórios de autópsias e pelo fato de que a taxa de civis mortos é surpreendentemente alta. (*idem*, p. 13)

O aumento do número de autos de resistência não encontra correspondência nas taxas de apreensão de drogas e armas. Em 2007, enquanto houve aumento do número de autos de resistência – de 1066 para 1330 –, o número de apreensão de armas e drogas registrou queda. Em 2006 foram apreendidos 13.312 quilos de drogas, contra 11.062 quilos em 2007. As apreensões de armas também caíram, de 10.793 unidades, para 10.178. Essa relação fez com que o relator da ONU considerasse a política de segurança pública do Rio de Janeiro “contraproducente”, já que a proporção entre as mortes e as prisões das mega-operações nas favelas “indica a ausência de ações coordenadas de inteligência, indica, mais do que isso, que a ação do Estado se torna cada vez mais criminalizadora da pobreza” (*idem*, p. 15).



Não é o caso de se questionar a existência da violência nas grandes cidades. Essa violência existe, mas os moradores das áreas nobres da cidade não a conhecem. Existe uma sensação de medo, mas essa violência não os atinge diretamente. Caso a violência permaneça nas favelas e periferias do Rio de Janeiro, com uma política de segurança que prega a eliminação da pobreza, tudo continua muito bem para as classes mais abastadas. Não à toa, os eleitores cariocas elegeram, com significativo número de votos, os “candidatos da bala”, que apóiam essa política de extermínio, Álvaro Lins (ex-chefe da Polícia Civil) e Marcelo Itagiba (ex-Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro), eleitos, respectivamente, deputados Estadual e Federal nas eleições de 2006. Atualmente Álvaro Lins está preso como chefe da Máfia dos caça-níqueis.

Retomando um pouco a política de segurança adotada no Rio de Janeiro, num pequeno espaço de tempo de 15 dias, foram mortos pela polícia 5 crianças e adolescentes. Estas mortes significam que não existe o mínimo cuidado nas ações policiais dentro dos espaços populares e que as vidas dos moradores desses locais têm um valor diferenciado em relação aos moradores de outras regiões. É praticada uma política de extermínio, de eliminação da pobreza através da violência. As vítimas foram Lohan de Souza Santos, nove anos, morto por uma bala de fuzil na cabeça no dia 16 de setembro de 2006, no Morro do Borel; Guilherme Custódio Moraes, oito anos, morto dia 20 de setembro de 2006, por bala perdida na Favela do Guarabu, na Ilha do Governador; Paulo Vinícius de Oliveira Chaves, sete anos, morto atropelado por uma viatura da Polícia Militar, dia 20 de setembro de 2006, em Vigário Geral; Renan da Costa Ribeiro, três anos, morto dia primeiro de outubro de 2006, com um tiro de fuzil na barriga, na comunidade de Nova Holanda na Maré e; Moisés Alves Tinim, 16 anos, morto dia dois de outubro de 2006, com um tiro de fuzil, no Morro da Esperança no Complexo do Alemão.

Essa criminalização não vem apenas da política de segurança pública do estado, mas também da imprensa, que raramente cobre a vida cotidiana dos moradores de favelas, com exceção das páginas policiais. Dessa forma, os espaços populares e favelas são diretamente associados ao crime, principalmente por conta da presença do tráfico nesses locais. Além disso, a ausência do poder público nesses espaços é tida como natural e cria-se um sentimento de que a pobreza deve ser combatida e eliminada.



É justamente em meio a essa onda de violência desenfreada, de um fortalecimento de uma política de segurança pública pautada no confronto, que surge no conjunto de favelas do Alemão, uma das regiões mais criminalizadas na cidade do Rio de Janeiro, o evento cultural e de mídias *Circulando – diálogo e comunicação na favela*. Desde o dia 31 de março de 2007, menos de três meses antes da mega-operação no Alemão, um grupo de jovens, formado em sua maioria por moradores do Alemão, realizam periodicamente o *Circulando*, que se coloca como uma proposta de difusão de conhecimentos e culturas da favela, de uma visão mais próxima da realidade social vivida por essas pessoas do que a difundida diariamente pelos veículos de comunicação hegemônicos<sup>15</sup>.

No próximo capítulo será demonstrado como a mídia se limita a travar um debate superficial, que por um lado resulta em soluções imediatas e reducionistas, e por outro, favorece o surgimento de discursos que criminalizam a pobreza. Acaba por delinear uma geografia do medo, onde determinados espaços são tidos pela população como verdadeiros campos de guerra ou redutos de criminosos.

---

<sup>15</sup> O termo hegemônico se baseia no termo introduzido pelo pensador italiano Antonio Gramsci, que considera a hegemonia com um conjunto de valores e práticas dos quais as classes dominantes se valem para fixar e legitimar sua liderança sob o conjunto da sociedade.



### 3. A FAVELA E A MÍDIA

Ao verificar qualquer notícia que trate de favela em um grande jornal nos dias de hoje, em mais de 90% das vezes o assunto tratado será referente à violência ou à criminalidade. Na maioria desses casos há uma dependência quase que total das fontes policiais. Com essas informações é possível perceber que as vozes desses moradores não chegam à sociedade através da mídia, e menos ainda pelas forças de segurança pública. O que está colocado nos dias de hoje é uma criminalização desses moradores, que são tratados em sua maioria como bandidos ou traficantes, ou no mínimo coniventes com esses grupos.

Não é de se estranhar então que há uma valoração da vida de acordo com os locais de moradia. Como disse o próprio secretário de Segurança Pública José Mariano Beltrame, um tiro em Copacabana é diferente de um tiro no Complexo do Alemão. Esta mesma lógica é seguida pelos meios de comunicação hegemônicos, que, em comparação com o tratamento dado a violências fora das favelas e periferias, consideram comuns e sem qualquer necessidade de divulgação as violências sofridas por moradores pobres. O que se observa é a legitimação da violência nesses espaços pela imprensa.

Este capítulo aborda a formação dos estereótipos das favelas ao longo do século XX pela mídia e como ela é tratada atualmente – disponibilizando exemplos práticos vivenciados ao longo do projeto de pesquisa. A questão da dependência das forças de segurança como fonte dos repórteres e da dificuldade de acesso às favelas e periferias também fazem parte desta análise, na tentativa de demonstrar que existem outras possibilidades de diálogo entre a imprensa e a favela. Essas outras possibilidades são necessárias e devem partir da própria imprensa, já que tem hoje um importante papel na definição e proposição do debate público e pode usar sua força para fiscalizar a atuação das forças de segurança, hoje limitada por essa dependência.

Nesse sentido, é colocada em pauta a questão da hegemonia da comunicação a partir dos conceitos do pensador italiano Antonio Gramsci de *aparelhos privados de hegemonia* e de *sociedade civil*. A partir dessas idéias, é discutido o papel exercido pela mídia hegemônica no conjunto da sociedade, com destaque para os conceitos de *príncipe* (Maquiavel), *moderno príncipe* (Gramsci) e *príncipe eletrônico* (Ianni). Este último é representado pelos grandes meios de comunicação e age como um intelectual



das classes e grupos de poder dominantes. Por fim, evidencia-se como a dominação é exercida por via desses aparelhos privados de hegemonia.

### 3.1 Os estereótipos das favelas na cobertura da mídia

(...) *A favela, nunca foi reduto de marginal*  
*Ela só tem gente humilde Marginalizada*  
*e essa verdade não sai no jornal*  
*A favela é, um problema social (...)*  
**Eu Sou Favela, de Sérgio Mosca e Noca da Portela**

Ao longo do século XX podemos observar o tratamento dispensado às favelas pela mídia hegemônica no Brasil, em especial na cidade do Rio de Janeiro. Já no início do século XX os moradores de favelas eram considerados a “classe perigosa”, e a favela era definida como um verdadeiro “inferno social”. A revista O Malho, de 1907, apresenta uma caricatura mostrando

Oswaldo Cruz bem vestido, calçado e penteado, ostentando uma braçadeira com a cruz vermelha no braço esquerdo, enquanto o direito arranca a população do Morro da Favella com um pente em que se lê “Delegacia de Hygiene”. O Morro da Favella é representado pela cabeça de um homem mal encarado, com aspecto de malfeitor. A sugestão da imagem é de serem os habitantes da favela como piolhos que precisam ser extirpados. Acompanha a caricatura um curto texto: “Uma limpeza indispensável; a Hygiene vai limpar o Morro da Favella, ao lado da Estrada de Ferro Central. Para isso intimou os moradores a se mudarem em dez dias” (VALLADARES, 2008, p, 28).

As manifestações preconceituosas em relação às favelas continuam. Em 1926 e 1927, uma campanha de modernização e embelezamento do Rio de Janeiro fez com que a imprensa apoiasse esse processo, apresentando a imagem da favela como “lepra da estética”. Fizeram parte da campanha os jornais *O Globo*, *A Notícia*, *Jornal do Commercio*, *O Jornal*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, que conseguiram criar essa noção de favela como um espaço que deveria ser eliminado. A partir das décadas de 1940 e 1950, foi reforçada essa representação estereotipada, fundada em pré-conceitos e juízos generalizantes. Nessa perspectiva, a favela é vista como externos à cidade, “ou seja, ao território reconhecido como o lugar, por excelência, de exercício da cidadania” (SILVA e BARBOSA, 2005, p. 58). O reconhecimento da cidadania se torna relativo ao espaço de moradia.

Essa diferenciação também ocorre nos casos de violência. Para exemplificar, podemos relatar diversos casos da cobertura da mídia e dos órgãos de segurança em



relação à violência sofrida por um morador de periferia ou por um integrante das classes média e alta. Em dezembro de 2008, Matheus Rodrigues, de oito anos, foi alvejado com um tiro na nuca, disparado por um policial, na porta de casa, na favela Baixa do Sapateiro, no conjunto de favelas da Maré. Diversas organizações de direitos humanos e a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) foram ao local e divulgaram o acontecimento para a imprensa. No dia, o jornal RJTV, da Rede Globo, noticiou a morte da criança, mas dizendo que, de acordo com a polícia, houve troca de tiros entre grupos rivais de traficantes, e o tiro que atingiu Matheus havia sido disparado por traficantes. Na edição do dia seguinte, no jornal O Globo, apenas uma nota em página interna do jornal. Na mesma data estava para acontecer o julgamento dos policiais que mataram o garoto João Roberto, em ação policial no dia 6 de julho de 2008<sup>16</sup>, e o jornal estampava na capa foto do pai de João Roberto, pedindo que fosse feita justiça no caso da morte do filho. Além da cobertura exaustiva após o assassinato e durante as investigações, o julgamento ocupou mais espaço e mais dias na imprensa, do que em relação ao garoto morto dentro da favela. Casos assim são, infelizmente, rotineiros para os moradores desses espaços. Não cabe aqui questionar a importância que deve ser dado ao crime cometido contra o garoto João Roberto, e também da punição para os responsáveis. O que está colocado é a importância dada a casos semelhantes, mas que acontecem em espaços diferentes. Um, no bairro da Tijuca, no Rio, e outro dentro do conjunto de favelas da Maré. O primeiro tem uma repercussão maior e o apoio da imprensa e da sociedade para a punição dos culpados. No caso de Matheus, assassinado dentro da favela, a repercussão é infinitamente menor, e não há qualquer mobilização da sociedade – a não ser dos moradores da favela – para a investigação do assassinato e punição dos culpados.

Outro exemplo dessa hierarquização geográfica da violência, ocorrido em abril de 2004, foi durante um conflito entre traficantes na favela da Rocinha, localizada na zona mais nobre da cidade do Rio de Janeiro. Silva e Barbosa relatam o caso:

Durante a tentativa de invasão daquela comunidade popular por um grupo armado, foram assassinadas três pessoas: dois moradores locais e uma

---

<sup>16</sup> João Roberto foi atingido por três tiros – sendo um deles na cabeça – dentro do carro da mãe, na noite do dia 6 de julho, na Rua General Espírito Santo Cardoso, na Tijuca, Zona Norte. Alessandra voltava para casa com João e Vinícius, então com 9 meses, quando parou seu carro para dar passagem à patrulha da PM. Os policiais disseram na época que teriam confundido o carro de Alessandra com o carro de criminosos que estavam perseguindo e atiraram.



motorista que passava no túnel que une duas áreas nobres da cidade. (...) A morte da motorista, pertencente à “classe média”<sup>17</sup> e que passou de carro justamente no momento do conflito, alcançou muito mais destaque, protestos e lamentações do que a morte do casal de jovens da Rocinha<sup>18</sup>. O fato mais impressionante, além disso, foi a responsabilização dos moradores da Rocinha pelo ocorrido. Com efeito, um número expressivo de articulistas e leitores dos principais jornais da cidade reivindicava, com indignação e rancor, o “direito de ir e vir” dos moradores da “cidade” – espaço urbano no qual não incluem a favela – e questionava o direito de existência daquela comunidade, que abriga cerca de oitenta mil pessoas e se constituiu há mais de setenta anos. (2005, p. 59)

Em pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)<sup>19</sup> junto a jornalistas sobre a cobertura de violência, a maioria dos profissionais ouvidos reconhece que os seus veículos têm grande responsabilidade na caracterização dos territórios populares como espaços exclusivos da violência. Admitem ainda que a população dessas localidades raramente conta com a cobertura de assuntos não relacionados ao tráfico de drogas e à criminalidade. Essa constatação por parte dos próprios jornalistas pode ser um grande passo na busca por uma nova cobertura da mídia em relação aos espaços populares. Porém, alguns aspectos dificultam essa transformação. Um deles é a condição social dos jornalistas. Desde a década de 1970, quando foi regulamentada a lei que exige o diploma para exercício da profissão de jornalista, os novos jornalistas são pessoas que conseguiram concluir o ensino superior e pertencem, portanto, a maioria à classe média. Nesse sentido, “trazem pouca experiência relacionada ao cotidiano dos moradores de favelas e periferias” (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 78).

Em entrevista ao CESeC, o editor-adjunto no Rio de Janeiro do jornal O Globo, Jorge Antonio Barros, disse que a maior parte dos repórteres sob seu comando vivem em bairros considerados de classe média, e que não sabe de nenhum repórter que more em favela. Em pesquisa da revista Imprensa de 2001, sobre a presença de negros nas redações, de 230 veículos, apenas 85 tinham um jornalista negro. (*idem*, p. 79). Em depoimento à pesquisa realizada pelo CESeC, a jornalista do Estado de São Paulo, Roberta Pennafort, diz que os colegas têm dificuldade de se sensibilizarem

---

<sup>17</sup> O conceito de classe média, no caso específico, se caracteriza por um grupo social que tem escolaridade superior, uma renda média em torno de R\$ 3.000,00 e reside em uma área da cidade valorizada comercialmente.

<sup>18</sup> Em junho de 2005, mais de um ano após o evento, lembrando o caso em função de novo conflito na área, o jornal O Globo citou as três mortes, divulgando o nome, porém, apenas da motorista.

<sup>19</sup> Mídia e Violência – novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Silvia Ramos e Anabela Paiva, CESeC, 2007.



com o sofrimentos dos moradores de favelas. Ela cita o caso de um deslizamento de terra, em que uma amiga parecia alheia ao sofrimento de uma família que havia perdido três crianças: “Depois de todos fazerem várias perguntas para os pais, a colega de outro veículo ainda perguntava: ‘Quantos morreram mesmo? Qual o nome? (...)’ Não havia a menor sensibilidade. Depois querem ser bem tratados na favela (...)” (*idem*). Essa falta de tato para tratar de problemas alheios é percebida também pelos moradores, que muitas vezes se negam a receber jornalistas por conta de matérias veiculadas que denigrem a imagem da favela. São recorrentes os casos de jornalistas solicitando, via organizações que funcionam dentro de favelas, o acompanhamento para a produção de matérias. Em grande parte dos casos, os moradores se revoltam com o que foi publicado, e se colocam, numa próxima ocasião, contrários a conceder entrevistas. As organizações que fazem essa ponte também saem debilitadas quando a matéria apresenta um teor negativo desses espaços, mesmo quando a pauta, a princípio, não aparenta esse objetivo.

Um exemplo da distorção dos fatos pela mídia, e da incompreensão dos moradores do tratamento dispensado, pode ser demonstrado em matéria sobre a pré-estréia do filme *Maré, nossa história de amor*, que aconteceu dentro da favela Nova Holanda, no conjunto de favelas da Maré e veiculada em duas emissoras de televisão<sup>20</sup>. Embora as emissoras tenham coberto o mesmo acontecimento, as duas matérias apresentam olhares extremamente opostos. Enquanto a matéria veiculada pela TV Brasil sobre a exibição do filme diz, em sua chamada de abertura, “Shakespeare tem alguma coisa a ver com rap? Uma quadra de escola de samba na favela Nova Holanda foi escolhida para a pré-estréia do filme *Maré, nossa história de amor*”, o Jornal do SBT abria a matéria assim:

A história de Romeu e Julieta ganhou uma versão para o cinema, encenada numa das favelas mais perigosas do Rio de Janeiro. E foi na comunidade que aconteceu a pré-estréia de *Maré, nossa história de amor*, só que os traficantes tentaram estragar a festa

A discrepância entre uma notícia e outra, sobre o mesmo fato, piora. O jornal Notícias do Rio, da TV Brasil, continua:

---

<sup>20</sup> Pelo SBT, no Jornal do SBT, de abrangência nacional, e pela TV Brasil, no jornal Notícias do Rio. As duas matérias, veiculadas nos dias 24 e 25 de março de 2008, estão disponíveis nos anexos deste trabalho, em formato digital.



(...) o samba dá lugar ao cinema. Platéia lotada para a primeira exibição pública do musical *Maré, nossa história de amor*. (...) Quem não conseguiu lugar sentado, nem se importa, e até faz cavalete de poltrona. Mas tem gente que não senta por outro motivo: a música, contagiante. (...) Depois da exibição, os moradores tiveram a chance de conversar com os atores e a diretora do filme. (...) Pelo que a gente viu, *a arte não poderia ter imitado melhor a vida dessas pessoas* (grifo meu).

Já o Jornal do SBT apresentava imagens de arquivo de tumulto e confronto entre policiais e traficantes em alguma favela carioca, sem citar que as imagens eram antigas, dando a entender, principalmente após a fala do âncora do jornal, de que “os traficantes tentaram estragar a festa”, que a confusão aconteceu no dia da pré-estréia, e também que o conflito tinha ligação direta com a exibição do vídeo. Na notícia, a reportagem diz:

(...) foi esse cenário de *ódio* que inspirou *Maré, nossa história de amor* (...). Romeu e Julieta lutam para ficar juntos na favela partida pela violência (...). Hoje aconteceu a pré-estréia, uma seção especial só para os moradores da comunidade. A nossa equipe tentou acompanhar, mas por falta de segurança não conseguiu entrar na favela, *nunca a vida imitou tão bem a arte* (grifo meu).

É interessante perceber que as duas matérias, apesar de conteúdos completamente distintos, terminam com uma frase de efeito. A primeira, “a arte não poderia ter imitado melhor a vida dessas pessoas”, fazendo referência à luta permanente da grande maioria dos moradores contra essa violência localizada nas favelas. Na segunda matéria, com o encerramento “nunca a vida imitou tão bem a arte”, o jornalista dá a entender que os conflitos do filme se retrataram na vida, justamente no momento em que seria exibido. Vale registrar ainda nota enviada ao SBT pelo Observatório de Favelas, instituição responsável pela organização da pré-estréia do filme e que recebeu a equipe do SBT em sua sede antes da exibição do vídeo, onde a equipe da emissora realizou as entrevistas com a diretora e com atores do filme. Na nota, a instituição afirma que

em nenhum momento, ao contrário do que afirma o âncora Carlos Nascimento na cabeça da matéria, a sessão correu o risco de não se realizar por problemas de segurança. As posteriores imagens DE ARQUIVO, que abrem a matéria, mostrando confrontos na favela, sem nada que identificasse as cenas como de arquivo, reforçam a informação equivocada dada pelo âncora.



Cerca de 400 pessoas assistiram ao filme na quadra da escola de samba Gato de Bonsucesso no dia 24, uma segunda-feira. Cem delas em pé. Havia crianças, jovens, adultos e idosos, um público variado, numa região onde não tem um só cinema. Depois da sessão, a diretora Lúcia Murat e atores debateram por mais de uma hora com a platéia, e o clima era de confraternização.

Não houve nenhum incidente no dia da sessão que pudesse sugerir à sua equipe de reportagem que eles não estariam seguros na quadra do Gato. Registro que uma equipe da TV Brasil e uma de uma produtora independente circularam pela comunidade, filmaram o evento, entrevistaram na quadra atores, diretor e populares.<sup>21</sup>

Outro fator que influencia esse tipo de cobertura é a linha editorial dos jornais, que na maioria dos casos privilegia a cobertura de matérias em bairros nobres, onde estão concentrado seus leitores. Um diretor de sucursal no Rio de Janeiro de um grande jornal, que não se identifica na entrevista do CESeC – provavelmente pelo teor de sua fala – diz que “o pessoal na redação até brinca e diz assim: ‘Olha, matéria grande em favela longe, só acima de 12 mortos’. É meio cruel, mas é isso mesmo. Agora, se for na Rocinha [localizada em zona nobre do Rio], o jornal dá a maior importância do mundo” (*idem*). O jornalista Josmar Jozino, do jornal paulistano Folha da Tarde, acrescenta: “não adianta brigar com a notícia, a notícia é o rico. Tem até briga para cobrir o caso da Suzana [Richthofen, jovem paulistana pertencente à classe alta, que matou os pais em São Paulo]. A vida tem mais valor de acordo com as posses. A imprensa é isso”. A jornalista Maria Clara Prates, do jornal Estado de Minas, acrescenta que é também a partir do interesse do público leitor do jornal que se origina essa cobertura, já que “quem compra o jornal por R\$ 2 é a elite e ela não gosta muito da favela”. (*idem*, p. 80).

Além disso, hoje há uma barreira invisível que impede muitas vezes que jornalistas entrem em favelas. Fica a pergunta se os repórteres limitam sua presença nas favelas ao acompanhamento de ações policiais por causa da hostilidade da população, ou se passaram a encontrar essa recepção hostil porque só entram na favela acompanhando as ações policiais. Essa sensação de insegurança nas favelas aumentou drasticamente em 2002, com o assassinato do jornalista Tim Lopes, da TV Globo, no conjunto de favelas do Alemão. Após a morte do jornalista, a grande maioria dos órgãos de imprensa não permite que seus jornalistas entrem em favelas,

---

<sup>21</sup> Nota enviada pelo Observatório de Favelas no dia 25 de março de 2008, dia seguinte à matéria exibida pelo Jornal do SBT, para o editor de jornalismo do SBT no Rio de Janeiro, Paulo Nogueira.



por avaliarem que não podem garantir a segurança nesses espaços. Essa barreira dificulta o acesso aos moradores, mas não justifica a ausência de uma cobertura mais completa dos espaços populares. Para o chefe de reportagem da Folha de São Paulo, Plínio Fraga, existem “vinte outras maneiras de apurar informações sobre esses lugares. Não ocorre hoje com frequência acho que em parte por falta de tempo, parte por preguiça, parte por incompetência. Basicamente é desmazelo técnico” (*idem*, p. 81).

Se levarmos em conta o público leitor dos jornais e seus interesses, teríamos então os jornais chamados de “populares”, destinados às classes C, D e E, com conteúdo voltado para os moradores de favelas. Porém, esses novos jornais estão sempre associados a um veículo maior (este voltado para as classes A e B) que lhes fornece conteúdo. Talvez por essa dependência eles não alteraram a forma como tratam as favelas e periferias, “pelo contrário, tendem a intensificar os estereótipos e a investir ainda mais no monotema da violência” (*idem*, p. 82).

Não se trata aqui de se buscar que se omita os problemas de violência que existem nas favelas e periferias, mas de também dar destaque à pluralidade de experiências vividas pelos moradores dessas localidades. Para a diminuição da violência é necessário políticas de redução das desigualdades, criação de empregos e educação. Porém, enquanto os jornais continuarem enfatizando quase exclusivamente os conflitos armados e as ocorrências policiais na cobertura dos espaços populares, eles acabam por valorizar ações bélicas para o problema da segurança, incentivando uma política baseada na violência e na criminalização da população pobre. Cria-se a idéia de isolar as favelas, como se elas não fizessem parte da cidade. Ao invés de integrá-las, procura-se neutralizá-las ou extirpá-las da visão das classes dominantes.

Mesmo com os problemas apresentados – redações elitizadas, linha editorial e dificuldade de acessos às favelas – é preciso pensar em alternativas para driblar esses obstáculos e praticar um jornalismo menos parcial, principalmente porque a favela é citada em 27% das matérias sobre segurança e criminalidade (*idem*, p. 83). As deficiências da cobertura da mídia sobre segurança e violência devem primeiramente ter uma nova orientação de olhar sobre as favelas. Para Jailson de Souza, coordenador do Observatório de Favelas, os jornalistas precisam compreender primeiramente que não existe uma favela, mas sim favelas, no plural: “Não se pode comparar a Rocinha,



uma favela alojada em um bairro da zona sul, onde vive a elite do Rio, com comunidades de periferia, como a Vila Kennedy” (*idem*, p. 93). Jailson continua:

Os jornalistas, em geral, não registram a variedade de situações sociais, culturais e econômicas contidas nestes grupamentos. Eles, em geral, trabalham com o estereótipo do morador da favela, percebido como negro, analfabeto e miserável, nos termos dos moradores dos anos 50. Esta generalização não contempla a realidade. Moram nas favelas desde famílias muito pobres até outras com um padrão financeiro e cultural típicos dos setores médios.

Essa percepção homogeneizadora não permite, também, que se percebam as mudanças que tem ocorrido no perfil educacional dos moradores. (...) a população de universitários na Maré é muito maior do que a dos traficantes de drogas, por exemplo. Mas 87% das reportagens sobre esta comunidade e as outras só enfatizam a violência e a criminalidade (*idem*, p. 93-4).

O melhor caminho para se alterar essa cobertura é a aproximação da mídia com as favelas, dando voz e visibilidade aos moradores, possibilitando a criação de novos canais de diálogo com essa população. A aproximação com associações de moradores e organizações que atuam nesses espaços talvez seja o caminho mais simples para a imprensa promover o papel de criar e enriquecer um debate democrático, exigindo a execução de políticas públicas e buscando retratar a sociedade de forma integral – e não apenas a parte que afeta os interesses econômicos. Em discussão com moradores de várias favelas sobre a cobertura da mídia, Jailson relata que em todos os lugares que visitou, os moradores reclamavam da maneira que a imprensa retratava sua localidade. Eles alegavam que seria interessante que a mídia abordasse outros assuntos, como “história das comunidades, comportamento, valores e práticas locais, opções culturais” (*idem*, p. 94). Porém, isso raramente vira notícia para a mídia hegemônica.

Talvez a principal mudança seja o reconhecimento de que essa população é cidadã pelos jornalistas. Um exemplo de como a cidadania é negada a esses moradores na mídia, é a utilização do termo *exclusão social*, como se o cidadão pobre estivesse excluído da ordem social e dos seus direitos. Mais do que isso, essa ideia de exclusão social apaga a noção de exploração, abrindo brechas para políticas focalistas a partir do par inclusão e exclusão. “Essa denominação retira do pobre a sua condição de cidadania, desvaloriza as suas estratégias cotidianas para se inserir e viver na cidade” (*idem*, p. 95). As favelas e periferias são mostradas como espaços à margem da sociedade, geralmente colocados como territórios inimigos, controlados por



traficantes, dominadas pelo conflito e alvos de intervenções bélicas por parte das polícias. Jailson também fala da visão da mídia em relação aos moradores, que trata como se a maioria da população estivesse envolvida diretamente com o tráfico de drogas:

Uma vez, uma jornalista me disse que achava um preconceito afirmar que a maior parte da população da favela era envolvida com o crime. Seriam no máximo 30%. Eu disse para ela: vamos fazer um exercício: na Maré vivem 132 mil pessoas. Trinta por cento seriam mais de 40 mil pessoas empregadas no tráfico de drogas e outras atividades criminosas. Quarenta mil pessoas todos os dias dedicadas a roubar, a assaltar, a sequestrar, a traficar, etc. Imagine se expandirmos isso para a população de favelas do Rio de Janeiro, hoje situada em 1,3 milhão de pessoas. Daria mais ou menos 400 mil pessoas todos os dias saindo para praticar crimes. Já teriam levado até o Cristo Redentor. Outra repórter falou em 10%; usei o mesmo raciocínio. Os números continuam absurdos. A irracionalidade dos jornalistas, nesse caso, não tem limites. (*idem*, p. 96)

Um exemplo da definição de valores pela imprensa é a hierarquização geográfica da vida, que pode ser visualizado no destaque que é dado pela mídia à morte de pessoas dos setores médios ou dominantes, ao mesmo tempo que banaliza o genocídio de jovens em favelas e periferias brasileiras. Uma mídia diferente só será possível quando forem criados mecanismos que permitam o reconhecimento da cidade como o espaço do encontro das diferenças, uma mídia que tenha como pressuposto que só pode haver uma cidade, plural, mas única, e reconhecer que todos os moradores são cidadãos.

### 3.2 A polícia como fonte – exclusiva – da mídia

*Três homens, que segundo a polícia seriam criminosos foram mortos nesta quarta-feira (30) na Favela do Rebu, em Santíssimo, Zona Oeste do Rio, durante ação da polícia no local. Um dos mortos, ainda de acordo com a polícia, seria o chefe do tráfico de drogas, conhecido como Geléia.*

*"Nosso objetivo foi cumprido", concluiu o delegado Marcus Neves, da 35ª DP, que coordenou a operação.*

**Tiroteio entre polícia e traficantes deixa três mortos na Zona Oeste, Portal G1, em 30 de abril de 2008<sup>22</sup>**

---

<sup>22</sup> Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,MUL449654-5606,00-TIroteio+ENTRE+POLICIA+E+TRAFICANTES+DEIXA+TRES+MORTOS+NA+ZONA+OESTE.html>



A cobertura da mídia sobre violência, segurança pública e criminalidade, em especial quando se trata de matérias e reportagens que envolvem favelas e periferias, apresenta uma forte dependência das informações policiais na maioria esmagadora das reportagens. Essa predominância foi comprovada por pesquisa realizada pelo CESeC em 2004 e em 2006:

Em 2004 uma análise de 2.514 textos publicados em nove jornais de três estados<sup>23</sup> demonstrou que a polícia era a principal fonte ouvida em 32,5% dos casos. Quando eram desconsiderados os textos que não indicavam fontes – notas e colunões, rápidos registros de encontros de cadáveres, roubos e outras ocorrências que compunham 24,8% da amostra – o percentual subia para 43,2%. Em outro levantamento, realizado pelo CESeC em 2006 sobre oito jornais do Rio<sup>24</sup>, 26,9% dos 2.651 textos baseavam-se em informações policiais. Além destes, um grande número de colunões e notas, que compunham 34,6% da amostra, tinha como fontes os boletins de ocorrência (RAMOS e PAIVA, 2008, p. 37).

Poderia ser natural que a principal fonte de informações viesse das polícias Civil, Militar e Federal, já que são responsáveis pela repressão, registro e investigação de crimes e ações violentas. Porém o que se dá não é uma prevalência de informações das polícias, mas as forças de segurança são as únicas fontes das matérias na maioria dos casos de notícias relacionadas à temática da segurança e da criminalidade. Mais de 50% apresentam apenas uma pessoa ou instituição como origem dos dados ou informações, e na maior parte das vezes, esta fonte está ligada a um batalhão da Polícia Militar ou a uma delegacia da Polícia Civil. Essa predominância coloca como contraponto a ausência de outros importantes atores sociais que não têm voz nas páginas dos jornais (*idem*). Além disso, a mais grave consequência é a impossibilidade de críticas da imprensa às ações das forças de segurança, já que dependem exclusivamente das fontes policiais. Ramos e Paiva corroboram essa hipótese: “O noticiário sobre violência e criminalidade é principalmente composto de registro de ações policiais: prisões, apreensões, apresentações de criminosos” (*idem*).

A imprensa exerce um papel fundamental de fiscalizar a atuação das forças de segurança, mas ao ouvirem apenas os responsáveis por essa atuação, elas deixam de questionar essas ações. Não são poucos, inclusive, o número de ações policiais equivocadas que têm destaque nas páginas dos jornais. Muitas vezes essas ações são

---

<sup>23</sup> No Rio de Janeiro: *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Dia*; em São Paulo: *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo* e *Agora São Paulo*; em Minas Gerais: *Estado de Minas*, *Diário da Tarde* e *Hoje em Dia*.

<sup>24</sup> *Extra*, *Jornal do Brasil*, *Meia Hora*, *O Dia*, *O Fluminense*, *O Globo*, *O Povo* e *Tribuna da Imprensa*.



realizadas na pressão de se oferecer uma resposta rápida à opinião pública, o que caracteriza ainda a influência indireta da mídia.

Os dados da pesquisa realizada pelo CESeC possibilitam verificar o quão importante é a fonte policial, em detrimento a outras fontes, em tese também importantes para as matérias. As vítimas, parte diretamente envolvida, aparecem em segundo lugar como fonte principal, com apenas 9,7% no levantamento nacional, e 10,4% nos jornais do Rio de Janeiro. Em terceiro lugar surgem o Poder Executivo Federal, o Estadual e o Municipal, com 8,5%, (incluem-se aqui as secretarias de segurança). Os especialistas aparecem em pequeno número, 4,6% na pesquisa nacional e apenas 1,4% nos jornais fluminenses. A sociedade civil corresponde a menos de 1% das principais fontes ouvidas. Representantes do Ministério Público também não aparecem de forma significativa. Mesmo quando envolvidos diretamente no processo legal, são fontes principais em apenas 1,7% dos casos.

Nos jornais do Rio analisados pelo CESeC em 2004, em 63,5% das matérias citavam apenas um fonte (ou nenhuma, nos casos de colunões e notas), uma média maior que a nacional, de 60%. E mesmo quando trabalham com mais de uma fonte, raramente trabalham com pontos de vista diferentes. No quesito segurança e criminalidade, a imprensa não se compromete a promover o debate entre os vários segmentos da sociedade interessados no tema. Em apenas 8,4% dos jornais fluminenses opiniões divergentes eram apresentadas (*idem*, p.38).

As razões apresentadas pelos jornalistas é a dificuldade de encontrar informantes qualificados dentro das favelas. A alegação é de que as associações de moradores, que poderiam ser um canal de diálogo, estão na maioria dos casos estreitamente ligados ao tráfico de drogas, o que as torna fontes sem qualidade, incapazes de produzir informação independente e crítica sobre suas localidades. Esse argumento poderia também ser usado em relação às fontes policiais. Essa ausência de fontes acaba por criar uma cobertura pouco diversificada e extremamente dependente das informações cedidas pelas forças de segurança. Na prática, o que vemos são matérias sem contextualização e pluralidade, com a perspectiva de delegados e oficiais das polícias.

Um outro problema é a relação dos jornalistas com suas fontes policiais. Se por um lado os repórteres precisam de informações, por outro as autoridades de segurança procuram manter seus casos em destaque, para que a repercussão lhe traga bons frutos. Essa troca pode ser danosa para o jornalismo, subordinando a notícia a



interesses pessoais. Um exemplo é o citado pelo repórter do jornal O Liberal, do Pará. Ele diz que muitos policiais usam a imprensa para mandar recados para bandidos ou para outros grupos de policiais que tenham desavenças, e alerta para a necessidade de se ter cuidado para a mídia não ser usada para esses fins (*idem*, p. 40). Os repórteres também são capazes de divulgar notícias de pequeno valor jornalístico, na tentativa de cativar a fonte e consolidar uma relação que, no futuro, possa garantir informações interessantes. A atual deputada federal pelo PPS, Marina Maggessi, disse que, enquanto era titular da Delegacia de Repressão aos Entorpecentes (DRE), regulava a rua com a imprensa. Ela cita um caso em que um traficante sairia para visitar a mãe, mas já sabia que ele invadiria a Rocinha. Maggessi entrou em contato com o jornal Extra e disse: “Bota que o Dudu saiu hoje pra beijar a mãe e não vai voltar. Vai invadir a Rocinha em menos de uma semana” (*idem*, p. 50). A intenção era alertar o Comando Vermelho, que após a matéria do jornal O Globo, dizendo que haveria um banho de sangue na zona sul do Rio, na Rocinha, fez com que o Comando Vermelho recuasse e a Rocinha se protegesse. “Eu acho que isso é fazer polícia sim. Você pode usar a informação para provocar determinados efeitos. (...) Agora, eu nunca usei isso sem avisar para o jornalista: ‘Olha só, eu preciso desse resultado aqui’” (*idem*, p. 40-1).

A mídia também realiza um papel crucial na formação do senso comum em se tratando de segurança e criminalidade. É muito comum assistir na imprensa em geral que “foram mortos bandidos, de acordo com informações da polícia”. O jornalista e chefe de redação de O Estado de São Paulo no Rio, José Luiz Alcântara, declarou no workshop realizado pelo CESeC em 2006 que “se depender das informações da comunidade, nunca houve um bandido morto que não fosse trabalhador; também nunca se viu a polícia admitir que a bala que atingiu um inocente partiu dela; a responsabilidade é sempre do bandido” (*idem*, p. 39). Esta declaração soa natural, mas é possível perceber que o problema apresentado é se um inocente é morto. Antes disso, é preciso refletir que vivemos em uma sociedade em que a pena de morte não é aplicada. Importa mais para a mídia e para a sociedade como um todo, se o morto era inocente. Sendo bandido, parece que sua morte é justificada.

Essa visão de que a letalidade das ações policiais refletem eficiência, é até mesmo aceita, indiretamente, por defensores de uma política de segurança contrária à atual. Ao criticar a política de confronto no seminário “Segurança Pública e Cidadania: o Papel da Sociedade na Luta Contra a Violência”, realizado pela



organização não-governamental Rio de Paz e pelo Centro de Informações da Organização das Nações Unidas em novembro de 2008, o especialista em responsabilidade civil e ex-presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro (OAB-RJ), João Tancredo, ao condenar a execução de pessoas na mega-operação realizada no Alemão em junho de 2007, afirma que “não adianta matar, pois nas favelas o que não falta é exército de reserva para o tráfico” (Jornal da ABI, ed. 335, p. 20-1, nov. 2008). Com esse argumento, ele não se coloca contra o extermínio pelo crime que é, mas porque não resolve o problema. É dentro desta lógica, de que exterminando os traficantes e bandidos o problema será resolvido, associando eficiência com um índice cada vez maior de letalidade, que os índices de autos de resistência vêm aumentando no governo Sérgio Cabral.

Essa política de enfrentamento direto também altera todo o cotidiano dos moradores de favelas. Em matéria veiculada na revista Megazine<sup>25</sup>, do jornal O Globo, o jovem Maicom Brum escreveu um diário de como sua vida havia se alterado após a mega-operação no Alemão e da permanência da polícia no conjunto de favelas:

#### **Segunda-feira, 18 de junho de 2007**

Hoje acordei frustrado, porque, na sexta, um evento da ONG Raízes em Movimento, que ajudei a organizar, foi cancelado por causa da violência no morro. (...) Hoje de manhã o morro estava deserto. Ninguém na rua. (...) almocei e fui pra escola. As aulas não foram canceladas, pois a escola fica em Higienópolis, a uns 30 minutos da minha casa. Mas não foi quase ninguém. Os poucos que foram conversaram sobre os tiros. “O morro tá sinistro, todo mundo com medo”, comentamos. (...) Logo depois, entrei na internet e um colega disse que a casa dele foi atingida por estilhaços de bomba. Disse para ele que isso não é nada comparado com a minha casa, que está toda furada (...).

#### **Terça-feira, 19 de junho de 2007**

(...) Estudei numa boa e, às 18h10m, vim pra casa. Chegando, escutei o primeiro tiro. Não fiquei muito apavorado, porque isto está se tornando cada vez mais comum no Alemão. Continuei minha rotina, e mais tarde, por volta das 20h30m, fui jogar bola. Lá pelas 22h, quando estava voltando, escutei muitos tiros e não vim logo para casa. Aguardei um pouco, e liguei pra minha mãe para saber se já podia entrar. (...) Quando estava entrando na favela, um policial ficou me olhando e perguntou o que eu ia fazer aqui dentro. Eu respondi que estava indo pra minha casa. (...) Foi só chegar em casa pra começarem os tiros de novo (...).

#### **Quarta-feira, 20 de junho de 2007**

---

<sup>25</sup> Revista encartada na edição do jornal O Globo de 3 de julho de 2007



(...) De noite, umas 20h, pouco antes do jantar, escutei um estouro muito alto e o som de vidro estilhaçando. Fiquei apavorado. Era a janela da sala da minha vó, quebrada mais uma vez por uma bomba. (...) (O Globo, 03/06/2007, Megazine, p. 10-12)

Quando passamos a caracterizar conflitos urbanos como guerra – como é comum nos jornais fluminenses – há algumas implicações. Ao usar esta terminologia você está contribuindo para criar uma situação generalizada de permissividade a certos métodos e meios usados pela força armada. Cria-se a noção de que as favelas são territórios inimigos, de que o espaço onde o outro está não faz parte de seu território e deve ser atacado ou ocupado. O outro – no caso o morador de favela – passa a ser visto como inimigo, como alguém que deve ser eliminado. E a lógica de guerra é de que não é crime um combatente matar outro, desde que dentro do conflito. O direito à vida é relativo num conflito armado. No caso de uma situação de violência urbana (como é o caso do Rio de Janeiro) não é assim. Para a polícia, matar não é uma estratégia de ação, mas um último recurso, ao qual se recorre em situações específicas. Ou pelo menos deveria ser assim.

### 3.3 O papel da mídia no conjunto da sociedade

*No grande esquema industrial concebido pelos donos das empresas de lazer, cada um constata que a informação é antes de tudo considerada como uma mercadoria, e que esse caráter prevalece, de longe, sobre a missão fundamental da mídia: esclarecer e enriquecer o debate democrático.*  
**Ignácio Ramonet<sup>26</sup>**

Apesar dos graves problemas em relação à cobertura de criminalidade e segurança pública, é possível perceber uma significativa melhora nos procedimentos. Historicamente a reportagem policial é uma das editoriais menos valorizadas nos jornais, e costumava ser delegada a profissionais menos experientes. A partir da década de 1980, quando o fenômeno da violência urbana no Rio de Janeiro se multiplicou e se tornou mais complexo, os jornais procuraram alterar essa cobertura. Ela melhorou se comparada com as décadas de 1950 a 1970, mas ainda é preciso muitas modificações para se conseguir tratar esses temas com a profundidade necessária.

Não podemos negar, no entanto, o importante papel que a imprensa desempenha na cobertura desses acontecimentos. A partir da década de 1990, a

---

<sup>26</sup> A Tirania da Comunicação, 2004, p. 8



maioria dos jornais deixou de praticar coberturas meramente “criminais”, e passaram a tratar o tema de forma mais sóbria e cuidadosa se comparados com as décadas anteriores. Porém ainda estamos longe de um tratamento ideal. Segundo pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec), ainda hoje a imprensa depende quase que exclusivamente das fontes policiais e a sociedade civil organizada, mesmo tendo uma participação fundamental no debate e encaminhamento de proposições para os problemas da segurança, encontra-se ausente como fonte jornalística. A pesquisa analisou os principais jornais do país no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais durante os meses de maio a setembro de 2004<sup>27</sup>.

Essa alteração na cobertura de criminalidade e violência teve também como propulsor, na segunda metade da década de 1990, o aumento significativo das estatísticas de homicídios e o aumento do número de vítimas entre as classes média e alta. Hoje a mídia é reconhecida como fundamental na implantação e no sucesso de políticas públicas de segurança. Resta que essas políticas sejam de interesse social mais abrangente, e não apenas de interesse das classes média e alta, pra quem a mídia direciona explicitamente suas matérias.

Essa busca por uma mídia que atenda a interesses mais coletivos vem sendo buscada por organizações como o Instituto Sou da Paz, de São Paulo, que desde 1999 atua propondo pautas e discussões na mídia sobre o tema da segurança e criminalidade. O coordenador do Instituto, Denis Mizne, em entrevista ao CECeC afirma que o papel da mídia é fundamental para se comunicar com a sociedade, especialmente porque a proposta da organização é colocar em debate “novas abordagens da segurança pública, tema que raramente ocupava o imaginário da sociedade na segunda metade da década de 90” (RAMOS e PAIVA, 2008, p. 18).

Mas a mudança de postura deve partir principalmente da imprensa. O jornalista Marcelo Beraba percebe mudanças na cobertura desses temas, mas ainda acredita que está aquém do necessário. Ele aponta como fator que contribuiu para as limitações da cobertura policial o fato de que as páginas dedicadas a este noticiário atraem menos anunciantes do que as demais editoriais, oferecendo menos retorno às empresas jornalísticas. Ele faz ainda uma análise, do início de sua carreira até hoje, sobre a cobertura da imprensa sobre criminalidade:

---

<sup>27</sup> Conforme análise apresentada no item 2.2 deste capítulo



Eu comecei em 71, no Globo, e a prioridade era polícia; a gente fazia polícia o tempo todo. É nítida a evolução de lá pra cá. Agora, se você comparar com as atenções que recebem, nas redações, áreas como economia, ciência e meio ambiente, essa evolução fica aquém do que aconteceu ou vem acontecendo nessas áreas. A área policial continua sendo um primo pobre, não só dentro da imprensa, mas também na sociedade e na Academia. (*idem*)

Essa cobertura se dá ainda de forma hierarquizante de acordo com o território de acontecimento. Em seminário sobre Mídia e Violência, realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em outubro de 2006, Jailson de Souza apresentou a discrepância entre o número de mortes em periferias e nas zonas nobres da cidade do Rio de Janeiro. Segundo ele, “uma morte em Copacabana equivale para a mídia a aproximadamente 600 mortes na Maré, no Complexo do Alemão ou qualquer outro bairro pobre da cidade”<sup>28</sup>.

Essa hierarquização da importância da notícia pode ser exemplificada por uma fala do jornalista da Rede Globo André Luiz Azevedo, no workshop Mídia e Violência organizado pelo CESeC no dia 17 de outubro de 2006. No evento ele afirmou que “uma morte na Lagoa ou Leblon [zonas nobres do Rio de Janeiro] é notícia. Em bairros pobres não. Isso é notícia e acabou – morte na Baixada [Fluminense] é comum, é corriqueiro, não interessa. Essa é a nossa realidade”<sup>29</sup>. A argumentação do jornalista é de que o compromisso do jornalista e do jornalismo é com a sociedade, e por isso interessa o que é mais incomum. A diferença é que a sociedade com a qual ele se compromete é a que lê os jornais e que vive em bairros nobres das cidades. A maior parte da sociedade, composta por pessoas das classes econômicas mais baixas, não tem representação na mídia.

A cobertura fica, então, debilitada em relação a esses temas e a morte das pessoas de classes mais baixas são banalizadas e naturalizadas pela imprensa. Por exemplo, a violência policial permanece rotineira. No estado de São Paulo (entre 12 e 20 de maio de 2006), 400 pessoas foram mortas por armas de fogo, de acordo com os 23 institutos médico-legais do estado. Em apenas um bairro, em Pinheiros (zona oeste da capital paulistana), foram registrados 132 mortos (Fontes, 2008, p.146). No Rio de Janeiro, o número de autos de resistência, que são mortes em suposto confronto com a

---

<sup>28</sup> Seminário Mídia e Violência, organizado pela PUC-Rio, no dia 10 de outubro de 2006.

<sup>29</sup> Workshop Mídia e Violência, organizado pelo CESeC, no dia 17 de outubro de 2006.



polícia, foram mortos, em 2007, 1330 pessoas<sup>30</sup>. No entanto, a imprensa veicula essas situações como excepcionais, enquanto elas continuam no cotidiano das pessoas. Ao mesmo tempo, essas notícias são rapidamente banalizadas e desaparecem das páginas dos jornais, como se o silêncio da mídia representasse o fim da truculência. Na verdade, esse desaparecimento das notícias da mídia reflete que elas deixaram de ser interessantes para as classes média e alta.

Hoje a mídia pouco usa sua enorme capacidade para pautar um debate público consistente sobre segurança pública. A cobertura da imprensa apresenta um tratamento superficial, muito aquém da relevância social que o tema assumiu. Enquanto a mídia denuncia a gravidade da crise da segurança pública no país, abdica em grande parte do tempo, do papel de tomar a dianteira no debate sobre o tema – o que poderia motivar ações do Estado mais eficazes e abrangentes. A mídia não abre espaço para um debate público sobre a temática da segurança. Ao contrário, o debate público é impedido pelos grandes veículos de comunicação. Há hoje uma falta de opiniões divergentes nas matérias sejam em jornais, rádios ou TVs. Enquanto não tivermos uma nova visão de mundo que possa se contrapor, que possibilite o debate, será impossível avançarmos com alguma pauta em âmbito nacional.

A imprensa hoje tem um grande papel na definição e proposição de uma agenda social, pois consegue traçar o ponto de vista com que determinados temas serão abordados. Gustavo Gindre, integrante do Indecs (Instituto de Estudos e Projetos em Comunicação e Cultura) e do Intervozes, comenta, em entrevista, que no caso da violência essa abordagem é mais explícita:

Na questão da violência isso é claro. Lembro de um estudo que analisava o primeiro governo Brizola e o governo Moreira Franco, e mostrava que os índices de violência eram mais ou menos os mesmos, mas que a percepção das pessoas era muito maior no governo Brizola. Isso porque a Globo deu um destaque muito maior à violência no governo Brizola do que dava no governo Moreira Franco, porque como a Globo era oposição ao governo Brizola e ela tinha ajudado a eleger o Moreira Franco, ela começou a tingir menos as cores da violência. A violência continuava a mesma, mas a percepção das pessoas era diferente. Uma coisa é estar todos os dias nos jornais “morreu não sei quem, morreu outro”. Outra coisa é isso ir parar no fundo da página, a percepção não é a mesma.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> De acordo com os dados do Balanço de Incidências Criminais do Estado do Rio de Janeiro, produzido pelo Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, disponível em [http://urutau.proderj.rj.gov.br/isp\\_imagens/Uploads/BalancoSemestral2008.pdf](http://urutau.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/BalancoSemestral2008.pdf)

<sup>31</sup> Entrevista concedida ao autor em 10 de junho de 2007.



Porém, este poder da imprensa não é absoluto. Há sempre a possibilidade de mediar esse fluxo de informações que o cidadão recebe, através de fontes diferenciadas, como família, educação escolar, e o vínculo desse sujeito em outros grupos sociais. É possível criar condições de se conscientizar sobre o tratamento que a mídia dispensa em determinadas matérias. Porém, não necessariamente a mídia é capaz de controlar a forma como a sociedade vai reagir sobre determinado tema. No entanto, ela consegue influenciar o debate e, principalmente, tematizar o que as pessoas vão dizer. Mesmo que nas discussões do dia seguinte a visão não seja a apresentada pela imprensa, necessariamente ela pauta quais assuntos devem ser debatidos no dia seguinte em conversas na rua, no trabalho, em frente a uma banca de jornal. “Se a Globo faz uma matéria sobre violência, [sugerindo a] pena de morte, no dia seguinte nem todo mundo vai concordar com a Globo. Mas com certeza esse assunto será discutido na fila do banco. Ou seja, a Globo conseguiu pautar o debate”<sup>32</sup>, afirma Gindre.

Para oferecer uma cobertura mais plural, a imprensa precisa colocar como prioridade o estabelecimento sistemático de relações com pesquisadores, organizações não-governamentais e lideranças comunitárias. Uma aproximação institucional desses segmentos é capaz de apoiar o esforço já realizado por repórteres no cotidiano da cobertura de criminalidade e violência. Essa aproximação pode se dar de diferentes formas, como encontros formais, seminários e parcerias com representantes desses segmentos para indicações de pautas.

É importante também que a imprensa cumpra sua função social exigindo a divulgação de dados referentes a ocorrências, processos disciplinares e gastos públicos na área de segurança. A divulgação dessas informações propiciam um acompanhamento da sociedade dos gastos públicos, e da eficácia ou não das políticas públicas adotadas pelo Estado. Mais do que um direito da população ter acesso a tais informações, é um dever do Estado disponibilizá-las.

### **3.4 Meios de comunicação e hegemonia – a mídia como instrumento de poder**

A mídia deveria ser o que todos anunciam no discurso de formatura: o alicerce da sociedade democrática, que desafia a autoridade e oferece ao povo a oportunidade igual de aprender e participar. Tudo bem com o discurso, só que as

---

<sup>32</sup> Entrevista concedida ao autor em 10 de junho de 2007.



peças que estão discursando não sabem que elas estão mentindo, na pior das hipóteses, ou sabem que estão mentindo, mas acham que esta é a única maneira de funcionar.

**Noam Chomsky, em entrevista a Regina Zappa<sup>33</sup>**

Os meios de comunicação hoje representam um importante instrumento de poder na sociedade na disputa por hegemonia e principalmente na constituição da opinião pública. Esses meios são capazes de influenciar de forma expressiva a vida cotidiana e a atuação política dos sujeitos. Pensar a comunicação e seus meios hoje é refletir sobre seu papel de legitimar e dar sustentação à ação coercitiva do Estado, procurando moldar a vontade política da sociedade, mas também a capacidade de empreender manifestações contra-hegemônicas, com vozes que destoam na busca de organizar uma nova cultura e uma nova ordem social.

Como então transformar a informação em instrumento de promoção da qualidade de vida, de um desenvolvimento sustentável e de um processo político transparente e participativo? A informação é uma construção social e depende diretamente dos atores que a produzem, divulgam e utilizam. Ou seja, tão importante como definir o universo de informações, é identificar os atores do processo. Como descreve Serge Halimi em seu livro *Os novos cães de guarda*, alguns jornalistas franceses são considerados por ele jornalistas de reverência, porque “a imprensa escrita e audiovisual é dominada por um jornalismo de reverência, por grupos industriais e financeiros, por um pensamento de mercado, por redes de conivência” (*apud* RAMONET, 2004, p. 41). Esses jornalistas fazem o papel de cães de guarda do poder hegemônico.

No Brasil, o controle da mídia cabe a alguns poucos grupos econômicos familiares. Essa concentração desarticula os sistemas locais de informação, que poderiam desempenhar um papel importante ao dinamizar iniciativas locais de gestão participativa. Pior, “a distribuição das afiliadas das grandes redes encontra no cenário regional atores identificados tanto com as lideranças políticas quanto com as igrejas eletrônicas” (SANTOS, 2007, p.128).

É neste contexto que estão também presentes as corporações transnacionais, interessadas no comércio de mercadorias e na publicidade, além da expansão de seus mercados. Essas mídias são agentes importantes na organização da cultura e há,

---

<sup>33</sup> Disponível em <http://br.geocities.com/carlos.guimaraes/midiapower.html>



portanto, uma “complexa rede de articulações corporativas envolvendo mercados e idéias, mercadoria e democracia, lucratividade e cidadania” (IANNI, 2003, p. 151).

Em 1944, em a *Dialética do esclarecimento*, Adorno e Horkheimer (1985, p. 113-155) assinalavam que o domínio da razão humana – doutrina do Iluminismo – dá lugar ao domínio da razão técnica. Os valores humanos são deixados de lado em troca do interesse econômico e a lei do mercado passa a reger a sociedade, tudo virando negócio. Seus fins comerciais são realizados por meio da exploração de bens culturais (cinema, rádio, tv, usados como meios de manipulação).

A facilidade de acesso aos bens culturais não facilita a entrada das massas nas áreas onde antes eram excluídas, ao contrário, os sistemas existentes hoje de informação não são organizados para a participação cidadã. Somos inundados com informações sobre violência em periferias e favelas, e as soluções são simplistas, estão nas periferias, nas crianças que abandonam as escolas e sobre processos que continuamos mal informados. Precisamos de informação socialmente organizada que permita a ação informada do cidadão.

Gramsci já colocava a imprensa como um “partido”, com a função de consolidar a coesão do conjunto da classe dominante, assim como assegurar a adesão dos subalternos. Essa relação, no entanto, não é direta e na maioria das vezes não é imediatamente visível. A análise de Gramsci se dá a partir das revoluções democrático-burguesas dos séculos XVIII e XIX contra o estado feudal, a nobreza e o clero, que deram origem ao liberalismo. Nesse momento surge o que Gramsci vai chamar de *aparelhos privados de hegemonia*, onde o Estado não é apenas o conjunto dos aparelhos de coerção, mas esses elementos de coerção fazem parte agora da *sociedade política*. Em paralelo, surge também a *sociedade civil*, com relações de hegemonia, que complementam os aparelhos de coerção pelo convencimento (imprensa, igrejas, sindicatos, etc.). São organizações que contribuem para a formação política, intelectual e moral da sociedade. Uma forma de dominação ideológica, na tentativa de conquistar o consenso dos dominados. Esses aparelhos de hegemonia sustentam os aparelhos coercitivos e esses legitimam os aparelhos hegemônicos. A sociedade civil é a instância responsável pela produção e difusão do discurso ideológico de uma determinada classe (GRAMSCI, vol.3, 2007).

Essa nova esfera social – a sociedade civil – surge com a intensificação dos processos de socialização da política e é dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, além de uma dimensão material própria. Nessa nova



conjuntura o Estado não se limita apenas aos mecanismos de coerção, mas agora ocorrem relações sociais de hegemonia. Além da coerção, garante também o consenso dos dominados. Para que isso se concretize, a hegemonia necessita constituir-se como um processo que se renova segundo as condições históricas, tornando-se um conjunto de experiências, relações e idéias assimiladas com naturalidade pela sociedade.

Essas novas instâncias ideológicas de dominação se desvinculam do Estado com a função de exercer uma política ideológica e cultural, ao mesmo tempo em que o Estado e a sociedade civil atual conjuntamente, já que operam com interpenetrações. E as classes hegemônicas têm conhecimento de que este é um processo ativo e que é necessária prudência diante dos questionamentos à dominação vigente. É justamente no âmbito da sociedade civil que se legitima ou se contrapõe a política hegemônica, ela é este espaço de luta pela hegemonia – entendida como liderança intelectual e moral de uma classe ou fração dela, sob o conjunto da sociedade, conquistada pela difusão de ideologias – e pela cultura, onde se organizam a visão de mundo. Assim caracterizada a sociedade, entre o Estado, que diz representar o interesse público, surge uma esfera pluralista de organizações, de sujeitos coletivos. Essa esfera é a sociedade civil, o espaço da luta pela hegemonia. Assim, a organização da cultura, para Gramsci, já não é algo diretamente subordinado ao Estado, mas é resultado das articulações da sociedade civil.

No Brasil, houve uma forte participação da sociedade civil dos anos 1970 até a eleição presidencial de 1989. Porém, os anos 1990 representaram um refluxo desse processo, motivado em grande medida pela crescente hegemonia político e ideológico-cultural do neoliberalismo.

O conjunto das propostas neoliberais operou no sentido de promover uma despolitização geral da sociedade e, conseqüentemente, também da cultura. Tivemos a tentativa, muitas vezes exitosa, de transformar a sociedade civil nessa coisa amorfa e despolitizada, hoje pomposamente chamada de ‘terceiro setor’ (COUTINHO, 2006, p. 106).

Dessa forma os aparelhos de hegemonia, além de elaborar e difundir, legitimam uma visão de mundo essencial para a manutenção do poder. Esta concepção parte do reconhecimento que a dominação política não se dá apenas pela coerção, mas também pela busca de consenso entre os dominados. Este é o principal papel dos aparelhos de hegemonia representados pela grande mídia, que atua como naturalizadora nesse processo de coesão social, apresentando-o como um espaço



democrático. Virgínia Fontes comenta que a mídia vem atuando, sem abandonar as formas clássicas, de forma a incidir diretamente “sobre as formas organizativas primárias dos setores populares, de maneira a converter processos de formação crítica em produção de cidadãos com ‘baixos teores’” (2008, p. 161). Essa atuação faz com que os cidadãos se distanciem da reflexão crítica, envolvendo-se em questões fragmentadas. Fontes continua:

No entanto, as condições sociais reais da maior parcela da população seguem dramaticamente desiguais. Assim, ao lado desse enorme aparato empresarial de persuasão popular, mantém-se a tradicionalíssima truculência dos setores dominantes brasileiros. Caveirão e projetos culturais apassivadores em favelas parecem fazer parte do mesmo pacote da modernidade financeirizada. Esse fenômeno se repete na imprensa, na qual, ao lado de propostas com o selo da “responsabilidade empresarial”, permanece a truculência verbal de viés marcadamente antipopular. (*idem*)

É nesta perspectiva que Octávio Ianni faz um paralelo com o *príncipe* de Maquiavel e com o *moderno príncipe* de Gramsci, com o que ele denominou de *príncipe eletrônico*, se referindo aos meios de comunicação de massa, em especial a televisão.

No início da Idade Moderna, Nicolau Maquiavel colocou algumas questões para que o príncipe se consolidasse como um dirigente, uma figura política capaz de articular suas qualidades de atuação e liderança e as condições sociopolíticas em que atuava (1996). Gramsci faz uma atualização do príncipe de Maquiavel, passando essa função política para o partido político, como intérprete e condutor de indivíduos e coletividades. O moderno príncipe não é mais uma pessoa, mas uma organização onde se aglutinam as capacidades de uns e outros, líderes e seguidores, de forma que as decisões e interpretações das forças políticas cabem a esse grupo político organizado, que era, naquele momento, capaz de acumular as inquietações e reivindicações sociais. Este partido teria ainda a principal função de construir uma hegemonia alternativa, que expressasse os interesses das classes e grupos sociais subalternos (2007).

Já o príncipe eletrônico deixa de ser uma pessoa ou um partido, e ultrapassa as atividades desempenhadas por essas duas figuras políticas. Este príncipe eletrônico é representado pelos meios de comunicação de massa, e daí a grande diferenciação em relação aos príncipes anteriores. Como apresentado, a mídia hegemônica não representa de forma plural os interesses de toda a sociedade. Ela se limita a interesses



particulares, e tem uma preocupação em atender a suas demandas imediatas, no caso, ligada às classes média e alta, deixando de lado interesses das classes econômicas mais baixas. Falando amplamente da mídia, temos uma predominância da expressão da visão dos blocos de poder dominantes. Dentre esses veículos, destaca-se a televisão, meio de comunicação, informação e propaganda presente e ativo no cotidiano de indivíduos e coletividades em todo o mundo. No Brasil, 98,7% dos municípios recebem o sinal da TV aberta (SANTOS, 2007, p.134), o que nos faz imaginar o poder de alcance e influência desta rede de comunicação. Hoje, as tecnologias permitem sistemas simples e baratos, acessíveis para a maioria das regiões do país, e os monopólios existentes só se mantêm pela capacidade de pressão política herdada de outros tempos.

O espaço de persuasão que antes pertencia aos intelectuais passou a ser dividido, e muitas vezes ocupado, por outras esferas de mediação, principalmente pela mídia. Denis de Moraes diz que hoje,

os meios de difusão agem como uma espécie de intelectual orgânico que define e interfere na conformação dos imaginários sociais e dos valores, além de formarem seus próprios intelectuais (autores, diretores, estrategistas), em função de seus alvos mercadológicos e visões ideológicas (JB ON LINE, 31/07/2004).

Dessa forma, o príncipe eletrônico pode ser visto como um intelectual orgânico dos grupos, classes ou blocos de poder dominantes, em escala nacional e mundial. Em alguma medida, esses grupos, classes ou blocos de poder possuem influência significativa nos meios de comunicação, informação e propaganda, funcionando ainda como indústria cultural.

A cultura da mídia, assim como os discursos políticos, ajuda a estabelecer a hegemonia de determinados grupos e projetos políticos. Produz representações que tentam induzir à aceitação de certas posições políticas, levando os membros da sociedade a ver em certas representações e idéias “o modo como as coisas são”. A mídia cumpre o papel de naturalizar essas posições políticas hegemônicas. Numa cultura da imagem dos meios de comunicação de massa, são as representações que ajudam a constituir a visão de mundo do indivíduo, consumando estilos e modos de vida, bem como pensamentos e ações sociopolíticas. E é por meio do estabelecimento de um conjunto de representações que se fixa uma ideologia política hegemônica. A ideologia funciona por exclusão e marginalização, assim como por afirmação de



posições ideológicas específicas. Ela, portanto, faz parte de um sistema de dominação que serve para aumentar a opressão ao legitimar forças e instituições que reprimem e oprimem (KELNER, 2001, p.81-84).

Este príncipe eletrônico pode ser considerado ainda “uma fábrica de *hegemonia* e da *soberania*, que teriam sido prerrogativas do *príncipe* de Maquiavel e do *moderno príncipe* de Gramsci” (IANNI, 2003, p. 166, grifo do autor). Os produtos da cultura da mídia não são, portanto, entretenimento inocente, mas têm cunho ideológico e vinculam-se à retórica, a lutas e a ações políticas.

Marilena Chauí demonstra como as idéias dominantes de uma época são as idéias da classe dominante dessa época. Ela explica que o dominante se reveste de generalidade e de universalidade que anulam e ocultam a realidade das classes,

a ideologia realiza uma operação bastante precisa: ela oferece à sociedade fundada na divisão e na contradição interna uma imagem capaz de anular a existência efetiva da luta, da divisão e da contradição: constrói uma imagem da sociedade como idêntica, homogênea e harmoniosa. Fornece aos sujeitos uma resposta ao desejo metafísico de identidade e ao temor metafísico da desagregação (2007, p. 38).

Para que a violência da dominação exercida por uma classe seja considerada como natural e legítima, sem insuflar uma revolta nos dominados, é preciso que essa dominação seja anulada como violência. Para isso, produz-se uma imagem unificada da sociedade, com indicadores suportáveis e aceitáveis para todos os seus membros. A idéia de que o Estado representa toda a sociedade e que todos os cidadãos estão representados pelo Estado, que todos têm o direito à cidadania é a forma de legitimar a dominação. Chauí diz que essa operação ideológica passa por dois ocultamentos: “o da divisão social e o do exercício do poder por uma classe social sobre outra” (*idem*, p. 39).

Esses intelectuais das classes dominantes atuam na concentração da produção do conhecimento e na apropriação do conhecimento socialmente produzido. Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels (1984) colocam que esses intelectuais asseguram a atualização dos conhecimentos anteriores, assim como produzem e se apoderam dos novos conhecimentos, disponibilizando-os para os setores dominantes. Formulam a legitimação do mundo existente como se fosse o mundo necessário. Com isso, asseguram a continuidade dos setores dominantes. Essa função também foi colocada por Gramsci, quando diz que todo grupo social, emergindo da história a partir da



estrutura econômica anterior encontrou “categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas” (2006, v. 2, p. 16). Mais adiante, Gramsci continua dizendo que os “intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (*idem*, p. 21).

Os meios de comunicação têm um papel privilegiado no sentido de produzir essas subjetividades, revestindo-se de universalidades e generalidades que interessam diretamente ao sistema dominante. Por exemplo, em 17 de outubro de 2007, a Rede Globo mostrou cenas exclusivas do que chamou de confronto entre traficantes e a polícia na favela da Coréia, em Senador Camará, zona oeste do Rio de Janeiro. As imagens do repórter cinematográfico Rogério Lima mostram, de acordo com matéria veiculada no mesmo dia no Globo On Line, “que dois bandidos tentavam fugir pelo mato. Os policiais dispararam contra os fugitivos e um deles se esconde atrás de uma pedra. O outro bandido acaba caindo. Os dois morreram”. A cena, de policiais atirando com fuzis em dois jovens que corriam dos tiros, termina com os dois jovens atingidos e mortos. O que houve ali, sem qualquer tentativa de esconder a ação de extermínio da polícia, é a caracterização pura da criminalização da pobreza e da produção de subjetividade, de que para nossa segurança era preciso que eles fossem mortos.

Os comentários de leitores nessa matéria veiculado no Globo On Line<sup>34</sup> demonstram claramente a visão dos leitores desse veículo, para quem ele volta suas matérias e reportagens. Em um dos 365 comentários sobre esta notícia, um leitor identificado como “Necon”, parabenizou a ação policial, no dia 2 de outubro de 2007: “Parabéns, a população do RJ quer ver mais ações como esta. Queremos outras investidas do CORE em cima (sic) do tráfico. Os Direitos Humanos, OAB, ONGS que se calem!”. Não era o único. A maioria dos comentários tem este teor. Um outro, Francisco Vidal Araujo Lombardo, diz “Mata mais! Bandido tem que morrer!”. Anselmo O. também apóia a operação: “É isso aí. Parabéns a (sic) polícia, bom serviço. Precisamos de mais ações deste tipo”. Isto tudo apesar de que na operação policial, que envolveu 300 homens, um “menino de 4 anos, um policial e 10 *supostos*

---

<sup>34</sup> Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/10/17/298182778.asp>



traficantes morreram. Outra criança de 10 anos ficou ferida” (grifo meu), de acordo com a notícia veiculada no jornal on line carioca.

Em momento algum a imprensa colocou a situação como absurda, ao contrário, fez parecer que a ação estava correta. Para piorar, a câmera da emissora, que filmou a ação dos policiais, estava no helicóptero da polícia, e em momento algum isto significou uma reserva dos policiais em atirar nos jovens. O jornalista do site Fazendo Media, Marcelo Salles, comentando sobre essa ação policial e a cobertura da mídia, disse, em entrevista a Rafael Fortes, que a cobertura da mídia sobre criminalidade e violência é feita nitidamente voltada para legitimar as mortes. “Quando tem execução, geralmente eles dizem que ‘morreu em confronto’” (FORTES, 2008, p. 159). Sobre a operação na Favela da Coréia, ele comenta que, ao colocar

aquele círculo que eles fazem (escurecendo o que está em volta para destacar o que aparece no círculo) na mão do garoto que fugia correndo, desesperado, sendo fuzilado, caçado, como se fosse um animal. Via-se uma imagem embaçada, não se sabia exatamente o que tinha ali, mas a jornalista afirmava que era uma arma. E mais não dizia, mas a mensagem era: “se estava armada, é justificável que a polícia tenha atirado contra ela”, quando não é. A única condição em que a polícia pode atirar para matar alguém é quando o policial ou terceiros estão sob risco de morte. E não era o caso: mesmo que o fugitivo estivesse com uma arma na mão, não estava atirando. (...) Mas justamente essa hipótese foi passada como natural (*idem*, p. 163).

Um outro caso emblemático, que procura justificar a atual política de segurança pública através da imprensa, foi uma pesquisa encomendada pelo jornal O Globo ao Ibope e divulgada no dia 10 de julho de 2007<sup>35</sup>. A notícia falava apenas que foram ouvidas 1000 pessoas, por telefone, e que 83% da população carioca era a favor dessa política de segurança. Sobre a metodologia da pesquisa, a matéria diz apenas que foi realizada pelo Ibope após a operação da Secretaria de Segurança no Complexo do Alemão, no dia 27 de junho e “mostra que a maioria da população aprovou a ação. (...) dos mil entrevistados, 83% disseram ser favoráveis à operação. Mais: 87% aprovaram ações semelhantes em outras favelas. A pesquisa ouviu mil pessoas, pelo telefone, nos dias 3 e 4 de julho” (O GLOBO, 10/07/2007).

Contrariados com o resultado, moradores do Alemão, ligados à organização Raízes em Movimento e o jornalista Marcelo Salles, realizaram também uma

---

<sup>35</sup> Edição de terça-feira, dia 10 de julho de 2007, seção Rio, página 19.



pesquisa, esta com os moradores do Alemão, no mesmo mês de julho de 2007.

Marcelo Salles explica:

Eram quatro grupos, cada um foi a uma favela. (...) Entrevistamos quase 800 pessoas e o resultado foi justamente o inverso: 91% das pessoas ouvidas não apóiam essas operações da polícia. Porém, diferentemente da pesquisa divulgada pelo Globo, dissemos onde ela foi feita e quem foi ouvido (FORTES, 2008, p.158)

O coordenador do Raízes em Movimento, o cientista social Alan Brum, explica que o objetivo da pesquisa era ouvir os moradores diretamente atingidos pela ação da polícia:

A gente julgou importante que tivesse um retorno da própria comunidade que sofre essa política direta de segurança pública implementada pelo governo do Estado. (...) [desenvolvemos] um trabalho de pesquisa dentro do Complexo do Alemão para saber qual a aceitação dessa política de segurança pública de repressão nas favelas do Rio de Janeiro (FAZENDOMEDIA.COM, 25/07/2007).

A pesquisa, realizada no dia 21 de julho de 2007, ouviu 787 pessoas nas favelas da Grotta, Morro do Alemão, Morro dos Mineiros e Pedra do Sapo, favelas que fazem parte do conjunto de favelas do Alemão. Dos entrevistados, 91% disseram não apoiar "invasões da polícia no Complexo do Alemão, como a mega-operação realizada no dia 27 de junho", enquanto 7% responderam que apóiam essas operações e 2% preferiram não responder. Em matéria veiculada no site do Fazendo Media, Marcello Salles critica a pesquisa do jornal O Globo, e procura o Ibope no dia seguinte à divulgação da pesquisa, para tentar esclarecer como foi realizado o levantamento. De acordo com a matéria, o Ibope não soube informar em que localidades esse levantamento foi realizado. Na mesma matéria, o fotógrafo Sadraque Santos é ouvido por Salles, e questiona se alguém do Complexo do Alemão foi ouvido para a pesquisa:

(...) como é que O Globo faz uma pesquisa dizendo que 83% da população concordam com a operação que aconteceu dentro do Complexo do Alemão, sendo que dentro do próprio Complexo do Alemão eu tenho certeza absoluta que ninguém foi ouvido? Não ligaram pra ninguém. Até porque, hoje, dos 5 mil telefones da favela, 4 mil estão desligados. Por conta, justamente, da operação policial, quando eles atiraram no armário telefônico e deixaram 4 mil telefones mudos e até hoje esses telefones não foram consertados. (*idem*)



Para se pensar hoje em uma comunicação que preze pela livre circulação de informações e pela diversidade cultural, é preciso insistir no estabelecimento de políticas públicas de comunicação, com mecanismos democraticamente instituídos de regulação, concessão e fiscalização, políticas que sejam debatidas por diversos setores da sociedade representativos da opinião pública, com ações articuladas entre as informações gerais com as singularidades locais e regionais.

O *Circulando – diálogo e comunicação na favela* se propõe a ser um espaço de discussão de idéias dos moradores de favelas, possibilitando que novos olhares sejam difundidos para o conjunto da sociedade.



#### 4. REPERCUTINDO O OLHAR DIFERENCIADO DA FAVELA

No capítulo anterior o trabalho demonstrou como as classes e grupos de poder dominantes exercem essa hegemonia através dos meios de comunicação. É justamente para combater essa visão homogeneizada e que se volta para a manutenção da estrutura socioeconômica que é necessária uma comunicação contra-hegemônica. Sem ferramentas de difusão de idéias e ideais que não sejam os desses grupos dominantes, não teremos nunca idéias inovadoras que tenham condições de buscar maior justiça social.

Nessa direção, este capítulo apresenta uma proposição de uma mídia que atue claramente ao lado das classes sociais subalternas, dando voz e visibilidade a ações de interesse coletivo. Para ampliar esse debate, a pesquisa trabalhou com as noções de *ideologia* (Gramsci) e de *heteroglossia* (Bahktin). Esses conceitos levam em conta a necessidade de que as falas – em suas diversas formas – sejam contextualizadas.

Este capítulo ainda trabalha com a idéia de memória postulada por Pollak, em especial seu conceito de *memórias subterrâneas*, que se contrapõe a uma *memória oficial* que ordena os fatos sobre os critérios hegemônicos. Essa memória oficial é cada vez mais a visão difundida pelos grandes meios de comunicação, o que acarreta essa visão estereotipada e criminalizante dos espaços populares. Já as memórias subterrâneas são ignoradas pela visão dominante e funcionam também como formas de resistência, já que, mesmo não contempladas no discurso hegemônico, mantêm-se vivas em redes de sociabilidade.

A partir dessas idéias, discute-se a possibilidade de difusão de novos olhares sobre as favelas e periferias, propondo uma ressignificação das classes populares através da construção de mídias que possibilitem a participação coletiva, de mídias que tenham como fundamento o diálogo. Nesse sentido, o conceito de *mídias cidadãos* de Rodriguez é apropriado para se trabalhar com a idéia de meios que afirmem mensagens e práticas baseadas na vivência desses moradores, em contraste com os estereótipos apresentados pela mídia hegemônica. Esses meios também auxiliam na formação de intelectuais orgânicos das classes subalternas.

Este é o papel que o Núcleo de Comunicação Crítica do Alemão tenta desenvolver ao longo de seus dois anos de atividades, reforçar a identidade local, potencializar seus integrantes e criar redes e articulações locais e fora da favela para a



difusão de suas idéias, sempre na perspectiva de difusão de novos olhares e questionar as estruturas sociais vigentes.

#### 4.1 A necessidade de uma comunicação contra-hegemônica

(...)  
*Samba,  
Inocente pé-no-chão,  
A fidalguia do salão  
Te abraçou, te envolveu,  
Mudaram toda a sua estrutura,  
Te impuseram outra cultura,  
E você nem percebeu  
Agoniza mas não morre, de Nelson Sargento*

No século XX, nos deparamos com uma nova realidade, uma nova ordem mundial com o fenômeno da globalização – entendida aqui como um conjunto de técnicas unificado pela tecnologia da informação. Essa globalização do capitalismo é capaz tanto de germinar a integração como a fragmentação. A dinâmica das forças produtivas e das relações de produção em escala local, nacional, regional e mundial, produz interdependências e descontinuidades, evoluções e retrocessos, tensões e contradições. Isso acarreta um custo social, econômico, político e cultural para muitos indivíduos e coletividades e classes sociais subalternas. Em todo o mundo, ainda que em diferentes níveis, a maioria é atingida pelas mais diversas formas de fragmentação.

A globalização do capitalismo implica a globalização de tensões e contradições sociais, nas quais se envolvem grupos e classes sociais, partidos políticos e sindicatos, movimentos sociais e correntes de opinião pública em todo o mundo. Nos últimos vinte anos, o processo de expansão do neoliberalismo pelos setores dominantes gerou fortes transformações na correlação de forças entre as classes sociais. Se ao longo dos anos 1980 tivemos um dos períodos mais intensos de lutas populares no Brasil, a partir dos anos 1990 houve um refluxo dessas mobilizações – que permanece até os dias de hoje (FONTES, 2008, p. 154). Essa desmobilização tem como causas o aprofundamento das desigualdades sociais, o aumento da violência e o consenso de ordem estabelecido pelo senso comum. Esta última tem relação direta com os meios de comunicação hegemônicos, que atuam como agentes legitimadores da ordem imposta e naturalizadores desse processo. Neste contexto, pensar em qualquer projeto amplo de intervenção sócio-política nas cidades depende de uma ação eficaz no campo da comunicação. A partir das reflexões de Gramsci sobre



cultura e aparelhos de hegemonia, é possível relacionar a comunicação com a totalidade da vida social e a compreender como “cultura, práxis interativa, mediação entre sujeito e objeto” (COUTINHO, 2008a, p. 43). Essa relação trata todo processo de comunicação como parte do processo de hegemonia – entendida aqui como uma liderança moral e intelectual de um grupo social sobre o conjunto da sociedade – capaz de criar uma “unidade ‘cultural-social’ pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, solda-se conjuntamente na busca de um mesmo fim, com base numa idêntica e comum concepção do mundo” (GRAMSCI, 2007, v.1, p. 399). É neste campo que Gramsci faz também uma crítica ao uso da palavra *ideologia*. Para ele, é preciso “distinguir ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a determinada estrutura, e ideologias arbitrárias (...)” (*idem*, p. 237).

As ideologias arbitrárias, para Gramsci, “não criam mais do que ‘movimentos’ individuais, polêmicas, etc.” (*idem*, p. 237-8), que podem ser representados hoje pelos dispositivos tecnológicos da mídia hegemônica, que influenciam de forma decisiva as dinâmicas e relações de poder do atual mundo globalizado. As instâncias modernas de mediações sócio-culturais, onde se dava a formação do sujeito, a escola, a igreja, a família, os partidos, os sindicatos, dividem cada vez mais esse espaço com os meios de comunicação. As mídias têm hoje um papel efetivo na educação, no jeito de cada um pensar e sentir a sociedade, de se perceber em sociedade. Porém, essa atuação dos meios de comunicação hegemônicos tende a se voltar para a manutenção da estrutura socioeconômica.

Pensando na ideologia orgânica proposta por Gramsci, ideologias que “‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” (*idem*, p. 237), é possível alegar que da mesma forma que os meios de comunicação têm poder de influência na formulação de ideologias arbitrárias, têm também potencial para promover a integração urbana e contribuir com a redução das desigualdades sociais, contribuindo para uma tomada de consciência e o conseqüentemente fortalecimento de movimentos populares, na tentativa de garantir uma circulação mais livre das diferentes manifestações simbólicas e culturais de uma cidade.

No Brasil, contudo, e no caso específico da cidade do Rio de Janeiro, o saldo da atuação das mídias de ampla abrangência é danoso para as favelas e zonas de periferia, já que esses espaços são retratados pelo que não têm, pelos discursos da



carência e da ausência, por um olhar de fora que, sem cerimônia, constrói uma representação estereotipada e simplificada, com ênfase quase total na violência e na criminalidade. Não há praticamente compromissos com a valorização do patrimônio cultural ou com fortalecimento de instâncias de identidade locais <sup>36</sup>.

Os sistemas de informação atuais não foram organizados pensando na participação da sociedade em sua construção, mas voltados para o individualismo. O problema não está presente na falta de informações, mas justamente no oposto, na excessiva quantidade de informações jogadas diariamente sobre a violência nas grandes cidades. As soluções apresentadas se colocam sempre com a extinção do problema, encontrado por completo nas favelas e periferias, sem uma reflexão mais aprofundada do problema, que envolveria outras esferas e locais da cidade.

A informação hoje em dia não é organizada socialmente, o que ocasiona uma enxurrada de informações e notícias que não são assimiladas, mas ao contrário, nos desorientam. Essa ausência de informações organizadas impede ações de cidadania, pois faz com que as pessoas se tornem passivas em suas ações. Essa situação é um paradoxo: ao mesmo tempo em que temos a mais alta tecnologia de informação (com bancos de dados, redes, portais, sites, conferências online, conexão de banda larga, etc.) e recebemos um número excessivo de dados das televisões, rádios e de uma variada gama de revistas, nunca a sociedade esteve tão confusa e desinformada por esse excesso de informação. Como Dawbor escreveu, essa confusão resulta desse excesso porque a

informação útil, quando afogada num mar de informações que não nos interessam num momento determinado, simplesmente não pode ser utilizada. A informação tem que ser relevante para o que fazemos (...) Podemos viver com muito menos informação do que o dilúvio a que somos diariamente submetidos. Mas temos de ter a informação que efetivamente nos interessa<sup>37</sup>.

Quando a informação perde seu caráter de fortalecer o debate democrático e passa a ser considerada como uma mera mercadoria, é preciso criar alternativas de informações responsáveis, que não estejam estreitamente ligadas a interesses particulares e empresariais. Para pensarmos em processos de transformação da sociedade no Brasil, com o propósito de atingir as grandes massas, é preciso um maior

---

<sup>36</sup> Ver o Capítulo 2, em especial o item 2.1

<sup>37</sup> Cf Ladislau Dowbor. “Informação para a cidadania”, disponível em [www.dowbor.org/04infocid.doc](http://www.dowbor.org/04infocid.doc), acesso em 20 de janeiro de 2009.



controle da sociedade sobre esses meios de comunicação, que são “poderosos instrumentos de criação, difusão e ação cultural” (COUTINHO, 2006, p. 107). Para esse controle social da mídia é preciso um amplo processo de democratização da sociedade, de ativação da sociedade civil, de pressão das classes sociais subalternas, de uma opinião pública que atue de baixo para cima, em suma, uma comunicação que atue contrapondo a mídia hegemônica.

Essa necessidade se dá porque a mídia ocupa hoje o principal papel na manutenção do *status quo*. Gramsci colocou que a dominação não se dá apenas pelos aparelhos de coerção, mas também pelo consenso dos dominados, através dos aparelhos privados de hegemonia que promovem o consenso por meio da difusão de ideologias, como escolas, sindicatos, igrejas, partidos políticos, etc., e pela própria mídia. Para Coutinho, a mídia representa “a mais importante daquelas fortificações que protegem o aparelho de Estado do impacto das crises político-econômicas. (...) é ela que garante as relações de produção e propriedade, criando e recriando o consenso necessário à dominação do capital” (2008a, p. 47). E embora seja na esfera da sociedade civil que as camadas subalternas também elaboram sua visão de mundo, contrapondo-se à visão hegemônica, a mídia cumpre o papel de desequilibrar essa relação de forças em favor dos grupos dominantes (*idem*, p. 48), influenciando a opinião pública.

Com a opinião pública a favor, “o consenso da maioria justifica, legitima e dá sustentação à ação coercitiva do Estado” (GRAMSCI, v. 3, p. 265). Quando este “quer iniciar uma ação pouco popular cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil” (*idem*). Gramsci complementa:

A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isso, existe luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública – jornais, partidos, Parlamento –, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica. (*idem*)

Tomemos o exemplo dos moradores das favelas e periferias. Embora a grande maioria dessa população seja contra a política de segurança pública adotada, pautada no confronto e que vitimiza esses moradores, a opinião pública já apresenta uma posição favorável, difundida e legitimada especialmente pela mídia hegemônica, que



possibilita essas ações e, mais do que isso, uma naturalização dessas ações, mesmo que o número de mortes de civis, policiais e traficantes aumente a cada novo dado disponibilizado pelo Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio. Como afirma Coutinho, “o partido da mídia organiza e adéqua com extrema eficácia a visão de mundo da sociedade às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e aos interesses dos grupos de poder” (2008a, p. 51).

Uma contraposição a essa visão de mundo empregada pelas mídias hegemônicas se coloca como fundamental para a difusão de idéias inovadoras que tenham condições de alterar o atual quadro de desigualdade social. Meios de comunicação que se identifiquem com o que Gramsci chamou de aparelhos privados de hegemonia, atuando na esfera da sociedade civil, com autonomia em relação ao Estado, são meios capazes de criar esses espaços de contraposição à lógica do capital, procurando ampliar sua ação de influência para toda a sociedade, mesmo sem serem dominantes. Vale ressaltar que esses novos meios devem se colocar claramente ao lado dos interesses das classes sociais subalternas.

#### 4.2 Mídia e memória: o contexto como meta

*Quando ia saindo da salinha, com a frente reacionária  
antifunk tendo recuado diante da possibilidade de processo,  
uma senhora me disse: ‘minha filha, comemore seu  
aniversário aqui, só não toque funk!’ Conselho dado: cada  
um no seu quadrado*

**Adriana Facina, do Observatório da Indústria Cultural<sup>38</sup>**

O texto da pesquisadora Adriana Facina retrata bem a idéia passada pela mídia hegemônica sobre os espaços populares. Enquanto a população das favelas e periferias se mantém dentro de suas localidades, elas podem fazer o que bem entenderem. O problema é quando essas pessoas passam a ocupar espaços na cidade, públicos ou privados. automaticamente passam a incomodar as classes e grupos de poder dominantes, que se sentem incomodados com a presença de pessoas oriundas dessas localidades. No texto, Facina conta como uma simples reunião de amigos em um prédio em Niterói, cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro, tornou-se um problema de polícia. No encontro com funkeiros para discutir a criação do movimento *Funk é Cultura* e da criação da *Associação de Profissionais do Funk*, o condomínio interferiu no encontro, que contava também com canções dos músicos. Na ocasião, os

---

<sup>38</sup> Disponível em <http://oicult.blogspot.com/2008/08/cada-um-no-seu-quadrado.html>



moradores chamaram a polícia para acabar com a festa. Mesmo depois da pesquisadora demonstrar seu direito, e que poderia inclusive processar o condomínio, uma senhora chega a ela e diz que pode fazer a festa que for, mas que não toque funk.

Esse exemplo é claro para demonstrar como as pessoas estão influenciadas pelas idéias transmitidas pela mídia. Numa tentativa de se contrapor à mídia hegemônica e de se construir uma nova hegemonia voltada para as classes sociais subalternas, é necessário pensar em uma comunicação que leve em conta a localização geográfica desses atores. O pensador russo Mikhail Bakhtin conceitua essa importância de retratar o meio em que se vive como *heteroglossia*. Com essa idéia, Bakhtin acredita que é possível atender aos mais variados espaços. Complementando o seu conceito, ele diz que também é necessário se opor sistematicamente à linguagem autoritária, mecânica e monológica, e propor uma linguagem mais abrangente, que esteja aberta ao diálogo e à polifonia. Essa nova linguagem é a base para a heteroglossia: situando os sujeitos – emissores e receptores das mensagens – assim como a própria mensagem no meio social.

Uma das críticas que podem ser feitas à mídia hegemônica é a falta de contextualização das notícias, deixando de lado o meio social e as implicações sociais que esse local representa para determinado fato. Bakhtin ainda afirma que as palavras são carregadas de conteúdo ideológico e que compreendemos e reagimos a elas de acordo com o que são capazes de nos despertar. Ele acredita que o diálogo só é possível se os cidadãos reconhecerem-se no meio social e no contexto social em que vivem. Para ele,

em cada época de sua existência histórica, a obra é levada a estabelecer contatos estreitos com a ideologia cambiante do cotidiano, a impregnar-se dela, a alimentar-se da seiva nova secretada. É apenas na medida em que a obra é capaz de estabelecer um tal vínculo orgânico e ininterrupto com a ideologia do cotidiano de uma determinada época, que ela é capaz de viver nessa época. (...) Rompido esse vínculo, ela cessa de existir, pois deixa de ser apreendida como ideologicamente significante (1986, p. 119).

Essa significação da obra nos faz refletir sobre a importância da memória para as populações das favelas e periferias. A noção de memória está ligada diretamente à idéia de reconstrução de idéias e imagens. As memórias nada mais são do que reinterpretções dos sujeitos sobre determinado acontecimento, e variam de acordo com as necessidades e demandas desse sujeito. O francês Michael Pollak coloca a



memória como um campo de disputa, onde a memória oficial, para ele, tem um caráter “destruidor, uniformizador e opressor” (1989, vol.2, p. 4). Ana Paula Goulart interpreta essa memória oficial postulada por Pollak com o objetivo de “ordenar os fatos segundo certos critérios” (2008, p. 189). Essa ordenação se dá “sobre zonas de sombras, silêncios e esquecimentos e repressões” (*idem*). Essas memórias coletivas impostas não são o único fator aglutinador, mas têm um papel importante para a manutenção das estruturas sociais tais como estão na sociedade. Goulart diz que este espaço de disputa pela memória é permeado “por complexas relações de classe, gênero, étnicas e etárias, que determinam o que deve ser lembrado ou esquecido, por quem e para que fim” (*idem*, p. 192)

Se o passado de uma coletividade se sustentou tradicionalmente pela história enquanto disciplina, essa mesma história, desde a Idade Média até os dias atuais, sempre se colocou como cúmplice do poder constituído. Com isso, e pela importância que teve no papel de formação e formalização da memória, podemos dizer que a história comunga do que Pollak denomina de memória oficial. Goulart afirma que o discurso “da história-disciplina – enquanto um discurso da verdade – se constituiu como uma ‘fala autorizada’, socialmente reconhecida como tal pelo conjunto da sociedade” (*idem*, p. 194). Mas o que temos visto hoje é uma perda desse papel de construtora da memória oficial da história-disciplina, principalmente pelo desenvolvimento das tecnologias de comunicação. Essa passagem é dita por Goulart: “Hoje cada vez mais, são os meios de comunicação o *locus* onde se realiza o trabalho sobre as representações sociais. A mídia é o principal *lugar de memória e de história* das sociedades contemporâneas” (*idem*, p. 195). A mídia desempenha um papel, portanto, importante na construção – ou reconstrução – da memória coletiva.

Com um viés claramente voltado para a defesa dos interesses das classes e grupos de poder dominantes, a mídia influencia para que essa reinterpretação seja feita de acordo com os interesses dos grupos de poder. Essa ressignificação dos fatos pela mídia faz parte também de uma estratégia de coesão social. Um exemplo é a noção de periculosidade em relação às favelas do Rio de Janeiro. Na grande maioria das reportagens e matérias sobre as favelas, as chamadas sempre fazem questão de nomeá-las como “uma das favelas mais violentas do Rio”. Em uma pesquisa aleatória na ferramenta de buscas na internet Google, com a frase “uma das favelas mais



perigosas do Rio”, encontramos 138 resultados<sup>39</sup>. Para a frase de mesmo significado, “uma das favelas mais violentas do Rio”, foram encontrados 112 resultados<sup>40</sup>. Essa introdução às notícias não significa necessariamente que a matéria ou reportagem que está sendo veiculada tenha o foco na violência. Mesmo quando a notícia é sobre algo positivo nas favelas, a noção de perigo – e de surpresa de algo positivo dentro *de uma das favelas mais perigosas do Rio* – é comum nas notícias. Essa *delimitação geográfica do medo* acarreta uma visão estereotipada dos espaços populares<sup>41</sup>.

Para Goulart

Os meios de comunicação, desde o século XX, passaram a ocupar uma posição institucional que lhes conferiu o direito de produzir enunciados em relação à realidade, aceitos pelo consenso da sociedade como verdadeiros. A história passou a ser aquilo que aparece nos meios de comunicação de massa. São eles que detêm o poder de dar relevância aos acontecimentos e de elevá-los à condição de históricos. O que passa ao largo da mídia é considerado, pelo conjunto da sociedade, como sem importância (*idem*).

Não é o caso também de afirmar que todas as práticas de memória banalizam o passado. Nenhum grupo social, por mais sólido e estável que possa parecer, consegue se manter intacto sem qualquer forma de resistência. Existem formas de constituição de narrativas que reproduzem a experiência vivida pelas classes subalternas. Um contraponto a essa memória oficial e dominante Pollak denomina de *memórias subterrâneas*, uma espécie de memória “clandestina” ou até mesmo ignorada pela classe dominante, mas que em algum momento pode surgir e ocupar um espaço na sociedade.

Essas memórias subterrâneas são geralmente conservadas pela família ou em pequenos grupos culturais e “transmitem e conservam lembranças proibidas, reprimidas ou simplesmente ignoradas pela visão dominante” (*idem*, p. 189). As memórias subterrâneas não estão ligadas apenas a situações de repressão, mas também como forma de resistência, “à medida que, apesar de não serem contempladas pelos discursos hegemônicos, essas lembranças se mantêm vivas em redes de sociabilidade variadas, tanto políticas como afetivas” (*idem*, p. 190). Pollak afirma que essas memórias subterrâneas têm em comum o fato de testemunharem as

---

<sup>39</sup> Acesso no dia 26 de fevereiro de 2009. Disponível em <http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=%E2%80%99Cuma+das+favelas+mais+perigosas+do+Rio%E2%80%99D&meta=&aq=f&oq=>

<sup>40</sup> Acesso no dia 26 de fevereiro de 2009. Disponível em <http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=%E2%80%99Cuma+das+favelas+mais+violentas+do+Rio%E2%80%99D&meta=>

<sup>41</sup> Ver item 2.1 do capítulo 2



lembranças individuais e de grupos durante um longo tempo (até mesmo séculos). “Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política” (POLLAK, 1989, p.8). Essas memórias proibidas, indizíveis ou vergonhosas são guardadas em estruturas de comunicação informais. Uma vez que essas memórias subterrâneas conseguem “invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades” (*idem*, p. 5).

A estratégia é possibilitar que novas formas de comunicação, idealizadas pelas classes subalternas, possam emergir em suas localidades, alterando a recepção dos moradores dessas localidades, possibilitando uma nova visão de mundo, e a construção de uma memória coletiva que se aproxime mais da realidade vivenciada por essas populações. O primeiro passo para a construção dessa nova hegemonia talvez seja a sistematização e difusão por essas classes dessas memórias subterrâneas, denunciando preconceitos e injustiças e expressando uma consciência crítica. Essa difusão deve ser feita por intelectuais que tenham uma relação forte de proximidade e afetividade em relação a essas localidades e que tenha consciência de seu papel e da importância da construção de uma nova hegemonia na luta política.

### 4.3 Abrindo a janela da favela: um novo olhar

Abre a janela da favela  
Você vai ver a beleza que tem por dentro dela  
(...)  
Não quero dizer que lá não existe tristeza  
Não quero dizer que lá não existe pobreza  
Porque favela sem miséria não é favela  
**Abre a janela, do grupo Ponto de Equilíbrio**

As visões de mundo apresentadas pela mídia hegemônica em relação aos espaços populares partem de um senso comum já estabelecido e se limitam a tratar das temáticas de violência e criminalidade. Enquanto a violência policial contra moradores e entre grupos de traficantes dentro desses espaços se torna rotineira e naturalizada, os instrumentos de coerção e consentimento – TVs, rádios, jornais, religião, etc. – reduzem cada vez mais a participação popular nos processos decisórios. Como já explicitado, essa redução da participação nas decisões e a naturalização da violência dentro dessas localidades fazem parte de um processo de



hegemonia que se utiliza de formas de convencimento e de formação, de um processo de comunicação e de difusão de visões de mundo das classes e grupos de poder dominantes a diferentes grupos sociais. Essa hegemonia se apresenta de formas relativamente discretas para exercer essa influência.

Hoje são várias as estratégias de convencimento e entre elas a violência direta sobre os moradores de favelas e periferias está arraigada no dia-a-dia dessas populações. Virgínia Fontes levanta um paradoxo: ao mesmo tempo em que atingimos um alto grau dos meios de persuasão, há o crescimento de métodos coercitivos. Para Fontes, essa sociabilidade que se apresenta como organizadora, participante e democrática, na verdade “reduz a participação popular a âmbitos estreitos, assim como bloqueia o horizonte democrático, blindando a política de forma a que não envolva transformações substantivas na vida social” (2008, p. 146). Para ela essa configuração corresponde à hegemonia do grande capital monetário.

Esses discursos hegemônicos sustentam uma visão de distância entre as favelas e periferias dos espaços ditos *formais*. Além disso, estabelecem ainda uma tensão entre esses dois espaços na cidade via reprodução de intervenções que atingem os espaços populares sem contribuir para a mudança desse cenário caracterizado pela discriminação dos moradores dessas localidades e da segmentação dos espaços urbanos. Há, nesse sentido, uma restrição dos espaços de encontro e convívio na cidade, além de mecanismos que impossibilitam a participação desses moradores na vida urbana em sua plenitude, dificultando o exercício da cidadania. Fernando Lannes Fernandes corrobora essa idéia, ao dizer que ao

limitar as utilizações e apropriações de determinadas parcelas do espaço urbano pelos pobres da cidade, o projeto conservador de cidade não apenas reforça a distância entre os entes que compõem o cenário urbano – dificultando com isso, o exercício pleno da democracia e o respeito à alteridade –, como, também, estigmatiza ainda mais os moradores de favelas (2005, p. 38).

Essa visão de mundo estigmatizante se pauta também pelo discurso criminalizante desses espaços. Esse discurso apresenta as favelas e periferias como o espaço onde estão os bandidos da cidade. Em entrevista ao site de notícias G1<sup>42</sup>, em outubro de 2007, o governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral disse que as favelas

---

<sup>42</sup> <http://www.g1.com.br>



são fábricas de marginais<sup>43</sup>, propondo a legalização do aborto como medida contra a violência no Rio. Na entrevista, o governador declarou: “Tem tudo a ver com violência. Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal” (G1, 27/10/2007). A declaração, além do preconceito, apresenta dois erros: o primeiro é a comparação das taxas de natalidade das favelas do Rio (2,6 filhos por mulher, contra 5,4 e 6,1, no Gabão e Zâmbia, respectivamente) e o segundo é associar o aborto como instrumento de redução da taxa de criminalidade na medida em que impede o nascimento de crianças indesejadas e criadas em famílias desestruturadas.

Mas esse tipo de declaração é visto de forma natural pelos leitores dos grandes jornais cariocas e do país. Para eles, é mesmo na favela onde nascem e moram os bandidos das cidades. Visão esta que, desde o início do século XX, a mídia e o poder público apresentavam os cortiços e favelas como o foco da criminalidade<sup>44</sup>. Essa visão, já arraigada pelo senso comum, contribui decisivamente para que as favelas e seus moradores se sintam distantes da cidade, “num sentido simbólico e mesmo prático, na medida em que possuem dificuldades em encontrar emprego, ou, por exemplo, quando são abordados de forma violenta e desrespeitosa pela polícia” (FERNANDES, 2005, p. 38). Esses fatos foram naturalizados porque o discurso hegemônico apresenta as favelas como culpadas pela violência urbana, influenciada também pela presença de grupos criminosos armados – mais especificamente os traficantes de drogas e as *milícias*<sup>45</sup> – dentro desses espaços, com o grande destaque que recebem nos noticiários. Fernandes afirma que o motivo que coloca o tráfico de drogas como o principal mal a ser combatido, é que está

muito bem localizado, tanto em termos territoriais, uma vez que as favelas são espaços privilegiados de territorialização desses grupos armados, quanto simbólico, já que esses grupos se organizam em facções – Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando (TC) e Amigos dos Amigos (ADA) (*idem*, p. 39-40)

<sup>43</sup> Acesso no dia 27 de fevereiro de 2009. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601,00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html>

<sup>44</sup> Ver o capítulo 1, especialmente o item 1.2.

<sup>45</sup> *Milícias*, ou *polícia mineira*, é como são conhecidos grupos criminosos armados formados por policiais e ex-policiais, bombeiros e ex-bombeiros, etc. que dominam o território e passam a cobrar por segurança, serviços de transporte, gás, TV a cabo, etc. Aparentemente, na maioria dos casos registrados, eles não praticam o tráfico de drogas, embora em algumas localidades dominadas por esses grupos isso já tenha sido registrado.



Esse discurso criminalizante surge como justificativa a uma ordem social imposta pelos setores dominantes às favelas e de um conjunto de ações promovidas pelo poder público, na conformação de um espaço cada vez mais destituído do sentido de urbanidade. Essa visão coloca em voga a questão da cidadania para os moradores de favelas e periferias.

Como coloca Fernandes, até que ponto a questão da segurança se torna um obstáculo a esses moradores de exercerem seus direitos e os impedem de se apropriar dos espaços da cidade, tanto em termos do mercado de trabalho como no acesso à educação e à cultura? Mais do que isso, até que ponto essa questão é um obstáculo para a implementação de políticas públicas que possibilitem aos moradores a garantia de respeito aos seus direitos enquanto cidadãos? (*idem*, p. 40).

Ao fazermos uma rápida análise das organizações político-culturais localizadas em favelas, percebemos que são escassas e precárias. Essas debilidades estão associadas ao consenso estabelecido pelos aparelhos privados de hegemonia, que acontece em paralelo com a precarização da educação e a ausência do poder público nessas localidades. Como exemplos desse processo, temos hoje as associações de moradores enfraquecidas pelos grupos criminosos armados, o esvaziamento dos partidos políticos e o controle das Escolas de Samba pelo jogo do bicho (COUTINHO, 2008b, p. 63).

Ainda assim, as organizações que conseguem nesse meio se manifestarem e ultrapassarem esses obstáculos, como diversas rádios comunitárias espalhadas pelas favelas cariocas, passam ainda pela coerção do Estado. Em apenas um dia de fevereiro de 2009, cinco rádios comunitárias foram fechadas na favela de Cidade de Deus, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Além das cinco, outras rádios comunitárias foram fechadas no mesmo mês e a expectativa da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) é que mais 200 sejam fechadas até o final do ano de 2009. Na Cidade de Deus, o fechamento das rádios contou ainda com a presença de 50 policiais militares do Bope (Batalhão de Operações Especiais), o que por si só já é uma forma de criminalizar as rádios<sup>46</sup>.

Em relação às rádios comunitárias, vemos uma grande contradição: até o ano de 1998, não havia qualquer lei que regulasse essas rádios. É a partir da Lei 9612 de

---

<sup>46</sup> O Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar é usado comumente em situações de extremo risco e são treinados para agirem com violência.



1998 que elas passaram a ter uma regulamentação legal. Desde então, mais de 18 mil pedidos de concessão foram enviados para o Ministério das Comunicações, mas até hoje apenas três mil foram analisados. Também em fevereiro de 2009 a Rádio Novo Ar, de São Gonçalo, teve suas portas fechadas por medida judicial. Funcionando desde 1996, em 1998 – quando da criação da lei que regulamenta as rádios comunitárias – foi dado entrada no processo de pedido de concessão, mas até hoje a rádio não obteve resposta e foi penalizada na justiça.

Conforme analisa Coutinho, a lentidão nas análises de pedidos de concessão de rádios comunitárias contrasta com a agilidade da Anatel e da Polícia Federal em reprimir as emissoras populares sem outorga (*idem*, p. 63). Em 2006, cerca de 800 rádios comunitárias foram fechadas pela Anatel. Desde o início da Lei de regulamentação, em 1998, até o ano de 2002, mais de 10 mil pessoas foram indiciadas e 3.623 foram condenadas por radiodifusão clandestina no país<sup>47</sup>. Essa coerção do estado demonstra que é “inegável que, pela repressão policial, jurídica e burocrática, as elites condenam as massas ao silêncio, barrando qualquer iniciativa que represente uma ameaça de democratização da comunicação” (*idem*).

Com as dificuldades apresentadas, é preciso pensar em rotas alternativas de comunicação que sejam capazes de *abrir a janela da favela*, apresentar uma nova visão desses locais que seja capaz de abranger toda a sua diversidade e diferenças, sem que para isso seja necessário deixar de lado os problemas vividos dentro dessas localidades. Convém lembrar que não desejamos de forma alguma idealizar as favelas e seus moradores. Pelo contrário, é necessário reconhecer que as favelas não estão colocadas como o espaço ideal de vivência e moradia para a população, já que é fruto das desigualdades sociais existentes em nossa sociedade.

Coutinho acredita que uma das formas encontradas pelos moradores dessas localidades para fazerem repercutir suas vozes e visões é através da comunicação oral, que para ele é a forma de linguagem impossível de ser inteiramente colonizada pelos detentores dos meios de informação,

o único meio ou canal que não pode ser anexado ao império midiático dos Marinho ou de Murdoch é o espaço – território – comunitário, onde se propaga o som da fala marginal daqueles que, apesar de tudo, têm boca

---

<sup>47</sup> Cf. Phydias de Athayde. “Rádios comunitárias lutam para não ser fechadas nem apropriadas por políticos ou religiosos” in: [www.piratininga.org.br](http://www.piratininga.org.br), acesso em 27 de fevereiro de 2009.



para falar, para gritar e para cantar. A expressão oral das massas pode ser sufocada, esvaziada, induzida, mas não se pode impedir os homens e mulheres de conversarem, trocarem idéias, contestarem, resistirem nos barracos, botequins, becos e vielas. Apesar da repressão secular – física e simbólica -, não se conseguiu ainda calar a voz malandra e marginal do homem comum. (*idem*, p. 64)

Portanto, para superar os obstáculos colocados pelos grupos de poder dominantes – seja através da mídia ou através do estado – acreditamos ser preciso construir uma nova linguagem, que seja capaz de *ressignificar* as favelas e seus moradores. Essa ressignificação da favela se refere de forma mais abrangente às classes e grupos subalternos, hoje representados em grande parte por moradores dessas localidades. Esse novo significado será alcançado dando voz a essa classe e tornando possível que suas experiências e falas sejam difundidas e apreendidas pelo conjunto da sociedade. Diferente do que a hegemonia dominante faz parecer, não ouvimos as vozes das classes subalternas porque os moradores são passivos e não tenham nada a dizer, mas porque essa voz é contida – e comumente distorcida – de diversas formas, impedindo que essa outra visão de mundo chegue até o conjunto da sociedade.

Essa *ressignificação* das classes subalternas é possível, como assinala Coutinho,

justamente porque a consciência popular se renova, porque os homens estão vivos e não deixam de sentir e pensar, porque eles são capazes de contestar a ideologia imposta por poderosos aparelhos, de reinterpretar o seu passado a partir de uma perspectiva não hegemônica, que são também capazes de recriar signos e fazê-los *significar aquilo que eles querem que signifique*, obrigando às classes hegemônicas o esforço contínuo de apropriação, esvaziamento e mistificação (*idem*, p. 66)

Ao possibilitarmos condições de participação e diálogo para que as criações desses moradores interajam com o conjunto da sociedade, *abrimos as janelas da favela* no sentido de criar condições para a construção de alternativas pelo direito à cidade. Como coloca Fernandes, é a partir da superação desses estigmas, do resgate da auto-estima e da valorização dos espaços públicos que será possível superar essas barreiras impostas no processo histórico de destruição da urbanidade imposto pelos setores dominantes (2005, p. 59). Essas condições serão alcançadas com a criação de mecanismos de participação popular, com participação ativa dos moradores de favelas



e periferias na formulação e produção de ferramentas de afirmação dessas populações como cidadãos de fato.

Nesse sentido, o *Circulando – diálogo e comunicação na favela* é uma dessas iniciativas. Realizado no conjunto de favelas do Alemão, é um exemplo de que organizados de forma autônoma, os moradores das favelas têm muito a mostrar no que se refere a sua participação no cenário urbano. O projeto do Circulando está além dos problemas pontuais das favelas cariocas, mas procura superar barreiras impostas historicamente para as classes sociais subalternas, extrapolando os limites de sua localidade. Com isso, temos uma gradativa tomada de consciência de seus direitos e, como afirma Fernandes, que esse tipo de estrutura tem “um papel singular e ao mesmo tempo decisivo na construção de uma cidade do encontro e do confronto, do acaso e da  *festa*, o que significa, em última instância, exercer o seu  *direito à cidade*” (*idem*, p. 60).

#### 4.4 Mídias cidadãs: novas possibilidades de diálogo

(...) paz e amor vamos gritar  
Eu sou favelado, mas sou gente e vou lutar  
Pelos direitos quem me assiste  
Pois eu sou um cidadão  
Sou da favela e não tenho vergonha não  
**O grito das favelas, do grupo Malha Funk**

Como já disse o pensador Marchal McLuhan em sua obra clássica *Understanding Mídia: the extensions of man*, os meios de comunicação têm o poder de traduzir novas experiências, sendo possível evocar e recuperar a totalidade do mundo a qualquer momento. Ele ainda se pergunta por que essa tradução de nossas vidas via a forma de informação não poderia resultar numa só consciência do globo inteiro e da família humana (1971, p. 76-81). McLuhan fez esse questionamento em 1964, bem antes da televisão ocupar a grande maioria dos lares em todo o mundo, e talvez não previsse o poder que a mídia exerceria no final de século XX e início do XXI. Ou, ao contrário, já estava prevendo que, para o bem ou para o mal, com o poder exercido pelos meios de comunicação seria possível criar uma única hegemonia dominante – ou uma só consciência.

É justamente contra essa hegemonia dominante que o surgimento de novas mídias se faz necessário. Essas novas mídias devem ser compreendidas como *mídias cidadãs*, consideradas aqui como formas e meios de comunicação que, articulados por



uma coletividade, afirmem mensagens e práticas com base nas vivências desse grupo e em contraste com estereótipos e sentidos comuns a ele relacionados. Dessa forma, tal comunicação se revela emancipadora para esse coletivo – uma oportunidade para o exercício da cidadania – e transformadora para a sociedade como um todo (RODRIGUEZ, 2001, p. 20)<sup>48</sup>.

É essencial perceber que a mídia tem um papel central nesse processo de construção de uma cidadania informada. Essa nova forma de comunicar deve levar em conta a contextualização social, necessária para a compreensão da enunciação, já que qualquer enunciado é carregado de um contexto “cultural e semântico-axiológico (científico, artístico, político, etc.) ou no contexto de uma situação isolada da vida privada (...). Não há enunciados neutros, nem pode haver” (BAHKTIN, 1990, p. 46). A enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados. Toda palavra é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor.

Além disso, para uma comunicação cidadã que passe pela emancipação social, é essencial pensar no que Bahktin nomeia de carnavalização: ritos e espetáculos que oferecem “uma visão do mundo, do homem e das relações humanas totalmente diferente, deliberadamente não-oficial” (1993, p. 4-5). São novas formas de expressão de mundo que se contrapõem às formas hegemônicas, uma forma de relativizar a hegemonia dominante. Essa nova comunicação deve representar o mundo de forma diferente, com um novo olhar, uma outra sensibilidade. Essa nova visão possibilita que os moradores de favelas e periferias partilhem experiências de mídia – hoje restritas – e reflitam sobre os seus efeitos sociais, além de fortalecer redes de solidariedade e de pertencimento, ampliando os canais de pressão e reivindicação popular. Esse é o momento em que a mídia torna-se de fato cidadã, o instante em que os moradores cruzam a rede de comunicação com a sua vida cotidiana e viram público, produtor, crítico e gestor.

---

<sup>48</sup> O uso do termo mídias cidadãs usado por Rodriguez e reproduzido aqui é considerado por nós um conceito mais apropriado para se referir aos meios comunitários, participativos e/ou alternativos de comunicação, na tentativa de superar os marcos de oposição tradicionalmente utilizados para teorizar os meios alternativos. A proposta é não definir os meios alternativos como não-dominantes, mas como meios que fazem surgir processos de transformação social entre seus membros e sua comunidade.



Convém salientar que essas correntes de comunicação contra-hegemônicas, no decorrer do processo de infiltração progressiva nas instituições ideológicas (imprensa, literatura, ciência), “por mais revolucionárias que sejam, submetem-se à influência dos sistemas ideológicos estabelecidos e assimilam parcialmente as formas, práticas e abordagens ideológicas neles acumulados” (BAHKTIN, 1986, p. 120-1). Isso não é um problema, como demonstra Marilena Chauí, que diz que essas ações ao mesmo tempo em que são resistentes, têm algo de conformismo. O popular pode ser considerado “ambíguo, tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar” (1989, p. 124).

Uma mídia de fato cidadã deve apresentar esse olhar diferenciado, uma visão mais humana e próxima do contexto social desses locais do que o apresentado pela mídia tradicional. Pensar a construção de uma nova sociedade significa necessariamente uma redefinição da visão de cidadania apresentada pelos aparelhos privados de hegemonia, uma *ressignificação das favelas* e periferias. Essa redefinição deve passar especialmente pelas instituições de mídia, possibilitando que os espaços participativos coincidam com as instâncias de decisões significativas. Nesse sentido, precisamos hoje de uma visão mais horizontal e interconectada da estrutura social, sem os preconceitos e discriminações existentes em relação aos espaços populares.

Uma outra necessidade é colocada por Raquel Paiva em *O espírito comum*. Ela acrescenta um outro ponto fundamental para a construção de novos olhares dentro dos espaços populares: a revisão do modelo de comunicação vigente, tanto no aspecto formal e legal, quanto no aspecto técnico. Essa necessidade, ainda segundo Paiva, se dá porque a comunicação, mais do que nunca, tem sua força no colocar em comum a informação. Conseqüentemente, a interpretação do mundo e a intervenção social assumem um estatuto em que se prioriza o local e o regional, o contato mais próximo entre as pessoas. Para isso, no entanto, há que se manter todo o aparato técnico e tecnológico que envolve o indivíduo na atualidade. Assim temos os sujeitos individuais e coletivos com capacidade de escapar aos ditames do poder, às pressões da alienação, graças ao impulso dado pela experiência da pluralidade e da expressão múltipla (2003, p. 26). Essa nova forma de se comunicar e de se expressar deve ainda se basear na interação social, que é realizada através do diálogo.



Com a proposta de propagar novas representações nas e das favelas e periferias, as mídias cidadãs são um espaço onde travamos a disputa simbólica e cultural, procurando influenciar inclusive os discursos dos meios de comunicação de massa. A partir da transformação da consciência desses moradores, atuando no local, espera-se também que intervenham no global. O impacto de uma rede de comunicação efetivamente cidadã extrapola a sua região de origem e passa a influenciar o ambiente sócio-cultural mais amplo da cidade, ou seja, expande-se a cadeia de causas e efeitos desencadeada pela intervenção local. Dessa maneira, *mídias cidadãs* são pólos em potencial de produção cultural original na cidade, de formas de representar o mundo segundo referências antes minoritárias. Com o aumento e a multiplicidade de suas instituições, a sociedade civil se fortalece. O mesmo acontece com o ambiente cultural das grandes cidades, quando discursos pautados por diferentes visões se tornam disponíveis, e não apenas os fluxos ditados da mídia tradicional. As mídias cidadãs podem ajudar a resgatar no imaginário social a idéia do *nós*, da dimensão humana mais profunda, da reflexão social. Nesse sentido, essa comunicação é um canal de diálogo entre os diferentes grupos e classes sociais que habitam a cidade.

A criação desses novos conteúdos de mídia oferece a oportunidade para a construção de olhares inovadores a respeito dos espaços populares e para a afirmação de uma cidade diversificada e plural, auxiliando na formação de profissionais de comunicação com a formação de um *intelectual orgânico* (no termo utilizado por Gramsci), ou seja, o intelectual que tenha “uma maior consciência do vínculo indissolúvel entre suas funções e as contradições concretas da sociedade” (COUTINHO, 1990, p. 17).

O estímulo à emergência de uma nova linguagem no campo da comunicação, protagonizada por moradores de comunidades populares, oferece a oportunidade de que novos olhares possam ser elaborados a respeito desses espaços e permite que se avance na luta pela hegemonia no campo da representação da cidade, na qual esta seja vista, acima de tudo, como espaço da diferença, da solidariedade e do encontro plural.

Muniz Sodré (2001), em *Antropológica do espelho*, afirma que a utopia da comunicação como um espaço democrático, horizontal, de força, de comunhão, de compartilhamento, está comprometida pelos valores que a globalização escolheu para representá-la. A sugestão de Sodré é que para educar é necessário ir além do *ethos* da socialização, da repetição contingente de um costume. Para ele é necessário redefinir



a escola, para que esta seja capaz de abarcar a revolução informacional – utilizando todo o aparato hipermídia – e comportar outros atores sociais para a tarefa da educação, em seus vários momentos – a utilização da mídia e das novas tecnologias da comunicação no ensino, a educomunicação para a crítica da mídia e a produção de veículos de comunicação democráticas – em jornais experimentais, programas de rádio na escola, blogs, sites, etc. Com esse ativismo contemporâneo, onde os movimentos sociais se unem, sem apagar diferenças, surge um novo ator sociopolítico, mostrando a possibilidade de uma nova participação política, de uma cidadania global. Essa resistência está ligada a uma participação no conjunto das estruturas sociais e à formação de aparatos cooperativos de produção e comunidade.

Neste sentido, o esclarecimento e a conseqüente participação efetiva da sociedade civil nas tomadas de decisões do Estado poderiam impulsionar um verdadeiro exercício da cidadania. Uma reinvenção da sociedade passa pelo acesso de todos aos bens e mensagens, pelo direito de receber informações responsáveis sobre os produtos e também pela participação democrática da sociedade civil em todos os setores que têm direito, sejam eles jurídicos, sociais, políticos, midiáticos e de consumo.

#### **4.5 Diálogo e comunicação: matéria-prima da diversidade**

*(...) Saberemos o quanto  
somos limitados,  
Mas veremos todos  
como irmãos  
que estão do nosso lado.  
Nossos limites, então,  
serão ultrapassados.  
E não faremos jamais  
conceito antecipado.  
(...)  
Assim, nossos filhos  
Serão os filhos dos outros,  
Nossos irmãos  
Serão todo o povo,  
Nossas conquistas  
É, serão de todos.*

**Eu tenho um sonho (I have a dream), de Mc Fael**

Pensar a comunicação como uma ferramenta de sociabilidade não é nenhuma novidade. Porém, a construção da aceitação da diversidade e do fim do preconceito está longe de ser hoje um dos objetivos da mídia hegemônica. A idéia proposta é de pensar a troca de mensagens como instrumento para construção da tolerância e da



aceitação da diferença, a comunicação como matéria prima da diversidade. Essa comunicação deve levar em conta que não é interessante para essa proposta a imposição de formas e estratégias de comunicação que não sejam pensadas de forma coletiva junto aos grupos sociais envolvidos, como é comum se estabelecer na mídia hegemônica. Também não é interesse tratar essas mídias cidadãs como oposição à mídia hegemônica ou à mídia de massa, mas trata-se de um processo que perpassa outras comunicações e outras culturas, sem linearidade e fronteiras definidas. Como coloca Lúcia Pereira, “temos particularidades, assimetria, não-linearidade, complexidade, singularidades” (2004, p. 2). São experiências de vida de grupos sociais “repletos de diversidade, de conflitos, de desejos de mudança, de esperança e de resistência” (*idem*). O que podemos definir dessa comunicação é que está ligada aos desejos de mudança e como instrumento de conscientização, de mobilização, de educação política e manifestação cultural.

Essa produção hoje deve ser pensada de forma que os grupos e classes sociais subalternas possam ser eles os formuladores das idéias. Diferente do que os modelos tradicionais já realizaram, que propunham uma caminho de ação para as comunidades pobres, quando estes últimos se limitavam a aceitar a intervenção vinda de fora, com interesses diferenciados e que não reconheciam a pluralidade e a diversidade dessas localidades, precisamos de uma relação de colaboração, e não de imposição, com a participação ativa dos moradores como objetivo fundamental para uma mídia realmente cidadã. O fundamental é trazer o sujeito para o centro das ações desse grupo, como responsável pela produção e construção dessa mídia. Só assim é possível pensar em uma mídia realmente democrática desvinculada dos interesses da mídia hegemônica. Também não há aqui uma luta para definir qual cultura e quais idéias são as corretas, mas de demonstrar que nenhuma cultura é melhor do que outra, e que a originalidade de cada uma é o que nos possibilita perceber o que há de universal entre elas.

Essa convicção da importância da participação dos moradores no desenvolvimento de mídias cidadãs teve sua primeira intervenção, de acordo com Rodriguez, quando acadêmicos e ativistas dos países periféricos

liderados pelo pedagogo brasileiro Paulo Freire, desafiaram a crença de que os meios de comunicação de massa era os meios mais apropriados para serem utilizados em um processo de transformação social. Marcados pela questão da propriedade, os meios de



comunicação privilegiam abordagens que pouco têm a ver com o bem-estar das grandes maiorias do terceiro mundo. Esta convicção fez com que ativistas e acadêmicos ao redor do mundo se dedicassem a explorar possibilidades distintas. O resultado foi um movimento mundial voltado para o uso de meios cidadãos nos processos de transformação social (2001, p. 75)

os meios de comunicação cidadãos são importantes para a transformação social porque são capazes de dar voz a quem tradicionalmente não tem visibilidade. Com esses meios, as favelas e periferias, antes silenciadas, podem romper com a cultura do silêncio e fazer ecoar sua visão de mundo. Esses meios também reforçam o sentido de identidade e de confiança em seu próprio potencial, tirando da apatia social e política os moradores, que passam a enxergar formas de questionar e pensar em novas estruturas que vão contra as desigualdades sociais.

Um terceiro significado de relevância das mídias cidadãs é que possibilitam a formação de redes entre as comunidades, unindo forças para projetos e ações coletivas, além de despertar a consciência crítica das populações tanto das localidades onde se originam, como do conjunto da sociedade.

Uma nova comunicação é necessária para contrapor também a ideia de “desordem bipolar” (GALTUNG *apud* RODRIGUEZ, 2001, p. 76), em que o modelo dominante de articular a realidade social se baseia em termos de oposições binárias, excluindo múltiplas interpretações possíveis. Essa lógica de determinar bons contra maus, um contra o outro, segundo Galtung, não apenas legitima a violência, mas é violento por si só (*idem*). Há ainda uma tendência da mídia em privilegiar a cobertura de violência, por ser mais dramática, em relação aos esforços positivos de estruturação social, como observam Bruck e Roach:

a tendência por parte dos meios de comunicação, de utilizar o sensacionalismo, o dramático, o catastrófico e o perigoso e, em geral, o negativo, leva a muitos ativistas que militam pela paz a se tornarem descrentes, ou até hostis, em relação a esses meios. Como consequência, os meios de comunicação são vistos como um dos principais obstáculos, senão o principal, para a criação de uma cultura de paz. (*apud* RODRIGUEZ, 2001, p. 76).

Esses meios cidadãos servem ainda como fontes de informação alternativa ao discurso dominante e como espaços para a denúncia de violências físicas e simbólicas. Para atingir essas metas, esses meios têm que possuir autonomia e é necessária sua



inserção dentro dos espaços, para que seja reconhecida como uma expressão desses moradores. Enquanto os meios hegemônicos devem ser rentáveis para os grupos econômicos e políticos, criando restrições de força econômica, os meios cidadãos podem ser utilizados pelas favelas e periferias para dar sentido à realidade social e, mais do que isso, construir novos sentidos sociais, já que possuem capacidade para manter posições independentes no momento da produção e distribuição das informações.

No Rio de Janeiro, em uma das favelas consideradas como das mais violentas da cidade pelo senso comum, um grupo de jovens criou o evento de cultura e de mídias *Circulando – diálogo e comunicação na favela*, na perspectiva de dar voz aos moradores do conjunto de favelas do Alemão, na Zona Norte da capital carioca. Além de expor novos olhares sobre o seu espaço, o *Circulando* atua no sentido de reforçar a identidade do local de moradia desse grupo social e criar mecanismos de confiança no potencial dos moradores de favelas e periferias. Também como proposta, o evento vem buscando criar redes de solidariedade dentro e fora do conjunto de favelas, reforçando a possibilidade de conscientização social dos moradores e não-moradores da localidade, para que possam enxergar os espaços populares com um novo olhar e questionar as estruturas sociais vigentes. Essa rede de organizações, artistas, comerciantes, moradores e amigos une forças para projetos e intervenções coletivas dentro e fora da favela.



## 5. CIRCULANDO - DIÁLOGO E COMUNICAÇÃO NA FAVELA

A máxima de que tudo se pode *com uma idéia na cabeça e uma câmera na mão* foi apropriada pelos jovens integrantes do Núcleo de Comunicação Crítica do Alemão. Mas diferente de uma câmera na mão, os integrantes usaram latas de spray, tintas, paredes e muros, papel e caneta para difundirem suas idéias.

Este capítulo apresenta o surgimento do Circulando - diálogo e comunicação na favela, fazendo uma recapitulação desde as primeiras reuniões do ainda incipiente Núcleo, da escolha do nome, passando pelas discussões sobre que mídia utilizar e da falta de recursos. Faz ainda uma apresentação do histórico dos cinco eventos já realizados e das produções artísticas para as atividades.

Como o grafite é o carro-chefe do coletivo que integra o Núcleo, há uma parte específica sobre essa arte dentro da favela e como ela pode ser apropriada pelos moradores. A relação com os moradores também se faz relevante, já que uma das principais propostas do Circulando é dialogar com a comunidade e criar uma integração das atividades com os moradores tanto durante o evento quanto na avaliação e na formulação das ações do Núcleo.

Por fim, foi realizada uma entrevista com o Núcleo, onde os integrantes falaram sobre o início das atividades, lembraram fatos e contaram suas impressões pessoais e profissionais sobre o Circulando, os objetivos alcançados e quais as metas que devem ser seguidas. A entrevista coletiva serviu como uma reflexão sobre as atividades desenvolvidas pelo Núcleo ao longo dos dois anos de atividades.

### 5.1 O porquê do Circulando: novas idéias em rede

*Aprende – lê nos livros  
Lê nos olhos – aprende  
A ler nos jornais:  
A verdade pensa com a tua cabeça.*

*Faça perguntas sem medo  
Não te convenças sozinho  
Se não descobriu por si  
Na verdade não descobriu.*

**Bertolt Brecht**

Em outubro de 2006, na sede do Observatório de Favelas, no conjunto de favelas da Maré, no Rio de Janeiro, reuniu-se pela primeira vez o grupo que viria a se



tornar o Núcleo de Comunicação Crítica do Alemão. Formado a partir de um ideal da Escola Popular de Comunicação Crítica, que teve o propósito de criar núcleos comunitários de comunicação em favelas do Rio de Janeiro, o encontro buscava firmar uma parceria entre o Observatório de Favelas com o Grupo Sócio-Cultural Raízes em Movimento, instituição localizada no conjunto de favelas do Alemão, para que a instituição pudesse colaborar para a formação, organização e sustentação do núcleo de comunicação no Alemão.

A proposta da reunião surgia bem antes, em 2005, quando iniciavam as aulas da Escola Popular de Comunicação Crítica (Espocc), projeto de formação do Observatório de Favelas em parceria com outras instituições<sup>49</sup>. A Escola funcionou na sede do Observatório de Favelas, na comunidade de Nova Holanda, no conjunto de favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro.

O objetivo central da Escola é formar adolescentes e jovens das favelas e periferias do Rio de Janeiro como comunicadores, por intermédio de uma metodologia de aprendizado prática e teórica, na qual os alunos desenvolvem produtos de mídia diversos, meios estes voltados para a cidadania. Os produtos têm como referência fundamental a difusão de formas de representação das favelas que valorizem as práticas positivas e cidadãs ali presentes, trabalhando de forma criativa os temas relacionados aos direitos humanos, em particular a prevenção da violência letal. A partir da Escola, pretende-se construir uma rede de produção e irradiação de vozes e olhares diferenciados, em diferentes linguagens de mídia, capaz de interagir e transformar culturalmente a cidade. Essa diferença se dá especialmente porque esses comunicadores populares são moradores de espaços populares do Rio de Janeiro, e apresentam, após a formação, um olhar descolonizado, uma visão não elitizada do pensamento, dando visibilidade às vozes da periferia.

Às vésperas do término das aulas da Espocc, em outubro de 2006, iniciaram-se as reuniões com o Raízes em Movimento e de integrantes da Escola, para a formação do Núcleo de Comunicação Crítica do Alemão. O grupo contava com alunos da Espocc, moradores e não-moradores do conjunto de favelas do Alemão, além de integrantes do Raízes em Movimento. A proposta das discussões era, além de firmar o compromisso de formação do Núcleo, discutir a linha de ação, que atividades e que

---

<sup>49</sup> Foram parceiros da primeira turma da Escola Popular de Comunicação Crítica a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), o Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro e a Associação Brasileira de Produtores de Vídeo para TV



veículos de comunicação seriam pensados para a difusão desses olhares. Alan Brum coordenador do Raízes em Movimento, sobre esse início do processo, diz que “a proposta era criar um trabalho diferenciado na área de comunicação e começamos a pensar e a discutir”<sup>50</sup>.

Depois do recesso de final de ano, no início de janeiro de 2007, nas reuniões do agora oficial Núcleo de Comunicação Crítica do Alemão (Nuca), o grupo decidiu que o meio de divulgação e difusão de idéias não deveria ser um jornal impresso, ou um programa de rádio para ser veiculado na comunidade. Para o Núcleo, esses veículos não chamariam a atenção necessária do público. A proposta era pensar em algo inovador, que impactasse os moradores. Ao invés de uma publicação ou produção periódica, o grupo se propôs a fazer um *evento* periódico.

As discussões partiram para o formato do evento e o tema que seria trabalhado. Pelo menos para a primeira edição, a proposta foi de que a temática seria em torno da comunicação inclusiva e do diálogo, dando visibilidade para os problemas vivenciados no Alemão. Ficou definido em reunião que o tema do evento seria a importância da comunicação,

a importância e o direito de todos se expressarem, se manifestarem de forma ativa e por meios ativos, de ganharem visibilidade e partilharem idéias e visões diferentes de mundo. Ainda, a importância de se chamar a atenção para o potencial expressivo e “comunicador” de cada indivíduo e meios que, às vezes, muita gente não vê como meios de transmissão de mensagens. E a importância de se chamar a atenção para a forma estereotipada como os chamados meios de comunicação de massa retratam as comunidades populares e de se indicar, quando não viabilizar, possibilidades de abordagens diferenciadas sobre essas comunidades, por essas comunidades.<sup>51</sup>

A idéia do Núcleo, ao pensar em expressar o potencial comunicador de cada indivíduo e de meios que geralmente não eram reconhecidos como transmissores de mensagens foi o principal motivo encontrado para que fosse realizado um evento que misturasse diversos tipos de mídia, para demonstrar que a música, o grafite, a fotografia, a produção de vídeos e mesmo jornais e informativos são mídias e que deveriam ser reconhecidos pelo conjunto da população do Alemão como tais.

---

<sup>50</sup> Esta e as outras entrevistas com os integrantes do Núcleo de Comunicação Crítica do Alemão citadas sem referência foram concedidas ao autor no dia 5 de março de 2009, na sede do Grupo Sócio-Cultural Raízes em Movimento, no conjunto de favelas do Alemão.

<sup>51</sup> Conforme Ata da reunião do Núcleo do dia 31 de janeiro de 2007.



Um segundo passo foi a escolha do nome do evento. Diversas idéias surgiram, como *O tagarela*, *Fala morro*, *Morro fala*, *Na lata* e *Favela no ar*, mas o nome que venceu as eleições foi *Circulando*. Todos os nomes aparentemente já explicitavam no nome a proposta do evento, como uma forma de se expressar da favela. O único um pouco diferente era *Circulando*, que tinha um caráter mais subjetivo. O nome proposto fazia referências:

- a) à idéia de que seja um evento itinerante, e que por isso *circularia* pelas favelas do Alemão;
- b) a palavra *circulando*, comumente usada pela polícia para dispersar um grupo de moradores, e por conta da forte presença policial durante janeiro de 2007 significava uma crítica a essa postura;
- c) à idéia de circular pela favela, do direito de ir e vir sem interferência policial e de grupos criminosos armados reforçava a proposta do nome;
- d) à idéia de fazer circular informações importantes e relevantes para o conjunto de favelas do Alemão, informações que circulassem também para fora da comunidade, atingindo outras classes e grupos sociais;
- e) a circulação pela cidade, da entrada de não moradores do Alemão – das áreas nobres da cidade, de outras periferias e de outras cidades – na favela durante o evento.

Integrante do Núcleo, Ricardo Lessa disse em entrevista que o *Circulando* tem o mérito de “contribuir para o debate do direito à cidade, de colocar esse debate em voga. Das pessoas que vieram no *Circulando*, muitos nunca tinham entrada em uma favela”. A criação dessa possibilidade de interação entre os diversos grupos da cidade decorre da mobilização realizada pelos diversos atores envolvidos, “que estão pensando a cidade, agindo na área social, que tem experiências múltiplas em diversas vertentes”, comenta o também integrante do Núcleo Alan Brum, em entrevista. O processo realizado demonstra que a presença de pessoas que não moram na localidade do evento – mesmo de outras favelas do conjunto do Alemão –, possibilita uma interação e um diálogo mais permanente desses atores. O evento *Circulando* cria esse espaço de circulação de pessoas e idéias, provocando essa troca de experiências. Alan Brum complementa:

Quantas pessoas que não conversamos e conhecemos de outras organizações que trabalham em outro local, ou com integrantes de



instituições que dialogam com diversas outras periferias e com formas distintas de promover inclusão social? O ambiente também traz pessoas que quebram um pouco com essa coisa do gueto.

Além do nome do evento, ficou decidido que haveria um tema ou mote que seguiria ao nome. O mote escolhido foi *Diálogo e comunicação na favela*, já que o evento trataria da importância da comunicação. Outro detalhe importante durante as discussões era a relação do Núcleo com as instituições parceiras – Observatório de Favelas e Raízes em Movimento –, devido à preocupação de ingerência destas em relação às atividades propostas no evento. Nesse caso, ficou claro que o evento era realizado pelo Núcleo de Comunicação Crítica do Alemão e que as organizações apenas apoiavam a iniciativa, sem qualquer tipo de interferência direta que pudesse prejudicar a realização do evento. Conforme ata de reunião do Núcleo, ficou acordado que

o núcleo não é do Observatório de Favelas, nem do Raízes, nem de ninguém. O núcleo recebe apoio das instituições, conta com participantes de instituições, mas os seus fóruns são próprios, ou seja, a reunião de todos que se dispõem a participar, são soberanos para traçar diretrizes e executá-las.<sup>52</sup>

Esta é uma discussão permanente. Na entrevista realizada com o Núcleo, houve discordância entre essa independência. Alan Brum colocou que a independência é algo que o Núcleo tem como princípio, mas “por mais que a gente venha buscando isso, hoje o evento ainda é muito Raízes [em Movimento]”. Essa participação mais próxima do Raízes em Movimento é natural, já que é a organização que atua diariamente na favela e que tem grande parte de seus membros envolvidos no Circulando. A proposta do evento é justamente a de ampliar o leque de organizações e instituições parceiras, para que tenha mais representações e se solidifique como uma rede de instituições que pensam o conjunto de favelas do Alemão. Marianna Araújo, também integrante do Núcleo, questionou na entrevista a visão de Alan Brum, dizendo que o Circulando é realizado por um coletivo, que o Raízes em Movimento sozinho não faria o evento da mesma forma. Por outro lado, ela acrescenta que os integrantes do Núcleo, sem o Raízes, não produziram o evento, já que está em seu cerne a participação de organizações locais. Mesmo sendo dependente dessas

---

<sup>52</sup> Conforme Ata da reunião do Núcleo do dia 31 de janeiro de 2007.



parcerias, ela acredita que o “Circulando é muito mais o Núcleo do que qualquer instituição parceira”.

Outra função do Núcleo foi produzir a logo do evento. Criada por Wallace Bidu (Figura 1), a idéia transmitida pela logo do evento é tentar provocar a idéia de circulação de informações livres sem uma fronteira que impeça que as informações saiam da favela ou cheguem de fora da favela. Wallace Bidu diz que

a idéia do ventilador representa a força do núcleo e de todos que estão envolvidos no evento. E a escolha das folhas de jornais seria para representar as mensagens que a gente passa através do grafite, da música, das campanhas de saúde e de conscientização que a gente faz durante os eventos.

**Figura 1**



A criação da logo por um artista do evento, e a produção das atividades que envolvem os membros é uma das principais propostas do Núcleo: o Circulando é mais o processo de construção do evento do que o evento em si. Antes dos eventos há um processo de produção, nas diversas linguagens – jornalismo, grafite, fotografia, vídeo, música, ilustração e produção – que finaliza nessa proposta de dar visibilidade a estes conteúdos, abrindo espaços de interatividade com os moradores e com os visitantes. Como coloca Alan Brum, “o Circulando não é o evento, o Circulando é o processo do evento. O evento em si funciona como o ponto de culminância das ações e atividades desenvolvidas ao longo do período de formulação e produção do Circulando”, o momento em que você “expõe, dialoga e propõe, com a diversidade de linguagens, atores e de pessoas mobilizadas pelo Circulando”, completa Alan.

O princípio do Circulando, de se calcar em uma construção coletiva, é talvez o que mais o identifique e o referende como uma mídia de fato cidadã. Ele se propõe a dar voz e visibilidade a camadas e setores da sociedade comumente deixados de lado



pelos grandes meios de comunicação; reforça o sentido de identidade local e potencializa os integrantes do Núcleo através das ações e produções para e durante o evento; possibilita a formação de redes entre diversos espaços, dentro e fora do conjunto de favelas do Alemão; e serve ainda como fonte de informação alternativa sobre os acontecimentos dentro da favela, com respaldo para inclusive influir na veiculação de notícias.

## 5.2 Circulando pelo Alemão: histórico dos eventos

*A utopia está no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar*  
**Eduardo Galeano**

Após a criação do mote do evento – diálogo e comunicação na favela – e de finalizada a logo, o próximo passo era estruturar a organização do evento e as produções para dar o pontapé inicial. Marcado para o dia 31 de março de 2007, a organização contou com grupos responsáveis pelas seguintes áreas: Registro (das atividades anteriores ao evento, como produção de grafites e durante e após o evento); Fotografia (exposições fotográficas e oficinas de fotografia artesanal e cobertura fotográfica); Vídeo (exibição de vídeos durante o evento e filmagem); Música e som (responsável pelo contato com os grupos que se apresentariam e pelo equipamento de som); Artes Visuais (produção de grafites antes e durante o evento – para a galeria de grafite a céu aberto –, e contato com grupos de grafiteiros para o mutirão no dia do evento); e Produção e Divulgação (responsáveis pela produção dos materiais de divulgação, materiais de conteúdo para o evento e divulgação junto à imprensa, parceiros e moradores).

O primeiro evento contou ainda com um boletim, produzido antes do evento e um folder que mapeava a galeria de grafite a céu aberto, com os autores das obras, a localização e o nome do grafite<sup>53</sup>. Essa galeria foi a principal produção para o primeiro evento. A Galeria contava, já antes do primeiro Circulando, com mais de 50 grafites. Além desses, outros foram produzidos especialmente para o evento, como o grafite coletivo que serviu como um jornal mural na entrada da Avenida Central, no

---

<sup>53</sup> O folder está disponibilizado nos anexos deste trabalho.



Morro do Alemão<sup>54</sup>. Alguns grafites, já deteriorados foram restaurados e as paredes da instituição Raízes em Movimento foi toda renovada.

O grafite foi, nesse primeiro evento, talvez a atividade de maior peso e que dispensou maior demanda do grupo. Mas além dos grafites produzidos, no dia do evento foi realizado o primeiro mutirão de grafite no conjunto de favelas do Alemão, ampliando a galeria para mais de 80 grafites, com grafiteiros de diversas partes do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense deixando seus registros pela Avenida Central.

O primeiro evento contou ainda com exposições de fotografia, diversos shows musicais e oficinas em parceria com o Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro<sup>55</sup>, esclarecimentos sobre saúde sexual com o Posto de Saúde do Programa de Saúde da Família (PSF), localizado no Morro do Alemão, e oficina de *pinhole* (fotografia artesanal).

A proposta era que o evento ocorresse bimestralmente, e o segundo evento deveria acontecer até junho. Porém, alguns motivos impossibilitaram a realização dentro do prazo proposto pelo Núcleo anteriormente. Um problema, e talvez o menos importante, era a falta de tempo para o Núcleo se encontrar para a organização do segundo evento. A avaliação do grupo foi de que o primeiro evento foi desgastante e demandou muito tempo dos organizadores. Mas esse era o problema menor. O principal motivo que inviabilizava a realização do segundo Circulando era relacionado a uma questão que o próprio Circulando tinha como proposta combater: a violência policial indiscriminada contra os moradores. As operações policiais, mais especificamente do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar, o Bope, já haviam iniciado em 11 de outubro de 2006, quando ocupou pela primeira vez o conjunto de favelas do Alemão. As ocupações iniciavam e terminavam em 15, 20 dias. Em fevereiro de 2007, nova ocupação, que durou três dias. Em março, a Vila Cruzeiro, no conjunto de favelas da Penha, vizinho ao Alemão, era ocupado. Mas no dia 27 de junho de 2007, além dos homens do Bope, somaram-se as polícias Civil e Militar e a Força de Segurança Nacional, totalizando 1350 homens na ocupação que deixou 19 pessoas mortas<sup>56</sup>.

---

<sup>54</sup> O grafite está disponível nos anexos deste trabalho.

<sup>55</sup> O Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro é uma organização autônoma, formada por diversos jovens, alguns deles ligados a instituições sociais. Muitos deles são moradores de favelas do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense. O Fórum atua na discussão de políticas públicas para as juventudes, com uma preocupação especial com os espaços populares.

<sup>56</sup> Veja mais a respeito no Capítulo 1, no item 1.5.



A realização do segundo evento se tornava ainda mais relevante para o Núcleo e para os moradores como um todo. Havia um sentimento de perda de seus direitos de ir e vir (crianças tinham suas mochilas revistadas por homens da Força de Segurança Nacional, para ver se não entravam com armas, era o argumento das forças policiais). Havia a necessidade de uma nova ocupação, que fosse feita pelos moradores, Como coloca Mário Bands, “era preciso mostrar que estávamos retomando o nosso espaço. Quem tem que ocupar aqui somos nós”<sup>57</sup>. E a idéia era retomar esse espaço através da arte e da cultura. Pela dificuldade encontrada em trocar de favela, pela falta de mobilização do grupo e pela insegurança que causava a ocupação das entradas das favelas do Alemão, o segundo evento aconteceu no mesmo local, em frente à sede do Raízes em Movimento.

Também na perspectiva de ampliar a discussão sobre segurança nas favelas e influir no debate no conjunto da sociedade, foram produzidos, para efeito de divulgação, quatro marcadores de livro, com desenhos dos artistas do Núcleo de Comunicação Crítica do Alemão, um jornal de oito páginas com produções de texto e imagens pelos integrantes do Núcleo e com a programação do evento<sup>58</sup>. O editorial deixava claro as dificuldades enfrentadas pelo Núcleo, consequência da política de segurança em vigor:

Cinco meses depois do nosso primeiro evento, chegou a hora de circular novamente pelo Alemão. Neste quase meio ano, constatamos entre tantas coisas que o Circulando ainda não foi tão “bimestral” como queríamos, que o Pan não foi tão inclusivo como gostaríamos, e que a política de segurança do novo governo não foi tão nova como prometia. Justamente por causa das dificuldades, não há melhor hora para nós botarmos de novo o bloco na rua. Circular é preciso.

Neste Circulando 2, algumas novidades em relação à primeira edição. Exibiremos os vídeos do Festival Visões Periféricas, realizado em junho no Rio de Janeiro. Na ocasião, uma sessão programada para a avenida Central, aqui no Alemão, teve de ser cancelada por causa da violência policial.<sup>59</sup>

---

<sup>57</sup> As entrevistas deste capítulo que não forem sinalizadas com notas de rodapé foram realizadas pelo autor no dia 5 de março de 2009, na sede do Raízes em Movimento, no conjunto de favelas do Alemão.

<sup>58</sup> As produções citadas, os quatro marcadores e o jornal produzidos para o Circulando 2, estão disponíveis nos anexos deste trabalho

<sup>59</sup> A exibição cancelada que o editorial faz referência aconteceu em junho, quando seria exibido uma sessão infantil do Festival Audiovisual Visões Periféricas, que percorreu diversas favelas do Rio de Janeiro. Por conta da ação policial nos dias que antecederam a data prevista para a exibição, como medida preventiva de segurança, a sessão foi cancelada. De todas as sessões pela cidade do Rio de Janeiro, a única que teve que ser cancelada foi no conjunto de favelas do Alemão.



Neste segundo evento, além das atividades que ocorreram no primeiro, incluíram-se oficinas e artesanato, oficina de origami, oficina de desenho para crianças, e novas exposições fotográficas – um com fotografias de dois fotógrafos moradores do Alemão, e a outra com fotos produzidas durante o primeiro Circulando durante as oficinas de *pinhole*. Também teve como acréscimo a exibição de vídeos – sobre meio ambiente e de filmes produzidos por moradores de favelas, oficina de direitos humanos e a ampliação da galeria de grafite a céu aberto.

O terceiro evento aconteceu no dia 15 de dezembro de 2007, com as mesmas atividades dos dois primeiros eventos. O diferencial desta edição é que pela primeira vez saía do ponto de referência que tinha se tornado a sede da instituição Raízes em Movimento. O palco desta edição foi montado no *pé do morro*, na esquina da Avenida Central com a Avenida Itararé. Apesar do palco na entrada no Morro do Alemão, foram mantidas atividades ao longo da Avenida Central, como exposições fotográficas e a ampliação da galeria de grafite a céu aberto. Foram incluídas na programação esquetes teatrais e a exposição “Arte Contexto”, produzida pelo Raízes com a proposta de retratar a visão cotidiana dos moradores de favelas.

A realização das principais atividades nesta edição tinha dois importantes significados. Primeiro, o evento saía pela primeira vez da frente da sede do grupo Raízes em Movimento e começava sua idéia de circular pela comunidade. O segundo significado relevante da realização das principais atividades na entrada do morro era a presença permanente da Força de Segurança Nacional, com as armas apontadas para os moradores durante toda as atividades. Em texto escrito e postado no blog do evento<sup>60</sup>, o Núcleo escreveu sobre o terceiro Circulando:

(...) O que mais marcou esse dia, além da presença dos soldados da Força Nacional que não tiravam os olhos das atividades que aconteciam, foi a interação entre os participantes que se confundiam entre os moradores e visitantes de diversos lugares do Rio de Janeiro, do Brasil e do mundo, onde os sotaques eram as únicas diferenças em meio a estas pessoas.

Na quarta edição do Circulando, a itinerância deu um passo mais largo. As atividades foram realizadas na Rua Sebastião de Carvalho, não mais no Morro do Alemão. Realizado no dia 5 de abril de 2008, as atividades de referência foram

---

<sup>60</sup> <http://www.eventocirculando.blogspot.com>



mantidas, com a inclusão da formatura dos alunos do Projeto Motirô<sup>61</sup>, e a exposição fotográfica *Elemento 6º*, com fotos do integrante do Núcleo e morador do Alemão Maycon Brum. A exposição foi apoiada pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase).

Também durante o evento foi distribuído o jornal produzido pelos jovens do Projeto Motirô, e os integrantes do Núcleo do Alemão produziram, além dos cartazes e faixas comuns a todos os eventos, papel de parede que foi utilizado nas *lan houses* do Alemão, como forma de divulgação do evento.

A relevância do projeto passou a ser reconhecida por outras organizações e instituições. A quinta edição, no dia 31 de agosto de 2008, em parceria com a Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação, lançou um documento contendo uma análise sobre a situação educacional no conjunto de favelas do Alemão. A produção do documento se deu por conta da ausência de aulas na região do Alemão por conta da violência. O relatório foi entregue ao secretário de Segurança Pública José Mariano Beltrame e foi apresentado à comunidade do Alemão durante o Circulando 5<sup>62</sup>.

Esta quinta edição do Circulando voltou para a Avenida Central, no Morro do Alemão, mas com uma proposta maior, de ocupar toda a sua extensão. Com atividades que iam do pé do morro até o Largo da Morte, no fim da Avenida Central. O trânsito durante todo o sábado foi interrompido na Avenida para que as pessoas circulassem pela rua. Para este evento foi ainda produzido um vídeo de divulgação, produzido em parceria com o coletivo Norte-Sul, que foi veiculado na TV local, camisetas com uma estampa do evento, que foram rifadas para arrecadar fundos e a produção de um jornal, distribuído durante o evento.

Ao longo de mais de dois anos, foram realizados cinco eventos Circulando. O primeiro, no dia 31 de março de 2007; o segundo aconteceu no dia primeiro de setembro de 2007; o terceiro dia 15 de dezembro; o quarto em abril de 2008, no dia 5; e o quinto no dia 31 de agosto de 2008.

---

<sup>61</sup> O Projeto Motirô foi uma realização do Raízes em Movimento com o SESC Ramos. O projeto atendeu 50 jovens do ensino médio da rede pública de ensino da região com oficinas de meio ambiente e comunicação, elaboração de um jornal comunitário e ampliação do acesso desses jovens aos bens culturais da cidade. A formatura dos alunos aconteceu durante o Circulando 3.

<sup>62</sup> O Relatório sobre a situação da educação no Alemão teve o apoio do UNICEF, da UNESCO e de um conjunto de organizações do Rio de Janeiro, entre elas o Comitê de Desenvolvimento da Serra da Misericórdia, Fase, Ibase, Observatório de Favelas, Raízes em Movimento, Justiça Global, Ação da Cidadania, Centro Bento Rubião/MNDH, Criola, Pastoral das Favelas, Sepe e AfroReggae.



Além do evento em si, o Núcleo de Comunicação Crítica realizou algumas sessões do Cineclube Sem Tela dentro do conjunto de favelas do Alemão. O Sem Tela é um projeto do Observatório de Favelas que exhibe curtas e longas metragens nacionais de forma itinerante por favelas cariocas. No Alemão, foram realizadas 8 sessões, voltadas para alunos de cursos pré-vestibulares (na favela Nova Brasília) e sessões infantis (no Largo da Morte e em lajes cedidas pelos moradores, na favela Morro do Alemão). Toda a articulação de exibição com o Cineclube foi feita pelo Núcleo do Alemão. Essas exhibições aconteciam entre os eventos, e serviam também como forma de divulgação do próximo Circulando. Como coloca Alan Brum, algumas ações desenvolvidas vão para além do evento, “uma dessas ações é o Sem Tela, que possibilita o acesso ao cinema dentro da comunidade. Esse processo faz parte da idéia do Núcleo”, afirma.

Durante as exhibições, era possível perceber o apoio que o Núcleo recebia da comunidade. Os comerciantes doavam milho para pipoca e refrigerantes, outros se prontificavam a fazer a pipoca, e outros a distribuir. Essa relação de proximidade e de cumplicidade com os moradores se deve principalmente à entrada que o Grupo Raízes em Movimento tem na favela, mas ficava claro o reconhecimento do Núcleo pelos moradores.

Essas doações materiais e de colaboração eram importantes para a realização das exhibições do Cineclube Sem Tela, mas eram ainda mais necessárias para a realização do Circulando, já que o evento não tem qualquer financiamento oficial. Desde a primeira edição, houve colaborações tanto do Observatório de Favelas como do Raízes em Movimento, mas incapazes de atender à demanda do Circulando. Para isso, alternativas foram criadas pelo Núcleo, a fim de que possibilitasse a realização dos eventos. As alternativas encontradas foram de venda de livros doados pelos integrantes, amigos e instituições, à venda de camisas produzidas pelos artistas do Núcleo. Também foram realizadas rifas de camisas do evento e quadros pintados pelos artistas da casa e mesmo alguns valores foram cotizados entre os integrantes do grupo.

Embora a falta de recursos tenha se colocado como um problema presente em todas as edições, ela também pode ser vista com outros olhos. A partir da necessidade de realizar as atividades e das dificuldades encontradas, o grupo conseguiu articular formas e parcerias que permitissem a realização dos eventos. Durante a entrevista, Ricardo Lessa colocou que a “questão da falta de recursos é crucial, porque tínhamos



que dançar conforme a música. E com isso não tínhamos condições de produzir muitos materiais para mostrar durante o evento. A gente nunca pôde fazer isso”. Por outro lado, o evento funciona como o próprio meio de comunicação, como difusor das idéias do coletivo. A integrante Marianna Araújo diz que o evento é utilizado para “falar da galeria de grafite, para falar do relatório sobre educação, sobre os direitos humanos. Na ausência de recursos, a gente acabou fazendo do evento um *jornal gigante*”.

Um ponto a se destacar é que, mesmo o Circulando não trazendo qualquer retorno financeiro para os integrantes do Núcleo e para as instituições parceiras, em nenhum momento se mostrou a possibilidade de desistência da realização dos eventos e da desintegração do Núcleo. A falta de recursos, na verdade, deixa de ser um problema quando tem um papel fundamental para envolver a comunidade nas ações do evento. Como a atividade se propõe à integração com os moradores, a necessidade de apoios os mais diversos – cadeiras, mesas e lajes emprestadas para as atividades, doação de pães e refrigerantes, fazer comida para os artistas, apoio no transporte para carregar equipamentos, apoio financeiro, etc. – fez com que essa relação com a comunidade se tornasse mais próxima e atingia, assim, um dos objetivos do Circulando. Como colocou Alan Brum, a característica do evento é “envolver o máximo a comunidade. A falta de recursos foi proveitosa porque possibilitou que a gente corresse atrás de apoios, de buscarmos articulações locais”.

Essa proximidade com a comunidade, que passou a apoiar o evento como integrantes de fato das atividades, especialmente dos comerciantes locais, é vista até com certa surpresa por um dos integrantes do Núcleo e morador do Morro do Alemão. Na entrevista, ao se referir ao apoio dos comerciantes para as ações do Núcleo, Beto Galinha disse que “no morro você não vê ninguém dando nada para ninguém. Doação só Natal, Ano Novo e Circulando”.

Para fora do Alemão, algumas articulações também merecem ser citadas. Durante os eventos Circulando, vários contatos foram realizados. A organização não-governamental Anjos e Querubins, de Pelotas, no Rio Grande do Sul, esteve no Circulando 3, para conhecer a iniciativa e tentar promover algo semelhante em sua cidade. Jovens estudantes da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), de Campos dos Goitacazes, participaram do Circulando 1, e daí em diante voltaram em outros eventos. A prefeitura de Vitória, no Espírito Santo, também veio ao Rio, em mais de uma oportunidade, para conhecer o trabalho desenvolvido no Circulando, na



perspectiva de replicar a experiência na capital capixaba. Um grupo de alunos das Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA), em parceria com o Raízes em Movimento formaram o coletivo audiovisual Norte-Sul, que teve sua primeira produção, sobre o trabalho do grafite realizado no Alemão, premiado no CineCufa 2008<sup>63</sup>. Em novembro de 2008, a Universidade Federal do Rio de Janeiro realizou, em parceria com o Núcleo de Comunicação Crítica do Alemão e com o Raízes em Movimento, o III Encontro de Comunicação Comunitária, com oficinas de comunicação dentro do Morro do Alemão.

### 5.3 O Núcleo de Comunicação Crítica do Alemão: Produção de dentro pra fora

*O grafite é uma expressão de arte (...). Ele está incorporado, ele está acontecendo no meio da rua, nos muros, nas portas, da casa ao trabalho, por onde nós andamos. É talvez a mais poderosa linguagem crítica que nós temos hoje no mundo da arte.*  
**Rosângela Ainbinder<sup>64</sup>**

Concordando com a fala da professora e crítica de arte Rosângela Ainbinder, de que o grafite representa uma poderosa linguagem crítica, o Circulando tem como sua principal ferramenta de comunicação e expressão a arte e a cultura. Nesse nicho, destaca-se o grafite, linguagem utilizada desde o primeiro evento como uma das ferramentas de diálogo dentro das atividades desenvolvidas no Circulando. A idéia de ter um evento que funcione como o próprio meio de comunicação, “um jornal gigante”, como disse em entrevista a integrante do Núcleo Marianna Araújo, expressa esse ideal de difusão das idéias através da arte.

Com essa difusão das produções do Núcleo, desconstrói-se a imagem veiculada pelos meios de comunicação em relação à favela. Essa desconstrução não deve ser voltada apenas para quem não mora na favela, mas principalmente para quem convive diariamente com as situações de desrespeito aos direitos humanos e que acaba, influenciado pelo senso comum, achando que *não tem direito a seus direitos*. Essa visão dos próprios moradores, de que seus direitos são diferenciados em relação aos moradores da *cidade formal* deve ser também combatida. Quando um jovem ao sair de casa sente necessidade de levar consigo a carteira de trabalho ou carteira de

---

<sup>63</sup> O CineCufa é um festival audiovisual organizado pela Central Única das Favelas (Cufa). O documentário recebeu o prêmio de melhor filme pelo júri popular. O vídeo está disponibilizado nos Anexos deste trabalho.

<sup>64</sup> Esta fala foi extraída do vídeo *Raízes*, produzido pelo coletivo Norte-Sul, um projeto de alunos das Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA) e Raízes em Movimento. Rosângela Ainbinder é professora da FACHA e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).



estudante, para quando abordado por policiais comprovar sua idoneidade, é um problema desse tratamento diferenciado em relação aos integrantes da cidade. Não adianta, porém, apenas demonstrar que essas pessoas têm direitos, se ao mesmo tempo as forças repressoras não reconhecem isso. Portanto, o conceito do Circulando é maior do que apresentar informações, mas dialogar tanto com os moradores como com os não-moradores desses espaços.

Esse processo de desconstrução não é o principal objetivo do Núcleo, mas consequência do trabalho que é desenvolvido e apresentado nos eventos. A partir do momento em que você propõe uma mídia que trabalha de forma diferenciada os espaços populares, que trabalhe fora da lógica de produção de grandes empresas de comunicação e preocupada com a reflexão e apropriação das ferramentas utilizadas pela população, automaticamente você desconstrói a visão de mundo difundida pelo senso comum dentro desses espaços. Não cabe ao Circulando competir com os grandes meios de comunicação, mas mostrar outras imagens e produzir outras linguagens que atendam às demandas dos moradores de favelas, em especial aos moradores do conjunto de favelas do Alemão.

Com a produção partindo de um processo coletivo, em que as pautas e ações são pensadas em grupo, não necessariamente por pessoas que têm formação profissional e acadêmica para aquilo, você abre uma porta para que os moradores, independente de sua formação, possam também intervir no seu espaço de moradia. Com a quebra total da hierarquização da produção e com uma produção que contempla toda a coletividade dos integrantes, o papel do Circulando é qualificar a informação. Isso acaba fazendo com que o núcleo, naturalmente, se contraponha ao que é difundido pela mídia hegemônica.

Ter o evento como o veículo de comunicação, e mais do que isso, de ter o Circulando como uma forma de tomar posse da localidade, de demonstrar que os moradores precisam de liberdade e de circular sobre seu espaço de moradia sem a presença intimidatória da Força de Segurança Nacional, é talvez o principal objetivo atingido com o evento. A partir do segundo Circulando, todos os eventos realizados contaram com a presença, nas entradas das favelas, de policiais da Força de Segurança Nacional empunhando suas armas. No terceiro evento Circulando, realizado na entrada do Morro do Alemão, o baterista de uma das bandas chegou a comentar que sentiu medo durante toda a sua apresentação, por conta de uma arma apontada para ele durante o show.



Essa ocupação cultural já era expressa desde o primeiro evento, que tinha no grafite de apresentação a frase “a favela reage, com a arma da cultura”. Formado por um coletivo de artistas, o Núcleo tinha como meta a promoção da arte e do encontro dentro da favela. Mario Bands, grafiteiro e integrante do Núcleo, disse que além da exposição da arte, dos grafites, a idéia dos mutirões ampliam essa visão de mundo. Ele conta que vêm pessoas

da Zona Norte, da Zona Oeste [do Rio de Janeiro], seja a partir de amigos, ou contato virtual, divulgação pela internet e boca-a-boca, as pessoas descobrem que vai ter mutirão no Alemão e vêm pra cá, na maioria das vezes trazendo o seu material. Isso é promoção da arte. Além disso, em todos os eventos a gente realizou mutirão de grafite. Mas apesar dos mutirões serem conhecidos, nunca as pessoas tinham feito no Alemão. E isso é interessante porque quando falamos “vamos pintar no Alemão”, e mesmo com a fama de que aqui é violento, as pessoas vêm, mesmo sem conhecer a gente.

O grafite, dentro do Circulando, criou também uma rede de articulação desses artistas. A partir do mutirão dentro do Alemão, os artistas locais são convidados e entram em contato com outras “galeras” que grafitam em outros locais. David Amen, também grafiteiro e integrante do Circulando, diz que é essa mesma a proposta do grafite, de integração

tanto da gente aqui no Alemão com a comunidade, de fazer a gente pensar a questão da galeria, enriquecendo o nosso trabalho, a nossa parceria e a nossa coletividade, quanto para abrir portas para outros contatos, sejam profissionais ou pessoais no contexto do grafite. Hoje você trazer a galera da Zona Oeste, Baixada [Fluminense], Zona Sul, Rio de Janeiro, Brasil, mundo – hoje podemos dizer que tem grafite internacional dentro da galeria do Circulando –, essa integração é muito importante pra gente. E o grafite é a referência do Circulando hoje. Você chega na Avenida Central e tem o jornal grafitado no pé do morro.

O grafite tem essa facilidade, essa força de você criar uma referência a partir dele, tanto um referencial para os moradores como para o povo que não conhece a comunidade, é uma referência positiva como produção de arte dentro da favela. E os grafiteiros que vêm aqui acreditam nisso, de que é possível criar arte no Alemão, de que é possível o acesso à arte dentro das favelas.

Os artistas do Núcleo de Comunicação Crítica do Alemão parecem pensar e arte a todo momento. Wallace Bidu diz que, para ele, “o tempo é arte, é o que a gente vive. Eu não estou pensando no dinheiro, eu estou 24 horas vivendo arte, a arte pra



mim é para além do capital. Toda a nossa produção pro Circulando é produção de arte”. E grafite é, indiscutivelmente, arte para o grupo. E a produção dentro do Alemão tem ainda um diferencial: a produção junto à comunidade. David explica que

a [Avenida] Presidente Vargas [no Centro do Rio de Janeiro] é uma galeria de grafite. A nossa diferença é que na Presidente Vargas eu já vejo pronto. Mas a curiosidade de ver alguém produzindo, o estímulo de ver o outro produzir, o estímulo da interferência de quem passa, isso eu só vejo aqui no Alemão.

Essa interferência dos moradores, direta ou indiretamente, é uma das grandes preocupações do Circulando. O evento tem que acontecer na rua, no espaço público, onde as pessoas passam cotidianamente. Essa idéia do evento ser na rua tem influência direta do grafite. Como diz o grafiteiro O Crespo, que frequenta os mutirões no Alemão, “grafite só é grafite na rua. Dentro de galeria, é spray sobre tela”<sup>65</sup>. Nesta mesma lógica, funciona o Circulando. Como diz Marianna Araújo, “o Circulando é como o grafite, se tivéssemos um galpão para fazer o Circulando, ele não funcionaria. É a cultura da rua”. O grafite não se resume a técnicas, concepções, temas e estilos artísticos, mas essencial para definir o grafite, para AFA, também grafiteiro, são “a identidade da ação como de rua e a atitude do artista de escolher a rua como o seu local de produção e exposição”<sup>66</sup>

Se seguirmos essa definição, talvez a galeria a céu aberto do morro do Alemão seja uma das primeiras galerias de grafite, de fato, do Rio de Janeiro. Os artistas que expõem na galeria do Circulando estão acostumados a enfrentar dias inteiros de sol para pintar, se pendurar em janelas e marquises, conviver com o trânsito hostil e dividir os momentos da produção e o resultado dela com pedestres e curiosos. Após terminado, o grafite fica à mercê da rua e das intervenções urbanas intencionais ou não, do desgaste do tempo. Vira registro histórico da comunidade. Um grafite em especial, foi apropriado e sofreu interferência direta. Um morador, que o Núcleo nem imagina quem seja, acrescentou em um desenho a fala “não joga lixo” (Figura 2). Sobre este acontecimento, Ricardo Lessa comenta:

---

<sup>65</sup> Entrevista realizada pelo Núcleo de Comunicação Crítica do Alemão durante a produção do folder da galeria de grafite a céu aberto, distribuído no primeiro evento. O folder está disponibilizado nos anexos deste trabalho.

<sup>66</sup> Entrevista realizada pelo Núcleo de Comunicação Crítica do Alemão durante a produção do folder da galeria de grafite a céu aberto.



É interessante como, com o tempo, o grafite acaba virando outra coisa, como é o caso daquele grafite do skate. O grafite estava lá, um grafite que nem chamava a atenção, meio escondido. Aí escreveram encima “não joga lixo”. Com isso ele está chamando uma baita atenção. A gente estava comentando outro dia, que o grafite agora ficou mais interessante.

Para David Amen, essa intervenção faz parte de um processo de apropriação da arte pelos moradores. O grafite passou a fazer parte da comunidade. Para ele, o morador conseguiu perceber

que o boneco está ali, com a boca aberta e viu que dava pra colocar um balão. Ele está começando a analisar a arte. E isso é importante porque mesmo sem saber, ele está começando a analisar a arte. Com o grafite você possibilita que a comunidade pare e reflita sobre a arte.

**Figura 2**



Essa interação da e com a comunidade local faz parte do processo de construção coletiva que o Circulando se pretende. Numa galeria de rua, os espaços e trajetos, lineares e previsíveis em galerias tradicionais, envolvem interação social intensa, a investigação e a escolha de caminhos. A experiência de circular por esta galeria compõe e define o prazer de contemplar as obras. Essa inovação faz com que o



evento seja reconhecido pela comunidade e os moradores sentem falta. Beto Galinha comenta que, como morador, recebe uma cobrança direta dos moradores em relação ao evento. Ele diz que “o pessoal fica esperando pra saber quando é o próximo evento. Tanto que não houve em dezembro [de 2008] e a galera fica perguntando o motivo por não ter acontecido”. David conta que ele é lembrado não apenas na favela, mas que

hoje o Circulando tem uma visibilidade e uma credibilidade na questão do grafite e como evento cultural que a gente não tem noção. Não é só aqui no Alemão que o Circulando faz falta. Onde eu estou, seja na faculdade, no trabalho, ou por email, as pessoas estão sempre me perguntando quando vai ser o próximo evento.

Mário Bands acrescenta, sobre a repercussão do evento, que a comunicação desenvolvida pelo núcleo e a articulação que era propícia tem grande abrangência. Ele justifica dizendo que

todo mundo observou que o grafite é uma ferramenta de comunicação. A gente atinge um grau de interação muito grande, a gente pode passar uma mensagem em um mural, pode fazer uma exposição, etc., o grafite é uma ferramenta, um instrumento pelo qual a gente se comunica dentro e fora da favela.

Essa visão é complementada por David, que acredita que o grafite “é um convite, é abrangente. Quando você passa por alguém grafitando, você percebe que cada um tem um estilo, usa uma cor, você percebe que o grafite tem mil e uma possibilidades”. Durante o Circulando, David acha que a população interfere ainda mais:

No evento, é interessante que as pessoas interferem diretamente na produção. Quando passa uma ‘tiazinha’ e fala que está bonito, duvido que você não se inspira mais. Se passa uma Kombi e você tem que parar para dar passagem, aquilo faz você repensar o seu desenho.

Beto galinha diz ainda que é comum perceber os moradores dizendo “isso está mais alto, chega mais pro lado. As pessoas interagem mesmo com a produção”. Essa interação passou de, num primeiro momento, as pessoas terem receio de deixar seus muros serem grafitados. Hoje em dia já é diferente. Daniele Marques, também



produtora do Circulando, relembra como a relação com a comunidade mudou de acordo com que os eventos iam ocorrendo:

No primeiro e no segundo Circulando, foi um grande problema as pessoas liberarem os muros para o grafite, em várias casas tinha que ir alguém conversar com o dono, insistir, pra poder fazer o grafite. Do terceiro Circulando em seguida, era o contrário, tinha um monte de morador correndo atrás dos grafiteiros pedindo “pinta meu muro pelo amor de Deus”

A integração com a comunidade é notável nas falas dos entrevistados. Além do grafite, carro-chefe do coletivo, outras modalidades artísticas desempenharam e desempenham um papel importante nessa relação. A fotografia, com exposições de imagens do conjunto de favelas do Alemão, produzida por moradores, é um ponto forte. Também a música, com a inserção de músicos locais nas atrações, como PC do Repique, morador que lançou CD às vésperas do Circulando 3. As intervenções de rap também contam com moradores do Alemão e de outras favelas, especialmente no momento do *freestyle*, ou estilo livre, em que os artistas dialogam com rimas improvisadas.

Uma outra ação desencadeada pelo Circulando foi a serventia do evento para que o Raízes em Movimento crescesse tanto como instituição como do ponto de vista da qualidade do trabalho desenvolvido pela organização. O coordenador do Raízes e integrante do Núcleo Alan Brum comenta que o reconhecimento adquirido pelo Raízes nos últimos dois anos, quando iniciaram-se as atividades do Circulando, fez com que as pessoas percebessem e se interessassem mais pelo trabalho desenvolvido pela organização. Para ele o crescimento do Raízes nesse período teve uma contribuição decisiva do Circulando, “principalmente porque um dos objetivos da instituição é a circulação nas diferentes comunidades do Alemão, difundindo nossas idéias”.

Esse é um dos objetivos alcançados pelo Circulando: fortalecer instituições locais. Mas a proposta vai mais além, na tentativa de que outras organizações sociais possam se utilizar do evento e das atividades desenvolvidas para também se projetarem, formando uma rede de instituições dentro do conjunto de favelas do Alemão que possam, coletivamente, pensar em alternativas de fato para a melhoria da qualidade de vida dos moradores. Alan coloca que esse desdobramento alcançado pelo Raízes, de projeção e de reconhecimento de suas atividades, num campo ideal, é que “possa ser utilizado como ferramenta para as outras instituições do Alemão, que



outras instituições possam tirar proveito disso. Quando mais instituições trabalhando juntas, mais força teremos”.

No âmbito pessoal, as mudanças ao longo desses dois anos, por conta do Circulando, não foram fáceis de mensurar pelos entrevistados. A maioria não conseguiu descolar o avanço pessoal do avanço da organização. Como David, que vê o avanço do trabalho do Raízes colado com o avanço que teve na sua vida profissional. “Você amplia a estrutura, a organização, a participação, você vê um avanço. Se o Raízes se fortalece, a gente se fortalece”, diz. Outros, como o grafiteiro Tiago Tosh, consegue ver um progresso na sua vida profissional: “Essa experiência de troca foi muito importante. No evento, tive a oportunidade de fazer a minha primeira exposição. Profissionalmente falando, posso dizer que a minha primeira exposição foi no Complexo do Alemão”.

Daniele Marques coloca o Circulando como um divisor de águas na sua vida: “[o Circulando] mudou inclusive a minha profissão. Hoje não quero mais ser assistente social, agora tenho outro objetivo e o Circulando tem um papel importante nessa decisão”. O que é comum a todos os membros, é a participação nesse coletivo. Muito mais que um grupo que organiza um evento periodicamente, o Núcleo cria novas visões de mundo para os integrantes. O afeto criado entre as pessoas que participam é visível em algumas falas. Tiago Tosh, ao falar da sua vida profissional, disse que “é legal perceber que os amigos estão aqui pra ajudar”. Silvana Si, também grafiteira, tenta resumir o Circulando e o que ele gerou para o grupo que o produz:

Para mim o Circulando proporciona saúde, bem-estar, alegria, amor, doação. Minha vida mudou durante o período do Circulando: eu tive um filho, fiz vários contatos, conheci o grupo de meninas grafiteiras [coletivo Maria da Penha], enfim, me fez feliz.



## 6. CONCLUSÃO

Ao longo de dois anos e da realização de cinco eventos *Circulando – diálogo e comunicação na favela* é possível perceber resultados positivos em relação à proposta das ações. De todos os resultados, talvez o mais importante seja a formação contínua dos integrantes do Núcleo produtor das atividades, e como essa atividade influenciou essas pessoas e o trabalho desenvolvido por elas. Podemos apontar ainda que o *Circulando* conseguiu produzir estratégias de comunicação que lutam por uma nova hegemonia, quando amplia e dá visibilidade a problemáticas sociais utilizando-se de novos instrumentos de comunicação, especialmente através das artes visuais. Esses novos instrumentos atuam no sentido de reforçar os vínculos identitários dos moradores com suas favelas e a articulação de redes locais, na tentativa de fortalecer a mobilização comunitária desses atores a ponto de tomarem consciência das estruturas sociais vigentes e terem condições de questionar e pensar em outras estruturas que combatam as desigualdades sociais. Em outras palavras, as discussões do Núcleo foram capazes de emancipar esses jovens para que pudessem apresentar outros olhares e para a abertura de novos horizontes no âmbito da cultura e da comunicação. Uma confrontação das idéias veiculadas pela mídia hegemônica, de novos olhares, é essencial para que os moradores possam apresentar esses olhares inovadores sobre seus espaços para a sociedade.

Esses novos olhares sobre os espaços populares, proposto aos moradores pelo *Circulando*, no entanto, não foram e não são capazes de, sozinhos, alterarem a realidade desses moradores e de suas localidades. Conforme apresentamos durante o trabalho, os aparelhos privados de hegemonia, responsáveis pela difusão dos ideais das classes e grupos de poder dominantes – e aqui destacamos a mídia – têm uma força muito maior do que os meios criados pelo *Circulando* e influenciam diretamente todo o conjunto da sociedade, incluindo os moradores do Alemão. Os meios de comunicação hegemônicos são concessões públicas e deveriam atender aos interesses de toda a população, e não apenas se limitar a atender interesses comerciais. Para uma transformação da sociedade que atinja as grandes massas, para a criação de uma comunicação mais equânime, é necessário um maior controle da sociedade sobre esses meios de comunicação, hoje responsáveis tanto pela criação como pela difusão e ação culturais.



O Rio de Janeiro vive hoje o drama de uma cidade marcada pelas desigualdades. Os repetidos episódios de violência retratados pela imprensa – especialmente os que ocorrem fora dos limites das favelas e periferias – criam um clima de medo na cidade. Com esse sentimento generalizado de insegurança temos o apoio a medidas de confronto para o combate a essa violência – tão ou mais violentas quanto as difundidas pelos meios de comunicação. A mídia funciona aqui acentuando esse medo e servindo como um instrumento de convencimento da necessidade de se aplicar uma política de segurança de confronto. Há um ajustamento estrutural para a manutenção da ordem vigente, através da coerção fundamentada no consenso.

Isso revela também o fracasso do poder público em garantir condições mínimas de segurança para a população. Essa falta de políticas de segurança é muito mais evidente para os moradores de favelas e periferias, que vivem à mercê de grupos criminosos armados e das ações policiais. Historicamente, essas populações não receberam qualquer assistência pública que não as ações das forças policiais, geralmente marcadas pela violência desmedida.

Ao lado do crescimento urbano desordenado e da crise econômica dos últimos anos, tivemos no Rio de Janeiro uma política pública particularmente desastrosa na área de segurança, e catastrófica para as classes populares, em especial às moradores de favelas, que sofrem um verdadeiro extermínio de seus jovens, uma verdadeira falência do poder público nessas localidades. O Circulando não é capaz – e sua proposta nunca foi de substituição de ações do poder público – de realizar mudanças estruturais, seja no conjunto de favelas do Alemão ou na sociedade como um todo. Não podemos esperar que ações como o Circulando, ou qualquer outra iniciativa dentro desses espaços, cumpram a função do Estado. Não deve cumprir e nem mesmo teriam condições de assumir tal fardo.

Cabe ainda uma crítica à corrente de pensamento que acredita que ações culturais dentro das favelas são capazes de alterar a realidade dos moradores. Como colocamos, há condições de ampliar olhares, propor novos horizontes e novas possibilidades, mas estão longe de resolver um problema colocado historicamente. Essas ações, em muitos casos, servem também para reforçar o estigma desses moradores, como se precisassem de ações culturais ou de entretenimento para não se inserirem na rede social do crime. Essa lógica é perversa porque coloca os moradores como potenciais criminosos simplesmente pela sua origem e local de moradia e



legítima também a idéia de que as favelas são locais perigosos e devem ser combatidos.

A inserção do poder público nas favelas e periferias, fora do campo das ações de segurança, se faz a cada momento mais urgente. O poder público, ao perder o controle do território para grupos criminosos – sejam eles traficantes, ou, pior ainda, milicianos –, dá munção para que os aparelhos privados de hegemonia solidifiquem a idéia de que esses lugares estão repletos de criminosos. Há hoje a necessidade da superação desses estigmas, da recuperação da auto-estima desses moradores e da valorização do espaço público, para que possamos superar esse processo histórico de construção de estereótipos. Essas condições serão alcançadas com a inserção de políticas públicas que atuem como mecanismos de participação ativa dos moradores de favelas e periferias na formulação e produção de instrumentos de afirmação dessas populações como cidadãos de fato.

Esses instrumentos devem levar em conta o espaço da favela e das periferias como integrantes da cidade do Rio de Janeiro, e atuar da mesma forma que atuam em regiões e áreas com populações com poder aquisitivo mais alto. Assim como os deveres devem ser exigidos por todos os integrantes da cidade, os direitos também têm que ser respeitados e exigidos com o mesmo rigor para todos. Precisamos pensar em apenas uma cidade e apenas um cidadão, todos com os mesmos deveres e direitos. Para tal, a ação do poder público se faz necessária.

A exemplo de Gramsci, que por mais desfavoráveis que as circunstâncias se colocassem não deixou que o pessimismo subjugasse a vontade humana – ele estava preso e vivia sob o regime do nazi-fascismo –, nossas críticas ao papel limitado do Circulando fazem parte do pessimismo da razão, mas continuamos atuando com o otimismo da vontade.



## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

\_\_\_\_\_. **Indústria Cultural e Sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Brasil: o governo deve trabalhar com as comunidades para resolver a crise de segurança.** 2007.

ALI, Tariq e BARSAMIAN, David. **Imperialismo e resistência.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ALTHUSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado.** Rio de Janeiro: Graal, 7 ed., 1998.

AMORIM, Marília. **O pesquisador e o seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas.**São Paulo: Musa Editora, 2004.

ATHAYDE, Phydias de. **Rádios comunitárias lutam para não ser fechadas nem apropriadas por políticos ou religiosos.** In <http://www.piratininga.org.br>, acesso em 27 de fevereiro de 2009.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (org.). **Dossiê Favela-Bairro.** 2007.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski.** Rio de Janeiro: forense Universitária, 1981.

\_\_\_\_\_. **Cultura Popular na Idade Média no Renascimento:** o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. [Volochnov]. **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** São Paulo: Hucitec, 1987.

\_\_\_\_\_. **Estética da Criação Verbal.** São Paulo: Martins fontes, 1992.

\_\_\_\_\_. **Questões de Literatura e Estética.** São Paulo: Hucitec, 1990.

BARBERO, Jesús Martín. **Ofício de Cartógrafo:** Travessias Latino-Americanas da Comunicação na Cultura. São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

\_\_\_\_\_. **Comunicación y Solidariedad en Tiempos de Globalización.** Ponencia em el Encuentro Continental de Comunicadores Católicos convocados por el DESCOCCELAM y OCIC-AL, UCLAP y UNDA-AL.



BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar Ed. , 1999.

\_\_\_\_\_. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

\_\_\_\_\_. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BHABA, Homi K.. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BURGOS, Marcelo Baumann. **Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro** In: ALVITO, Marcos & ZALUAR, Alba. Cem anos de favela. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

\_\_\_\_\_. **Cidade, territórios e cidadania**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: vol. 48, n. 1, p. 189-222, 2005.

CABRAL FILHO, Adílson Vaz. **As políticas públicas de comunicação em busca de novos sujeitos históricos**. In COUTINHO, Eduardo Granja. **Comunicação e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CALLADO, Ana Arruda. ESTRADA, Maria Ignez Duque. **Como se faz um Jornal Comunitário**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 3. ed., 2000.

\_\_\_\_\_. **Consumidores & Cidadãos: Conflitos Culturais da Globalização**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 5 ed., 2005

\_\_\_\_\_. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CARREIRA, Denise; CARNEIRO, Suelaine. **Educação pede socorro no Complexo do Alemão**. Revista Democracia Viva, Rio de Janeiro: edição de setembro de 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 4 ed., 1989.

\_\_\_\_\_. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.



\_\_\_\_\_. **Cultura e Democracia:** o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 12 ed., 2007.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital.** São Paulo: Xamã. 1996.

COGO, Denise. **Multiculturalismo, Comunicação e Interculturalidade:** cenários e itinerários conceituais. In: PERUZZO, Cicília Maria Krohling e PINHO, José Benedito (orgs.). **Comunicação e Multiculturalismo.** Manaus: INTERCOM, 2000.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: O mito das classes perigosas:** um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil:** um ensaio sobre as idéias e formas. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

\_\_\_\_\_. **Intervenções:** o Marxismo na batalha das idéias . São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Gramsci:** um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3 ed., 2007

COUTINHO, Eduardo Granja. **Velhas histórias, memórias futuras.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

\_\_\_\_\_. **Gramsci:** a comunicação como política. In COUTINHO, Eduardo Granja; FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel (orgs.). **Mídia e poder:** ideologia, discurso e subjetividade. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008a.

\_\_\_\_\_. **A comunicação do oprimido:** malandragem, marginalidade e contra-hegemonia. In: PAIVA, Raquel; HENRIQUE, Cristiano (orgs.). **Comunidade e contra-hegemonia:** rotas da comunicação alternativa. Rio de Janeiro: Mauad, 2008b, p. 61-74.

\_\_\_\_\_. **Processos contra-hegemônicos na imprensa carioca, 1889/1930.** In COUTINHO, Eduardo Granja. **Comunicação e contra-hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008c.

DANTAS, Rodrigo. **Ideologia, hegemonia e contra-hegemonia.** In COUTINHO, Eduardo Granja. **Comunicação e contra-hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

DAWBOR, Ladislau. **A Reprodução do Social.** Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Informação para a cidadania.** In [dowbor.org/04infocid.doc](http://dowbor.org/04infocid.doc), acesso em 20 de janeiro de 2009.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo:** comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.



DORFMAN, Ariel; MATTELART, Armand. **Para ler o Pato Donald**: comunicação de massa e colonialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5 ed., 2002.

FAZENDO MEDIA. <http://www.fazendomedia.com>, acesso em 20 de janeiro de 2009.

FERNANDES, Fernando Lannes. **Os discursos sobre as favelas e os limites ao direito à cidade**. Cidades. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2 (3), jan.-jun. 2005, p. 37-62.

FONTES, Virgínia. **Intelectuais e mídia – quem dita a pauta?** In COUTINHO, Eduardo Granja. **Comunicação e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

FORTES, Rafael (org.). **Segurança Pública, Direitos Humanos e Violência**. Rio de Janeiro: Luminária Academia, 2008.

G1. **Tiroteio entre polícia e traficantes deixa três mortes na Zona Oeste**. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL449654-5606,00-TIroteio+entre+policia+E+traficantes+deixa+tres+mortos+N+A+Zona+Oeste.html>, acesso em 19 de dezembro de 2008.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em Descontrole**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

GOULART, Ana Paula. **Os meios de comunicação e as políticas de memória e esquecimento**. In COUTINHO, Eduardo Granja; FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel (orgs.). **Mídia e poder**: ideologia, discurso e subjetividade. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3 ed., vol. 1, vol. 2 e vol. 3, 2007.

GRUPO SÓCIO-CULTURAL RAÍZES EM MOVIMENTO. <http://www.raizesemmovimento.org.br>, acesso em outubro de 2008.

HELAL FILHO, William. **Notícias de uma guerra nada particular**. O Globo, suplemento Megazine, p. 10-12, 03/07/2007.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Relatório 2008 Human Rights Watch**. 2009.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**: Arquitetura, Monumentos, Mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2 ed., 2000.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.



\_\_\_\_\_. **A Era do Globalismo**. São Paulo: Civilização Brasileira. 1996.

\_\_\_\_\_. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Balanco de incidências criminais e administrativas no estado do Rio de Janeiro** (1º semestre de 2008). 2008.

JB ON LINE. **A mídia produziu seus próprios intelectuais**. Disponível em <http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/cadernos/ideias/2004/07/30/joride20040730003.html>, 31/07/2004, acesso em 20 de janeiro de 2009.

JORNAL DA ABI 335. **A estratégia do confronto não enfraquece o tráfico**. Rio de Janeiro: p. 20-21, novembro de 2008.

JUSTIÇA GLOBAL. **Relatório Rio: violência policial e insegurança pública**. 2004

\_\_\_\_\_. (org.). **Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: fundação Heinrich Böll, 2008.

KELNNER, Douglas. **A cultura da Mídia** - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LOBO, Flávio. **Operação Favela**. *Revista Página 22*, São Paulo: Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP/FGV, n.º 14, p. 42 - 49, nov. 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial: O homem unidimensional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 4 ed., 1973.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Arranjo gráfico: Edições Progresso, 1987 (impresso na URSS).

\_\_\_\_\_. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Editora Moraes, 1984.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem** (understanding media). São Paulo: Cultrix, 3 ed., 1971.

MORAES, Denis de. **Comunicação alternativa em rede e difusão contra-hegemônica**. In COUTINHO, Eduardo Granja. **Comunicação e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo – 1 Neurose**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 9 ed., 1997



\_\_\_\_\_. **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo – 2** Necrose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

NETO, José Paulo. **Universidade, caldo de cultura pós moderno e a categoria de hegemonia.** In COUTINHO, Eduardo Granja. **Comunicação e contra-hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. **Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo no Rio de Janeiro, 2004-2006.** Rio de Janeiro, 2006 (disponível em <http://www.observatoriodefavelas.org.br>).

O GLOBO ON LINE. **Operação na favela da Coréia deixa 12 mortos, entre eles um menino de 4 anos.** Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/10/17/298182778.asp>, acesso em 20 de janeiro de 2009.

\_\_\_\_\_. **Cabral defende aborto contra violência no Rio de Janeiro.** Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,MUL155710-5601,00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html>, acesso em 27 de fevereiro de 2009

O GLOBO. **Pesquisa mostra que maioria da população apóia política de segurança.** Seção Rio, página 19, edição do dia 10 de julho de 2007.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **Mundialização e Cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade mídia e globalismo.** Rio de Janeiro: Mauad, 2 ed., 2003.

\_\_\_\_\_. (org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

\_\_\_\_\_. **Contra-mídia-hegemônica.** In COUTINHO, Eduardo Granja. **Comunicação e contra-hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

PEREIRA, Lúcia Helena Mendes. **Comunicação popular: para além do bem e do mal.** Biblioteca on-line de Ciências Sociais, 2004.

PERUZZO, Cicília M. K. **Comunicação nos movimentos populares.** Petrópolis: Vozes, 1998.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

\_\_\_\_\_. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.



PORTAL TERRA. <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,O112348507-El503O,OO.html>, acesso em 19 de dezembro de 2008.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 3 ed., 1999.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência**: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007

RELATORIA NACIONAL PARA O DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO. **Violação dos direitos educativos da comunidade do Complexo do Alemão**. Rio de Janeiro, 2008.

RIO COMO VAMOS. <http://www.riocomovamos.org.br>, acesso em 19 de dezembro de 2008.

JUSTIÇA GLOBAL (et al). **Relatório da sociedade civil para o relator especial das Nações Unidas para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais**. Rio de Janeiro, 2007

RODRIGUEZ, Clemencia. **Fissures in the mediascape**. New Jersey: Hampton Press, 2001.

\_\_\_\_\_. **Sociedad civil y medios ciudadanos de paz para El nuevo milênio**. Revista de Estudios Sociales, n. 8, Universidad de los Andes, p. 73-82, 2001.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

SANTOS, Suzy. **Relações incestuosas**: mercado global, empresariado nacional de radiodifusão e líderes políticos locais/regionais. In: FREIRE FILHO, João; HERSCHMANN, Micael (orgs.). **Novos rumos da cultura da mídia**: indústrias, produtos, audiências. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

SAEZ, Victor Manuel Mari. **De las Banderas ao viento a las Redes Multiformes**: Tecnologías de la información, movimientos sociales y cambio social. In FERNANDEZ, Fernando Quiróz; CABALLERO, Francisco Sierra. **Crítica de La Economía Política de la Comunicación y la Cultura**. Sevilla: Comunicación Social Ed., 2001.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Relatório Técnico**: visita de cooperação técnica. Rio de Janeiro: 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo, Scipione, 2001.

SILVA, Jailson de Souza e, BARBOSA, Jorge Luiz Barbosa. **Favela**: alegria e dor na cidade. Rio de Janeiro: Senac Rio, [X] Brasil, 2005.



SILVA, Jailson de Souza e. **Favelas:** além dos estereótipos. Revista Democracia Viva, Rio de Janeiro, edição de jun.-jul. 2004.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho:** uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **O jogo contra-hegemônico do diverso.** In COUTINHO, Eduardo Granja. **Comunicação e contra-hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade.** Petrópolis: Vozes, 8 ed., 1996.

VALADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela:** do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005

VELHO, Gilberto (org.). **Rio de Janeiro:** cultura, política e conflito. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

VENTURA, Zuenir. **Cidade partida.** São Paulo: companhia das Letras, 1994.

WACQUANT, Löic. **As prisões da miséria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ZIZEK, Slavoj (org). **Um mapa da ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.



## 8. ANEXOS

### ANEXO 1

#### Cartazes de divulgação dos eventos





## ANEXO 2

### Folder da galeria de grafite a céu aberto do Morro do Alemão



## Galeria de Graffiti a Céu Aberto do Morro do Alemão

Artistas envolvidos

Acme - Afa - Ahsm - Alask - Amarau - Amen Ang - Bands - Bidu - Bira - Bives - Bobi - Bunnys - Cairo - Cety - Cora - Cove - Coyote - Criz - Doria - Era - Fael 1º - FX - Gest - Gleydston - Hemp - Hells - Hum - Ira - Kaja - KDO - Kung - MFR - MLJ - Noia - O Crespo - Ozon - Plant - Porn - Quinto Andar - Raça - Rine - Ripi - RNA - Si - Slek - Stac - Sore - Tm1 - Tosh - Tujaviu - Zeta

Numa tarde de sexta-feira de bastante sol e calor no Alemão, Afa e O Crespo pintavam a fachada de uma casa para esta exposição. Papo vinha, papo ia, e lá pelas tantas Afa definiu graffiti com uma máxima, segundo ele, do seu camarada O Crespo: "Graffiti só é graffiti na rua. Dentro de galeria, é spray sobre tela".

Não são técnicas, concepções, temas e estilos artísticos. Para Afa, essenciais para definir o graffiti são a identidade da ação como de rua e a atitude do artista de escolher a rua como o seu local de produção e exposição.

Se seguirmos essa definição, talvez a galeria a céu aberto do morro do Alemão seja uma das primeiras galerias de graffiti, de fato, do Rio de Janeiro. Os artistas que aqui expõem, boa parte deles ligados ao grupo Raízes em Movimento, estão acostumados a enfrentar dias inteiros de sol para pintar, se pendurar em janelas e marquises, conviver com o trânsito hostil e dividir os momentos da produção e o resultado dela com pedestres e curiosos.

Ao todo, a galeria conta com 53 painéis, pintados de 2001 para cá, espalhados pela Avenida Central e por becos da comunidade. Por isso, a conservação dos desenhos mais antigos pode não ser a melhor. Nada impede que tenha um carro estacionado em frente a uma obra de arte, ou que crianças usem um muro grafitado como gol no jogo de bola.

Após terminado, o graffiti fica à mercê da rua e das intervenções urbanas intencionais ou não, do desgaste do tempo. Vira registro histórico da comunidade, como a fachada da pizzaria, que não é mais lanchonete, mas agora casa de família.

Numa galeria de rua, os espaços e trajetos, lineares e previsíveis em galerias tradicionais, envolvem interação social intensa, a investigação e a escolha de caminhos. A experiência de circular por esta galeria compõe e define o prazer de contemplar as obras.

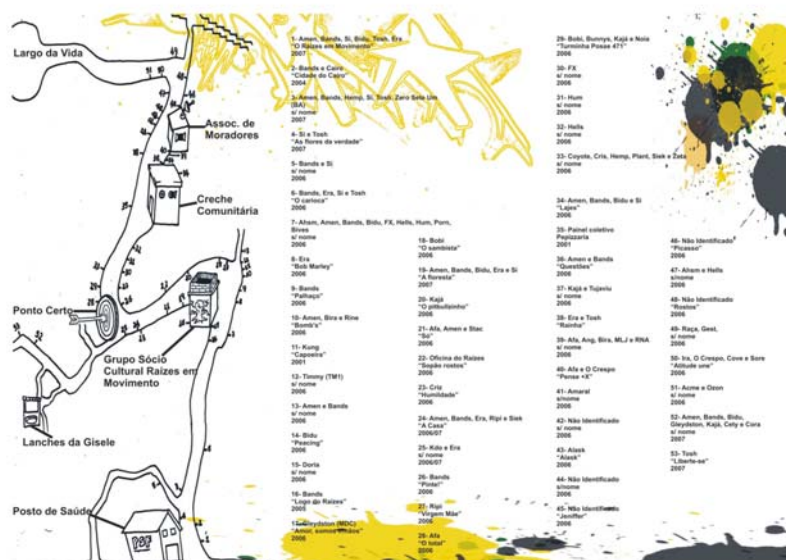
\*Portanto, Circulando.



## Galeria de Graffiti a Céu Aberto do Morro do Alemão

Artistas envolvidos

Acme - Afa - Ahsm - Alask - Amarau - Amen Ang - Bands - Bidu - Bira - Bives - Bobi - Bunnys - Cairo - Cety - Cora - Cove - Coyote - Criz - Doria - Era - Fael 1º - FX - Gest - Gleydston - Hemp - Hells - Hum - Ira - Kaja - KDO - Kung - MFR - MLJ - Noia - O Crespo - Ozon - Plant - Porn - Quinto Andar - Raça - Rine - Ripi - RNA - Si - Slek - Stac - Sore - Tm1 - Tosh - Tujaviu - Zeta





## ANEXO 3

Grafite-jornal produzido para o Circulando 1





## ANEXO 4

### Boletim do Circulando 1



**É hoje e é aqui!**

9h PROJETO DE PERCUSSÃO MIRIM  
MENINOS DA VILA

11h OFICINA DE ORIGAMI - COM TOSH

11h OFICINA DE FOTOGRAFIA - COM ADAIR AGUIAR

11h OFICINA DE ARTESANATO COM  
GARRAFA PET

15h OFICINA SOBRE PREVENÇÃO À AIDS  
- COM CEDAPS

15h OFICINA SOBRE MOVIMENTO DE  
JUVENTUDE - COM O FÓRUM ESTADUAL DE JUVENTUDE

15h OFICINA SOBRE PERCEPÇÃO DO  
BAIRRO - COM O BAIRROS DO MUNDO

O DIA INTEIRO

• EXPOSIÇÃO "FOTOS DO ALEMÃO DE  
FOTÓGRAFOS DO ALEMÃO": ADAIR AGUIAR,  
"CRIAÇÕES" / RODRIGUES MOURA, "COTIDIANO" / SADRAGE  
SANTOS, "COMUNICAÇÃO"

• GALERIA A CÉU ABERTO DE GRAFITES

• MÚSICA E SHOWS - COM O PROJETO GAMBIZARRA E  
CONVIDADOS (A PARTIR DA TARDE)

Para mapa legendado, pegue guia da galeria

**Comunique-se com a gente:**  
[evento.circulando@gmail.com](mailto:evento.circulando@gmail.com)

Circulando - n.º 9 - Ano 1 - 31 de março de 2007

### UM DIA PARA CIRCULAR

É aqui e agora no morro do Alemão a primeira edição do evento de mídias *Circulando*. Galeria a céu aberto de grafites, com mais de 50 painéis em muros, paredes e fachadas, pintados por artistas da comunidade e de fora dela. Exposição de fotografias locais, shows e oficinas variadas para o público. Tem muita coisa para ver, para fazer e inventar.

"Nos últimos dois meses, produzimos trabalhos em diferentes linguagens de comunicação, como jornalismo, grafite, música, ilustração, fotografia. Agora mostramos o resultado neste evento e convidamos a comunidade a participar, se divertir e produzir", afirma Alan Pinheiro, coordenador do Raízes em Movimento e integrante do Núcleo de Comunicação Crítica do Alemão.

O *Circulando* é organizado pelos jovens do Núcleo de Comunicação Crítica do Alemão e tem o apoio do

Grupo Sócio-Cultural Raízes em Movimento e do Observatório de Favelas. O mote desta edição de estreia é "Diálogo e comunicação na favela".

O evento será bimestral e, para estimular ainda mais o diálogo e a participação, ocorrerá sempre numa comunidade diferente do complexo do Alemão.

O Núcleo de Comunicação Crítica do Alemão, organizador do *Circulando*, foi criado há seis meses e conta com não mais de 20 jovens. Praticamente todos moram no complexo do Alemão e têm ligações ou com o Raízes em Movimento ou com o Observatório de Favelas.

O Raízes tem a sua sede no Alemão e desenvolve no local oficinas culturais e trabalhos de geração de renda entre jovens. O foco artístico do coletivo é o grafite. O Observatório, na Maré, tem entre os seus projetos a Escola Popular de Comunicação Crítica, onde estudaram integrantes do Núcleo.

### AGENTES DE SAÚDE PRESTAM SERVIÇOS

Os agentes de saúde do Posto de Saúde do Programa Saúde de Família passam o sábado prestando serviços à comunidade, no próprio posto, no pé do morro.

Rola um trabalho de prevenção à Aids e às demais doenças sexualmente transmissíveis. O pessoal também mede a pressão de graça e fornece informações sobre o que é a tuberculose e os cuidados necessários para não contrair a doença.

### ATENÇÃO, GALERA

Todo o lucro da venda das TELAS, CAMISAS, LIVROS E ARTESANATO pagará despesas deste evento.

Apareçam na sede do Raízes em Movimento e colaborem!

### 'QUEM NÃO SE COMUNICA SE TRUMBICA'

Dizta Chacrinha: "quem não se comunica, se trumbica". Na favela não é diferente. A necessidade de se comunicar faz que cada dia surja uma nova forma de chamarmos a atenção para os problemas e as soluções dos moradores das favelas, das favelas como elas são, com suas histórias tristes e felizes.

Discriminada por boa parte da mídia e dita "reduto do tráfico", as favelas sempre foram estereotipadas e mal vistas.

Várias ONGs propõem uma revolução na comunicação, formando comunicadores populares, especialistas em fotografia, jornais comunitários, internet - esta, porém, não chega à maioria dos moradores, muitos dos quais às vezes não sabem ler - e grafites.

No grafite, cada desenho tem uma mensagem, por mais abstrato que seja.

No morro do Alemão contabilizamos cerca de cinquenta desenhos grafitados por moradores do morro que fazem parte do grupo Raízes em Movimento. As mensagens criticam a política brasileira e retratam um pouco da vida no morro.

Uma das ONGs pioneiras na comunicação da favela é o Viva Rio, com o seu site Viva Favela e a implantação de telecentros em espaços populares. O site existe há seis anos, com o objetivo de democratizar a informação, reduzir a desigualdade social, fazendo uma ponte virtual entre o asfalto e a favela, e contar mais do que histórias de violência.

Uma produção do Núcleo de Comunicação Crítica do Alemão



## ANEXO 5

### Marcadores de livros para divulgação do Circulando 2





[illegible][illegible]

Segundo a técnica de projeto Cedaps, foram distribuídos durante o evento cerca de 900 preservativos masculinos. No Camelo Educativo, os informantes, fizeram a distribuição camisinhas, elaboraram cartazes e dúvidas sobre o tema para quem as tirasse. Bairros do Mundo, CEDAPS, Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro - Rio, INIS, Verdejard, Movimento Diga Não ao Caviêiro, de saúde local - PSF (Programa de Saúde da Família) estiveram presentes no evento contribuindo de forma prática e intelectual.



# VERDEJANDO



**Diogo Mauro da Silva Fernandes,**  
coordenador do Verdejar

O conjunto de favelas do Alemão faz parte da região da Serra da Misericórdia, que também abrange os complexos da Penha, do Caricó e outras localidades. Quando se fala em meio ambiente no Alemão, lê-se portanto Misericórdia.

Desgastada pelo passado de ciclos de açúcar, café e criação de gado e por um presente de problemas sociais, a Serra da Misericórdia começou a mudar o seu rumo após o decreto municipal de 2000, que a transformou em Área de Proteção Ambiental

e Recuperação Urbana, fruto da reivindicação da sociedade civil.

Entre os grupos sociais responsáveis por essa pressão, estava o Verdejar. Criado em 1997, no Engenho da Rainha, a organização denunciava o descaso com o bairro e incentivava a preservação da área verde que ainda lhe restava.

O Alemão é uma das mais áreas mais populosas da cidade. Dados do IBGE mostram que no conjunto de favelas há de 20,1 mil a 25 mil habitantes por km², um índice maior do que 70 dos municípios brasileiros. No entorno da Serra da Misericórdia, são mais de um milhão de moradores, o que torna primordial o esforço para a preservação.

Se não bastasse o inchaço populacional, convivemos com a extração de granito por três pedreiras, bem próxima a nossas casas. Isso aumenta a temperatura climática, causa danos à saúde, entre outros problemas.

A omissão do poder público perpassa tudo e merece destaque. Fala-se na criação do Parque Municipal da Serra da Misericórdia, mas bastaria à prefeitura regulamentar a já criada área de proteção ambiental.

O Verdejar faz em 2007 dez anos de existência e de esforços para construir uma alternativa viável para a Misericórdia.

O grupo incentiva a agricultura familiar, cria trilhas para a educação ambiental, circuitos de visitação às áreas verdes, recupera áreas degradadas e atua para formar com outras organizações uma rede socioambiental na Misericórdia.

O aniversário do Verdejar, a ser comemorado em outubro com o evento "Verdejar 10 Anos", será uma ocasião para se ressaltar os avanços do movimento e os entraves para a preservação da Serra da Misericórdia.

# (In)segurança pública

**Alan Brum Pinheiro, coordenador**  
do Raízes em Movimento

A atual política de segurança pública tem duas premissas: jovens moradores de favelas são suspeitos, até provarem o contrário, e o tráfico de drogas deve ser combatido no varejo, onde ele é visível.

E pensar que o governo atual, quando em campanha, pregava o fim do Caveirão, maior símbolo da repressão à população das favelas.

Pela política de segurança em vigor, pobreza virou crime, e morar na favela, risco de vida, devido à ação da polícia. Eis a contradição: o projeto de segurança do Estado atenta contra a vida.

Diz o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas: "O direito à vida é inerente à pessoa humana. Este direito deverá ser protegido pela lei."

A nossa Constituição declara que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a inviolabilidade do direito à vida".

No Alemão é o poder público que não cumpre as leis. Será que é tão difícil perceber que essa política de segurança, mesmo que a carnificina continue, será inútil para resolver o problema? O Estado deve se fazer presente aqui com educação, saúde, saneamento e outros serviços públicos.

Recursos públicos não são para ser desperdiçados em ações pontuais e inócuas.

O governo e as instituições sociais devem

ser parceiras numa proposta macro, com diretrizes discutidas, definidas e implementadas de forma coletiva e horizontal.

O diálogo na favela e sobre a favela é primordial para se criar uma alternativa ao show da segurança pública no Rio de Janeiro, pois quem é contra não é conivente.

## DataPovo

No dia 10 de julho, o jornal *O Globo*, com base numa pesquisa do Ibope, publicou que mais de 80% dos cariocas apoiavam as mais recentes ações policiais no conjunto de favelas do Alemão, apesar das mortes por elas provocadas.

O Instituto ouviu, segundo o jornal, mil pessoas, em dois dias, pelo telefone. A matéria não especificava onde moravam os entrevistados. Pergunta: Será que algum deles morava no Alemão? O grupo Raízes em Movimento e o jornal *Fazendo Mídia* foram tirar a prova.

No dia 21 de julho, entrevistadores do Raízes e da publicação ouviram 787 pessoas nas ruas das favelas da Grota, Pedra do Sapo, morros do Alemão e dos Mineiros.

Resultado: 91% dos moradores ouvidos se disseram contrários às últimas operações policiais na comunidade, baseadas no confronto e na violência, mesmo numa área com grande concentração de pessoas.



## SUBMUNDO DO URBIO





## ANEXO 7

### Jornal Circulando 5



**EDUCAÇÃO**

**No Complexo do Alemão**

A Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação realizou, no período de 8 a 11 de outubro de 2007, missão de investigação para apurar denúncias de violação dos direitos educativos de crianças, jovens e adultos que frequentam as escolas públicas do Complexo do Alemão.

A missão foi motivada por matérias divulgadas pelos meios de comunicação e por denúncias recebidas pela Relatoria, que informaram sobre o confronto entre as forças de segurança e o narcotráfico, entre maio e julho de 2007, e seus impactos no atendimento educacional.

As visitas às escolas, as audiências com autoridades públicas, as reuniões e entrevistas com comunidades revelaram que a violência na qual as escolas estão imersas é permanente, cotidiana e que não é restrita à fase da megaoperação policial de maio de 2007.

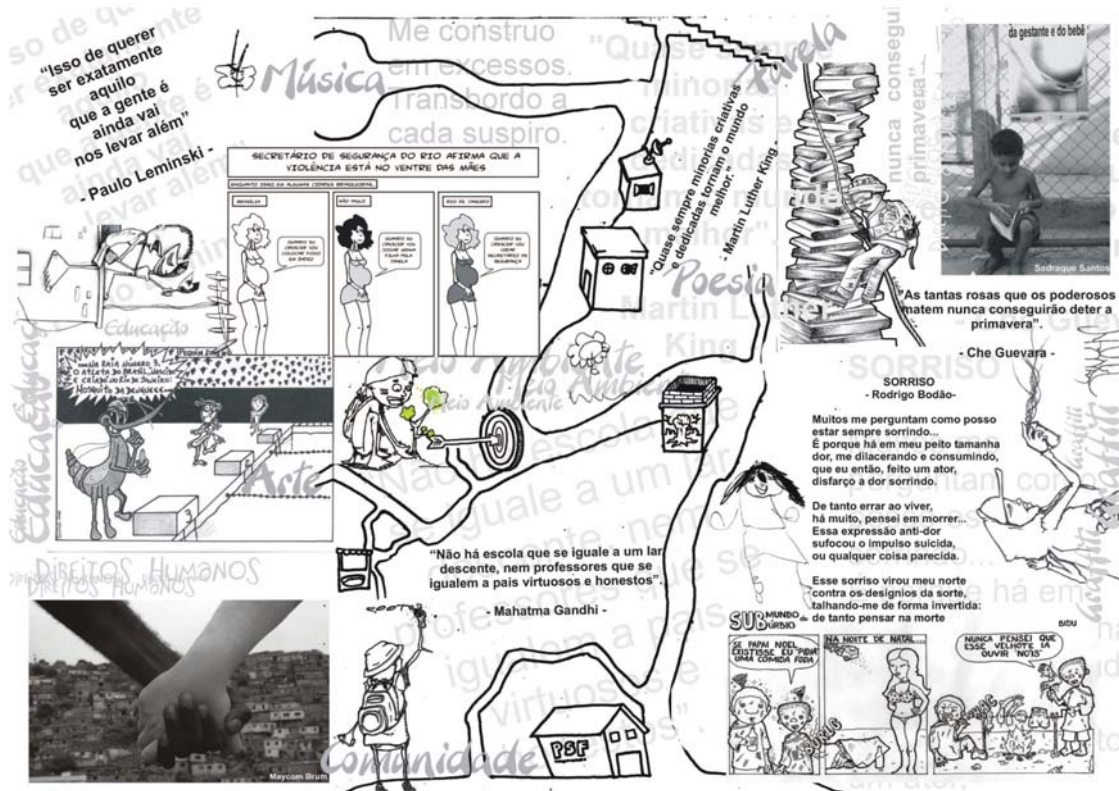
Esse relatório ficou pronto e está sendo lançado, hoje, 30 de agosto de 2008, aqui em nossa comunidade, Complexo do Alemão, como forma de retorno e compromisso com o trabalho realizado, nessa parte da cidade, pela Relatoria O Circulando e todo Alemão esperam que os resultados, daqui para frente, sejam reais, qualitativos e transformadores para uma educação digna.

**PROGRAMAÇÃO**

Atração	Local	Horário
Lançamento do Relatório sobre a situação educacional no Alemão	Lá no Largo	10h
Bateria da Imperatriz	Cortejo saindo do Largo	12h (após lançamento do relatório)
Diffusora Gambiarra	Ponto Certo	A partir das 13h
Médicos Sem Fronteiras	Mizael	A partir das 13h
Malebares	Pé do Morro	13h
Tear	Ponto Certo	13h
Oficina de papel reciclado	Raízes em Movimento	14h
S boys	Ponto Certo (creche)	14h
PSF	Pé do Morro	14h
Otávio (contador de histórias)	Raízes em Movimento	14h
Roda de Capoeira	Pé do Morro	15h
Atari Funkers		15h
UVU	Ponto Certo	15h
Cães Fiéis		16h
Banda João de Barro		16h50
Banda Em Mente		17h30
Intervenção Joaquim 71		18h10
Banda Alforria		19h
Banda ISS / Noção Rasta		20h (exibição)
Mato com Angu		20h45
Núcleo So		21h30
PC do Repique		

Proteção: Núcleo de Comunicação Crítica de Alemão

Após: RAÍZES em MOVIMENTO, OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, REDES





ANEXO 8  
Camisa Circulando 5





## ANEXO 9

### Fotos Circulando 1 (Fotos de Sadraque Santos)





ANEXO 10  
Fotos Circulando 2 (Fotos de Sadraque Santos)





## ANEXO 11

### Fotos Circulando 3 (Fotos de Dhani Borges)





ANEXO 12  
Fotos Circulando 4 (Fotos de Sadraque Santos)





## ANEXO 13

### Fotos Circulando 5 (Fotos coletivas)





## ANEXO 14

Vídeo 1: Jornal do SBT, edição de 24/03/2008

Vídeo 2: Jornal Notícias do Rio, edição de 25/03/2008

Vídeo 3: Circulando 5 – vídeo de divulgação